

COLLECCÃO  
DA  
LEGISLAÇÃO NOVISSIMA  
DO  
ULTRAMAR

---

1901

---

---

VOLUME XXIX

---

---



LISBOA  
—  
COMPANHIA TYPOGRAPHICA  
Rua do Ferregial de Baixo, 12 a 20  
—  
1902

# INDICE CHRONOLOGICO

DO VOLUME XXIX

DA

## LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1901

Janeiro	Pag.	Fevereiro	Pag.
4 Officio (circular) estabelecendo a fórma dos Conselhos administrativos das unidades militares organisarem as suas contas annuaes.....	1	1 Officio (circular) recommendando a devolução dos saccoes em que é remettida a correspondencia postal .....	7
5 Officio declarando dever ser considerada vigente, com a modificação da lei do sello de 1893, a sellagem dos protocolos das audiencias.....	2	7 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Jacinto Honório José de Moura, na qualidade de tenente do quadro de Moçambique, contra a sua preterição para o posto de major.....	7
9 Portaria prohibindo a remessa de requerimentos de funcionarios que peçam a exoneração, sem que hajam depositado a importancia de quaesquer dividas á fazenda.....	2	7 Decreto sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, negando provimento n'um recurso de Govindagy Zosso-vonta Ran contra a collecta de contribuição predial lançada aos predios do <i>dessaído</i> de Pernêm, no Estado da India, pertencentes ao recorrente	8
19 Officio auctorisando as despesas indicadas para acudir á crise alimenticia e sanitaria em Cabo Verde .....	2	7 Decreto sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, negando provimento n'um recurso de Almaramá Rogunatá Porobo Parcecar e Naraná Atmaraná Porobo Parcecar, contra a collecta de contribuição predial lançada aos predios do <i>dessaído</i> de Pernêm, no Estado da India, pertencentes aos recorrentes .....	9
19 Officio expondo a conveniencia de as Camaras municipaes de Cabo Verde inscreverem nos seus orçamentos verbas para o serviço veterinario.....	2	11 Portaria dando instrucções aos Governadores para a execução do decreto de 14 de setembro de 1900, no tocante ás despesas das provincias ultramarinas .....	10
23 Officio indicando como deve ser contado o serviço prestado nas forças policiaes da Companhia de Moçambique.....	3	14 Officio indicando a fórma por que deve ser enviada a correspondencia para as auctoridades estranhas á Direcção geral do ultramar.....	11
24 Decreto pondo á disposição do Ministerio da marinha um corpo expedicionario com destino á provincia de Moçambique .....	3	16 Officio (circular) mandando fazer cessar o uso de dar aos sobas ou regulos avas-salados o nome de pessoas conhecidas	11
28 Decreto estabelecendo o formulario para a expedição dos diplomas e actos officiaes durante a regencia de Sua Magestade a Rainha.....	5	16 Officio communicando a concessão de passagens gratuitas a repatriados, feita pela «Empresa nacional de navegação» .....	12 ✓
29 Portaria declarando qual o sello a applicar ás cartas ou titulos de concessões de terrenos e de minas.....	5	20 Officio approvando o augmento do auxilio para rancho a algumas praças em Lourenço Marques .....	12
Determinação régia indicando as regras a observar no cumprimento da pena de deportação militar imposta ás praças de pret. ....	6	21 Officio declarando não haver razão para se abonar ajuda de custo por trabalhos de campo ao chefe do serviço d'obras publicas da Guiné .....	13
31 Decreto auctorisando a emissão de sellos postaes de taxas mais elevadas nas provincias d'Africa .....	6	21 Decreto estabelecendo nova taxa para as cartas procedentes do Estado da India com destino ao districto de Aden	13
31 Decreto declarando sem validade as notas e cedulas da fazenda, na provincia d'Angola, depois de 31 de dezembro de 1900.....	6		
31 Portaria indicando os signaes caracteristicos do papel sellado privativo do ultramar.....	6		
31 Officio declarando não poder a guarda fiscal da Beira estar sob as ordens do director da alandega da Companhia de Moçambique .....	7		

	Pag.
21 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Francisco José das Neves Junior contra a sua preterição na promoção a primeiro pharmaceutico do quadro de saude de Angola e S. Thomé e Príncipe . . . . .	13
21 Portaria nomeando uma missão scientifica para na provincia de Angola estudar a <i>doença do somno</i> . . . . .	14
21 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Manuel Freire de Menezes Junior contra a sua preterição para o posto de major da guarnição do Estado da India . . . . .	14

### Março

Determinação régia sobre os vencimentos das praças de pret cumprindo a pena de presidio militar . . . . .	15
1 Officio declarando não ser permittida a concessão de exclusivos . . . . .	16
4 Officio relativo á conveniencia de se fazer confidencialmente a remessa das informações dos empregados . . . . .	17
4 Decreto regulando o tempo dos lutos por fallecimento de pessoas reaes . . . . .	17
5 Officio (circular) auctorisando a permissão para os empregados naturaes do ultramar gosarem no reino as licenças da Junta de saude . . . . .	18
6 Officio solicitando do Governador geral de Angola a remessa de uma nota mensal dos rendimentos arrecadados para o fundo especial destinado á construção do caminho de ferro de Benguella . . . . .	18
7 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, dando provimento n'um recurso da Comunidade de Aldeia Neura o Grande, do Estado da India, contra o despacho do Governador geral relativo á indemnisação de prejuizos resultantes do alagamento da casana Dambrá . . . . .	18
7 Portaria declarando revogadas diversas Portarias provinciaes que estabeleceram o imposto de portagem em Bolama e Bissau . . . . .	19
8 Officio (circular) ordenando que os agnomos e regentes agricolas elaborem relatorios annuaes dos serviços que executarem . . . . .	23
9 Officio chamando a attenção do Governador geral para o facto de nas Estações officiaes se não acceitarem requerimentos escriptos em papel sellado em uso nos territorios da Companhia de Moçambique . . . . .	23
9 Officio (circular) recommendando a inclusão nos orçamentos municipaes da percentagem para o Instituto ultramarino . . . . .	23
11 Officio declarando competir sómente ao Governo a transferencia de verbas das tabellas orçamentaes . . . . .	24
11 Officio indicando as condições em que se deve pedir aos consules portuguezes na India britannica o cumprimento de rogatorias . . . . .	24
12 Officio declarando competirem ao Governo as nomeações dos empregados de fazenda do ultramar . . . . .	25

	Pag.
13 Officio declarando que só o Ministro da marinha e ultramar pôde ordenar qualquer despesa não contida nas tabellas orçamentaes . . . . .	25
14 Officio indicando as disposições reguladoras dos processos de denuncia no ultramar . . . . .	26
14 Officio declarando ser indispensavel um relatorio para a concessão da medalha de recompensa ao mérito, philantropia e generosidade . . . . .	26
20 Officio (circular), dando esclarecimentos ácerca dos telegrammas permutados com a Africa do Sul . . . . .	26
21 Portaria confirmando o nome de «D. Luiz Philippe» dado ao forte construido na margem do rio <i>Lugenda</i> nos territorios de Cabo Delgado . . . . .	27
27 Officio declarando erronea a doutrina de um accordão do Conselho administrativo do districto de Moçambique sobre orçamentos municipaes . . . . .	27
28 Officio estabelecendo as condições para a approvação do augmento do capital social da Companhia de Moçambique . . . . .	27

### Abril

1 Instruções para a transmissão de fundos, por intermédio do correio, do continente e ilhas para as provincias ultramarinas . . . . .	27
3 Officio indicando os assumptos em que os chefes de serviço de saude podem corresponder-se com a secretaria da marinha e ultramar . . . . .	34
3 Officio chamando a attenção do Governador geral d'Angola para o facto de ali serem vendidas procurações impressas em papel do sello de 60 réis . . . . .	34
3 Officio remetendo ao Governador geral d'Angola uma copia das instruções para os serviços da Direcção do caminho de ferro de Benguella . . . . .	34
3 Officio remetendo ao Governador geral d'Angola uma copia das instruções para o serviço de contabilidade do caminho de ferro de Benguella . . . . .	37
10 Portaria resolvendo duvidas sobre a organização dos processos de concessão da medalha de serviços no ultramar . . . . .	39
11 Carta de lei abrindo creditos especiaes e extraordinarios no Ministerio da fazenda . . . . .	40
11 Carta de lei abrindo no Ministerio da fazenda um credito extraordinario para despesas das expedições a Moçambique e a Macau . . . . .	43
12 Portaria mandando annullar duas ordens do Governador da Companhia de Moçambique relativas á Commissão sanitaria da Beira . . . . .	43
12 Officio declarando não se accumularem com quaesquer outros os vencimentos estabelecidos aos officiaes do exercito que vão servir no ultramar . . . . .	44
12 Portaria mandando observar as disposições que dão ao Governador geral e aos intendentes do Governo faculdade para suspender ou annullar determinadas resoluções do Governador dos territorios da Companhia de Moçambique . . . . .	44

	Pag.
15 Officio resolvendo novas duvidas sobre o sello das cartas de aforamento de terrenos e de concessões de minas.....	44
15 Officio mandando abonar, conditionalmente, o subsidio para renda de casa a um facultativo do quadro de saude de Cabo Verde .....	45
16 Officio mandando considerar caducada a auctorisação para despesas sanitarias em Macau .....	45
16 Officio declarando serem válidos os contractos de servicaes, feitos em Moçambique, segundo o regulamento de 9 de novembro de 1899, antes de suspensa a sua execução .....	46
18 Portaria suscitando a observancia das leis que não permitem aos Governadores modificar a organização administrativa e a divisão territorial .....	46
22 Officio resolvendo sobre pedidos de passagens para alumnos do seminario de Macau .....	47
25 Portaria approvando a creação do Commando militar de Sanguem .....	47
27 Carta de lei estabelecendo o regimen bancario no ultramar .....	50
30 Officio (circular) mandando submeter á approvação superior as tabellas da distribuição de fundos para obras publicas .....	62
30 Carta de lei mandando applicar aos Dignos Paes as incompatibilidades estabelecidas para os Senhores Deputados.	62

### Maio

1 Officio declarando como devem ser liquidados os foros a pagar pela Companhia de Mossamedes.....	62
2 Officio indicando a fórma de occorrer ás despesas de sustentação de creanças aprisionadas aos rebeldes em Timor .....	63
3 Officio (circular) remetendo instrucções para a elaboração dos relatorios d'obras publicas .....	64
5 Officio auctorisando a annullação de uma Portaria relativa á concessão de taludes de estradas para plantações, na India .....	66
7 Officio indicando o modo de proceder com os degredados que na Guiné completaram o tempo de degredo.....	68
7 Officio indicando os vencimentos dos magistrados da Relação de Nova Góa no impedimento legal de algum d'elles .....	68 ✓
7 Officio mandando declarar no boletim official da provincia de Angola não serem admissiveis nas Estações officiaes, procurações com o sello de 60 réis, embora revalidadas com sello de estampilha .....	69
9 Carta de lei regulando a concessão de terrenos no ultramar .....	69
9 Carta de lei approvando a Convenção internacional, assignada em Londres aos 19 de maio de 1900, para a protecção dos animaes em Africa .....	79
9 Officio mandando annullar uma resolução da Companhia de Moçambique, contraria do regimen dos alcooes.....	79

9 Carta de lei approvando os Actos addicionaes á Convenção de 20 de março de 1883 e ao Convenio de 14 d'abril de 1891, concernente ao registo internacional de marcas de fabrica ou de commercio, assignados em Bruxellas aos 14 de dezembro de 1900 .....	80
13 Officio estabelecendo a condição a exigir para a remessa de rogatorias, no Estado da India, ao consul de Portugal em Bombaim .....	80
18 Officio enviando ao Governador geral d'Angola copia do Protocollo relativo á fronteira da provincia com o Estado Independente do Congo, entre Noqui e o Cuango .....	81
23 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Francisco Xavier Pereira de Macedo contra a sua preterição para o posto de tenente-coronel da guarnição do Estado da India..	82
23 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Francisco Xavier de Brito contra a sua preterição para o posto de major da guarnição do Estado da India .....	83
23 Decreto mandando abrir um credito especial de 1.116:757\$717 réis para despesas do ultramar .....	84
23 Decreto egualando aos do continente do reino os portes das correspondencias destinadas ao ultramar .....	85
28 Portaria recommendando aos Governadores das provincias o immediato estudo das condições para a concessão de terrenos nos termos da nova lei ..	85
28 Portaria recommendando aos respectivos Governadores o estudo immediato das condições para a applicação do regimen dos prazos da corôa em Moçambique, na Guiné e em Timor.....	86

### Junho

4 Decreto creando a comarca de S. Vicente de Cabo Verde .....	86
4 Decreto dissolvendo a Camara dos senhores deputados .....	87
5 Officio communicando a resolução do Governo inglez acerca do reconhecimento da jurisdicção de consules portuguezes na Africa oriental .....	87
5 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Victorino José da Silva Tavares Paes Moreira contra a sua preterição na promoção a primeiro pharmaceutico em Moçambique.....	87
8 Officio declarando por quem podem ser feitos abonos, não auctorisados pela lei de 28 de maio de 1896, ao pessoal dos quadros de saude .....	88 ✓
8 Portaria isentando da inspecção da Junta de saude do ultramar os Governadores nomeados para os districtos.....	88
12 Portaria determinando a remessa mensal da conta das despesas feitas na provincia de Moçambique com os corpos expedicionarios idos do reino e por motivo da guerra anglo transvaliana.	89



	Pag.		Pag.
12 Carta de lei concedendo uma pensão á familia do fallecido coronel do ultramar, Arthur de Paiva.....	89	5 Officio (circular) confirmando o telegramma que mandou vigorar as tabellas da despesa de 1900-1901 até á publicação de novas tabellas .....	117
12 Carta de lei isentando de contribuições os haveres de estabelecimentos que pertençam ou venham a pertencer ao Estado .....	89	5 Officio indicando os termos a seguir para a fazenda cobrar a contribuição de registro pela transmissão de predios para a Companhia commercial de Angola .....	118
12 Portaria mandando considerar com principio de execução, desde a data em que transitarem em julgado, as sentenças condemnatorias nos processos a julgar pelo Supremo Conselho de justiça militar. ....	90	8 Officio indicando como deve proceder-se, quando não possam ser reconhecidas por tabellão, na provincia da Guiné, as assignaturas de recibos por fornecimentos ao Estado .....	118
12 Portaria auctorisando a circulação de sellos postaes de novo typo nos territorios da Companhia do Nyassa .....	90	16 Portaria approvando o quadro nosologico a adoptar nas provincias ultramarinas .....	119
12 Decreto declarando nulla e caduca a concessão feita para exploração das minas de Lombige .....	90	18 Officio declarando não poder applicar-se a premios aos bons operarios o producto das multas impostas nas obras publicas .....	125
12 Carta de lei auctorisando a cobrança dos impostos e demais rendimentos publicos no exercicio de 1901-1902 ..	91	18 Officio indicando os vencimentos sobre que deve recahir o beneficio de 30 por cento aos empregados mandados servir em Lourenço Marques .....	125
14 Decreto mandando adoptar diversas providencias para suavisar a crise vinicola .....	108	18 Officio declarando não competir gratificação ao Governador do districto de Gaza por serviço d'obras publicas ..	126
17 Portaria mandando inspecionar o material de guerra do ultramar.....	111	19 Officio designando as gratificações que os officiaes do exercito do reino tambem não podem accumular com os vencimentos da tabella A ou da circular do Ministerio da guerra.....	126
18 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Antonio da Camara Cylindo contra a sua preferição para o posto de major do quadro de Moçambique.....	111	19 Decreto concedendo a medalha «Rainha D. Amelia» por serviços nas operações de guerra em Timor .....	126
18 Officio declarando não haver necessidade de decretar a criação da parochia de Maceque.....	111	19 Decreto approvando o regulamento da bibliotheca nacional de Nova Gôa ..	126
18 Officio communicando a auctorisação para o augmento do capital da Companhia do Luabo.....	112	19 Decreto approvando o regulamento da imprensa nacional de Macau .....	134
18 Decreto estabelecendo os emolumentos dos alvarás de licença para as fabricas de panchões em Macau .....	112	19 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, rejeitando um recurso de Ramachondrá Ambrutá Rau Rauss Sar Dessay para ser inscripto como dessae do sar-dessaído de Querim, do Estado da India .....	144
18 Decreto reduzindo os direitos que na alfandega de Quelimane recahem sobre as mercadorias importadas pela «Compagnie des Huilleries et Savonneries».....	112	19 Decreto approvando o regulamento da concessão de licenças para corte de madeiras no districto de Gaza .....	145
18 Decreto concedendo, com diversas clausulas, á Companhia do assucar de Moçambique a livre reimportação de garrafões e barris de ferro.....	113	19 Decreto regulando a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1901-1902 .....	148
18 Portaria alterando as instrucções para a adjudicação de obras publicas.....	113	20 Officio mandando indicar á Companhia do Nyassa as disposições a observar relativamente á validade dos certificados consulares em materia de desinfecção de mercadorias .....	149
19 Decreto estabelecendo gratificações aos conservadores das comarcas e seus substitutos em determinadas circumstancias .....	115	20 Officio (circular) suscitando a rigorosa observancia do disposto no decreto de 23 de maio sobre os portes das correspondencias destinadas ás provincias ultramarinas .....	149
19 Decreto estabelecendo os vencimentos do juiz municipal e do subdelegado do Julgado de Mormugão.....	116	20 Officio auctorisando o abono de percentagem aos escrivães supplentes das execuções fiscaes na provincia de Cabo Verde .....	150
19 Decreto creando dois logares de capella cantor na sé de Macau .....	116	22 Officio confirmando o direito de um official do exercito á gratificação de professor de allemão do lyceu de Macau.	150
30 Officio recommendando a execução das Instrucções dadas em 1896 sobre a expedição e confirmação de telegrammas Ordem régia para não serem empregados em serviço estranho ao dos corpos os sargentos ajudantes e 1.ªs sargentos .....	117	22 Officio resolvendo duvidas sobre os serviços das praças de veteranos em Macau para o effeito de abono de auxilio para rancho .....	150
		22 Portaria declarando como deve ser calculado o imposto de transitio nas alfandegas de Moçambique.....	151

### Julho

4 Officio declarando quaes as disposições que regulam a policia sanitaria dos portos .....	117
--	-----

	Pag.
23 Portaria approvando um projecto de contracto entre a Companhia de Moçambique e a Companhia colonial do Busi	151
25 Officio declarando ter um parocho collado de Cabo Verde perdido o direito ao augmento de congrua que compete aos missionarios	151
26 Decreto approvando o regulamento para o serviço de pilotagem na provincia da Guiné	152
27 Officio declarando não estar auctorizada a correspondencia por meio de <i>notas en vige</i> as auctoridades do ultramar e a secretaria d'estado	155
30 Officio (circular) mandando elaborar relações para a organização da lista dos navios da marinha portugueza	155

### Agosto

1 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso, de Eduardo José Rodrigues Fernandes contra a sua exoneração do cargo de interprete na comarca de Sotavento	156
1 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, rejeitando um recurso de Naraná Dessly Salgãoçar, como denunciante de uma usurpação de terrenos da Comunidade de Adoolpache, do Estado da India	157
1 Officio recommendando a remessa á Direcção do Montepio official de notas de assentos dos officiaes do exercito do reino promovidos ao posto de alferes	157
3 Portaria permittindo ao juiz da comarca de S. Vicente de Cabo Verde gosar o resto de uma licença no reino depois de instalar a comarca	158
8 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Frederico Guilherme Francisco Collaço contra o despacho que lhe recusou o abono de vencimentos como facultativo municipal em Moçambique	158
8 Decreto mandando abrir um credito especial de 578:485\$050 réis para despesas de expedições	159
8 Decreto reformando a lei eleitoral	160
9 Officio approvando o suspensão da contribuição industrial aos <i>grumetes</i> na Guiné	195
10 Portaria approvando as Portarias do Governador de Timor, de 22 de maio, que relevaram do pagamento de <i>finças</i> os povos de <i>Atsabe</i> e <i>Cailaco</i>	195
17 Decreto reduzindo, provisoriamente, o imposto de palhota em Moçambique	197
17 Decreto estabelecendo os direitos de importação, nas alfandegas de Moçambique, do sal produzido na India portugueza	197
17 Decreto estabelecendo os direitos de exportação a pagar nas alfandegas de Moçambique para o gergelim e outras sementes oleginosas	198
17 Decreto addicionando á pauta A de Cabo Verde mais uma alinea relativamente ao milho	198
17 Decreto estabelecendo providencias para evitar desastres nas fabricas de assucar em Cabo Verde	199

	Pag.
17 Decreto regulando a forma do provimento das cadeiras de ensino primario no ultramar	202
17 Decreto concedendo o direito de aposentação aos facultativos municipais do ultramar	203
17 Decreto estabelecendo uma forma especial de provimento dos cargos de juiz municipal e seu substituto no julgado da Ilha do Principe	203
19 Portaria facultando ao Bispo de Macau a transferencia ou substituição de missionarios do districto autónomo de Timor	204
20 Officio contendo instrucções para o serviço da Repartição de fazenda provincial de S. Thomé e Principe	205
21 Officio dando conhecimento ao Governador da Guiné do parecer do Supremo Conselho de justiça militar sobre a applicação do decreto de amnistia de 29 de dezembro de 1900	208
22 Officio (circular) indicando o caso em que deve ser abonado subsidio de residencia aos officiaes do exercito	209
22 Officio declarando não ter um chefe de serviço de saude direito a ordenança de pessoa	209
23 Officio fazendo recommendações para que as mercadorias reexportadas de Mormugão gosem de beneficio pautal em Moçambique	209
23 Officio (circular) declarando em que casos não é legal o abono de subsidio de residencia aos officiaes do exercito do reino	210
24 Decreto mandando proceder á eleição de Deputados	210
24 Decreto regulando, no Estado da India, as questões entre os proprietarios de predios rusticos e os seus <i>mundcares</i>	210
24 Decreto declarando qual é o tribunal competente para julgar os processos de syndicancia dos juizes do ultramar	212
24 Decreto concedendo á capella da Ribeira da Janella, em Cabo Verde, as prerogativas de igreja parochial	212
24 Decreto isentando de direitos as embarcações importadas pelas alfandegas de Moçambique	213
24 Decreto regulando a receita e a despesa das provincias ultramarinas	214
29 Decreto applicando ás conservatorias do ultramar o regulamento em vigor no reino	643
29 Decreto prorogando os privilegios do Banco ultramarino	681
29 Portaria mandando remetter ao Ministerio da marinha e ultramar os requerimentos de missionarios, relativos a augmento de congrua	681
29 Decreto regulando o serviço das Estações semaphoricas na India	682
29 Decreto fixando a área de jurisdicção da Capitania dos portos de Moçambique	682
29 Decreto approvando o regulamento geral da Capitania dos portos de Lourenço Marques e Inhambane	683
29 Decreto approvando o regulamento para a liquidação e cobrança da contribuição de registo na provincia de Macau	708
29 Decreto approvando o regulamento geral do serviço de pilotagem no porto de Lourenço Marques	745

	Pag.
29 Decreto approvando a reorganisação do pessoal das officinas da esquadilha da Guiné.....	757

### Setembro

2 Decreto regulando nas provincias ultramarinas a interposição de recurso para o Supremo tribunal administrativo.....	757
2 Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo negando provimento n'um recurso de Ascanio Sebastião dos Remedios e Costa contra os despachos do Governador geral da India prohibitivos da trasladação de ossos para jazigos nos templos. ....	760
2 Decreto estabelecendo a fórma como os Governadores das provincias ultramarinas pôdem ordenar a dissolução de qualquer corpo administrativo eleito. ....	761
2 Decreto alterando os preceitos estabelecidos para a constituição das assembleas eleitoraes em Angola e Moçambique.....	762
2 Decreto approvando o regulamento geral provisório sobre concessões de terrenos no ultramar .....	763
2 Decreto creando em Angola o districto da Huilla. ....	800
2 Decreto estabelecendo a concessão de «Salvo-conducto» aos indigenas conductores de productos commerciaes em Angola .....	804
2 Decreto isentando temporariamente do imposto de exportação o algodão produzido em Angola .....	823
2 Decreto estabelecendo o beneficio da restituição do imposto de produção do alcool e aguardente das provincias de Angola e Moçambique.....	824
2 Decreto assegurando temporariamente a manutenção do differencial de 50 por cento em favor do assucar produzido em Angola e Moçambique .....	825
4 Officio indicando ao Governador de Timor as verbas orçamentaes pelas quaes não pôde ordenar pagamento de despesa .....	826
5 Officio indicando o processo a seguir para a approvação da venda de uma propriedade da Junta de parochia da freguezia de N. S. da Conceição da ilha do Principe .....	826
16 Officio indicando a fórma de ser abonada a gratificação do ajudante d'ordens do Governador de Timor.....	826
17 Decreto regulando o aproveitamento das nascentes de aguas minero-medicinaes no ultramar .....	827
17 Decreto declarando em vigor no ultramar o regulamento do registo civil approved para o reino.....	835
17 Decreto regulando a promoção aos logares superiores dos facultativos de 1.ª classe que optaram pelo regimen do decreto de 1869.....	859
18 Officio declarando como devem ser pagas as despesas do corpo de policia civil de São Thomé.....	859
19 Officio indicando a fórma de serem pagas as despesas das officinas da provincia de Angola .....	859

	Pag.
20 Officio mandando declarar á Companhia de Moçambique qual a moeda em que devem ser pagos os impostos sobre o alcool e aguardente.....	860
20 Portaria annullando uma concessão de terrenos feita em Moçambique a Manuel Guerreiro Cavaco.....	860
27 Decreto pondo á disposição do Ministerio da marinha um corpo expedicionario destinado a Moçambique .....	861
27 Officio declarando em que caso têm vencimento os facultativos contractados. ....	863
27 Officio auctorisando despesas com o estabelecimento do registo criminal da comarca de S. Vicente de Cabo Verde. ....	863
27 Officio declarando ser da exclusiva competencia do Governo a alteração nos vencimentos dos funcionarios do ultramar .....	863

### Outubro

2 Officio indicando os cofres por onde devem ser pagas as gratificações aos facultativos navaes e do ultramar por serviço em terra e nos navios de guerra .....	864
3 Decreto mandando equiparar, para os direitos de importação, ao assucar reexportado da metropole o sahido das alfandegas do reino para o ultramar .....	864
3 Decreto approvando o regulamento geral da administração de fazenda e da contabilidade publica no ultramar.....	864
3 Decreto estabelecendo os portes das correspondencias das provincias ultramarinas para o reino e ilhas adjacentes e de umas provincias para as outras .....	947
4 Officio desaprovando a Portaria do Governador de S. Thomé sobre a suspensão relativa á sellagem e percintagem dos tabacos .....	947
5 Officio fazendo recommendações para que individuos condemnados a pena maior não exerçam profissão que exija titulo .....	947
9 Officio (circular) indicando em que caso devem ser abonados vencimentos especiaes aos officiaes do exercito do reino em serviço no ultramar .....	948
10 Decreto approvando o regulamento geral das associações de classe no ultramar.....	948
10 Decreto approvando o regulamento para a fiscalisação de sociedades anonymas .....	951
10 Portaria estabelecendo as condições das explorações mineiras nos territorios que fôrem delimitados á companhia da Zambesia .....	957
10 Decreto regulando a expedição de passaportes diplomaticos a subditos portuguezes.....	958
10 Portaria estabelecendo as condições a observar na concessão de passaportes diplomaticos .....	958
12 Officio (circular) indicando as condições necessarias para o reconhecimento dos agentes consulares no ultramar.....	959
15 Officio expondo o parecer do Conselho superior de instrucção publica sobre a validade dos exames de instrucção primaria feitos em Lourenço Marques .....	959

15	Officio declarando deverem considerar-se erectas as parochias do Chinde e Chibuto, dotadas no organismo de Mogambique.	1013
16	Officio declarando improcedentes as dividas do Governador geral da India sobre a publicação do regulamento do registo predial de 20 de janeiro de 1898.	1014
19	Officio providenciando sobre o ensino de alemão no lyceu nacional de Nova Gôa.	1014
20	Officio declarando as vantagens que têm direito os officiaes do exercito do reino mandados servir no districto da Lunda.	1015
20	Officio declarando extensivo aos telegraphas depositados nas Estações do Estado em Mogambique o equivalente do franco a 254 réis.	1015
21	Decreto approvando o contracto para o estabelecimento de tramways electricos em Lourenço Marques.	1015
21	Officio explicando dividas do Governador geral da India sobre a publicação do decreto de 17 d'agosto relativo ao ensino primario no ultramar.	1015
22	Decreto mandando adoptar o <i>Código international de signes</i> publicado em Londres em 1899.	1017
22	Officio explicando a doutrina da circular de 9 d'outubro sobre vencimentos dos officiaes do exercito do reino em com-missão no ultramar.	1017
26	Officio conhirmando a auctorisação para o adiantamento da cobrança da contribuiçáo predial em Cabo Verde.	1018
29	Decreto concedendo terreno à Camara municipal de Lourenço Marques para construcção de um cemiterio e de um forno de cremação de lixos.	1018
29	Officio declarando não ser prova de effecividade de serviço, para a concessão de licença graciosa, a da interrupção nos vencimentos.	1018
30	Decreto mandando continuar até 28 fevereiro de 1902 os privilegios do Banco ultramarino.	1018
30	Contracto celebrado com o Banco nacional ultramarino para a emissão de notas e obliigações predias no ultramar.	1019
30	Portaria auctorisando a passagem pelo territorio da Guiné portugueza de uma partida de mercadorias pertencentes a uma firma commercial de Hamburgo.	1030
5	Decreto estabelecendo o serviço de portagem de encomendas postaes na provincia de Mogambique.	1031
5	Decreto approvando o regulamento para o serviço de encomendas postaes na provincia de Mogambique.	1032
17	Officio declarando o fim que se teve em vista com o augmento na tabella orgamental dos vencimentos dos professores do lyceu nacional de Nova Gôa.	1050
20	Portaria mandando crear os corpos que devem constituir a guarnição da provincia de Macau.	1050

## Dezembro

19	Decreto modificando a organisação da secretaria da marinha e ultramar.	959
21	Officio (circular) mandando dar entrada nos cofres da fazenda aos saldos de fundos das massas existentes nos cofres dos Conselhos administrativos dos corpos.	960
21	Officio declarando o sello a que estão sujeitos os recibos de pensões de sangue (circular) indicando os casos em que deve cessar o abono da gratificação de guarnição as prças de pretos da Huilla e modificando os limitres da Capitania-mor das Ganguellas e Ambuellas.	961
24	Portaria incorporando territorios no districto da Huilla e modificando os limites das com prisão correccional.	962
31	Decreto creando postos fiscaes aduaneiros na provincia da Guiné.	962
31	Officio declarando ser indispensavel o organismo para obras publicas de importancia inferior a 30\$000 réis.	963
14	Officio suscitando a observancia em Lourenço Marques da Portaria régia de 21 de fevereiro de 1899 sobre os vinhos importados da metropole.	963
13	Officio (circular) recomendando a observancia do peceito estabelecido sobre a publicação de diplomas nos <i>Letras officiaes</i> .	963
14	Portaria resolvendo ser a Companhia do assucar de Mogambique obrigada a pagar o imposto especial sobre o alcool por ella produzido.	964
14	Officio resolvendo dividas sobre a publicação, no Estado da India, do regulamento do trabalho dos indigenas de 9 de novembro de 1899.	964
14	Decreto approvando a reorganisação municipal do ultramar.	973
14	Decreto estabelecendo a permutação de encomendas postaes sem valor declarado entre a provincia de Mogambique, continente do reino e ilhas e pazes estrangeiras.	1010
14	Decreto attribuindo aos Conselhos de provincia a approvação dos organamentos municipaes de receita excedente a 10:000\$000 réis.	1011
14	Decreto mandando elaborar por annos civis os organamentos das corporações administrativas de Cabo Verde.	1012
14	Decreto sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, concedendo provimento a um recurso contra a auctorisação dada à Camara municipal de Dilly para estabelecer impostos sobre espingardas e pólvora importadas em Timor.	1012
14	Decreto determinando o destino dos aspirantes a facultativos do ultramar, que não tiverem defendido these durante o tempo de tolerancia.	1013
15	Officio declarando o art. 6.º do decreto de 11 d'agosto de 1900 applicavel somente aos funcionarios naturaes do reino e ilhas adjacentes.	1013

	Pag.		Pag.
20 Officio indicando o modo de fiscalisar o serviço de vales ultramarinos nos correios de Cabo Verde .....	1050	24 Decreto approvando o regulamento dos serviços do recrutamento do exercito e da armada .....	1083
20 Officio recommendando a abstenção de relações officiaes com o vigario capitular do bispado de Lamego .....	1051	24 Decreto approvando as tabellas de portes e taxas de correspondencias postaes nas provincias ultramarinas .....	1163
23 Decreto approvando o regulamento provisorio para a fiscalisação e cobrança do imposto do alcool e das aguardentes nas provincias de Angola e Moçambique .....	1051	27 Officio mandando continuar o abono aos facultativos do quadro de saude da terça parte da importancia paga pelos individuos da classe civil em tratamento nos hospitaes militares .....	1166
24 Decreto regulando a cobrança dos emolumentos devidos pelo registo obrigatorio no real archivo da Torre do Tombo de cartas de mercês .....	1059	31 Officio declarando ser applicavel sómente aos auctores dos crimes a lei de 3 d'abril de 1896 relativa a alienados .....	1166
24 Decreto organisando a secretaria d'estado dos negocios estrangeiros .....	1062		

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

---

1901

# COLLECCÃO

## DA

# LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1901

### JANEIRO

(CIRCULAR)—III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Sendo necessario tornar uniforme a fôrma como os Conselhos administrativos das diferentes unidades devem organizar as suas contas annuaes para serem submettidas a julgamento no Tribunal de contas, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de participar a v. ex.<sup>a</sup> que o mesmo ex.<sup>mo</sup> sr., por seu despacho de 21 do mez findo, determinou:

1.<sup>o</sup> Que as contas correntes devem ser organisadas conforme o modelo junto;  
2.<sup>o</sup> Acompanha esta conta corrente o certificado, passado pelo respectivo Conselho administrativo, confirmando as verbas inscriptas.

3.<sup>o</sup> Tanto a conta corrente como os certificados devem ter o *visto* de conformidade da respectiva Repartição de fazenda militar, ou, na sua falta, da Repartição de fazenda provincial.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—7.<sup>a</sup> Repartição da Direcção geral de contabilidade publica, 4 de janeiro de 1901.—III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Inspector de fazenda da provincia de Cabo Verde.—O chefe da Repartição.—*João Duarte Figueiredo Bastos.*

(a)...

Conta da gerencia dos vencimentos das praças d... e dos solpedes no anno economico de 190...-190...

Receita		Despesa	
Recebido, durante o anno economico, do cofre da provincia:		Pelo pagamento ás praças do vencimento do pret, fardamento, gratificação de readmissão, de guarnição, de classe, de marcha e de tratamento de gado....	-§-
Para pret, fardamento, gratificação de readmissão, de guarnição, de classe, de marcha e de tratamento de gado.	-§-	Despendido com o melhoramento de rancho .....	-§-
Para auxilio de rancho.....	-§-	Pago, de rações de pão compradas .....	-§-
Para rações de pão para as praças...	-§-	Pago, de rações de forragens compradas.	-§-
Para rações de forragens.....	-§-	Despendido com a ferragem e curativo dos cavallos e muares, concertos de arreios e equipamentos.....	-§-
Para ferragem e curativo dos cavallos e muares, concerto de arreios e equipamento .....	-§-	Despendido com o concerto e entretenimento do armamento, correame e equipamento individual, e instrumentos musicos e bellicos.....	-§-
Para concerto e entretenimento do armamento, correame e equipamento individual, e instrumentos musicos e bellicos .....	-§-	Despendido com a illuminação do quartel.	-§-
Para luzes do quartel .....	-§-	<i>Somma.....</i>	-§-
<i>Somma.....</i>	-§-		

Quartel em ... aos ... de ... de 190...

O Conselho administrativo

(a) Designação da unidade.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.<sup>o</sup> 9, de 31 de outubro proximo passado, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup> que, consultada a Direcção geral das contribuições directas ácerca das duvidas suscitadas a proposito do sello dos protocollos, informou ella esta secretaria d'estado de que os protocollos das audiencias, que, pelas tabellas de 1885, pagavam 80 réis de sello por cada meia folha, passaram a pagar 100 réis pelas tabellas de 1893, mas que esta alteração não recahia sobre os livros sellados regularmente conforme a legislação anterior, mas sómente sobre as folhas ainda não escriptas, tendo-se, comtudo, feito concessões, para continuarem a servir sem augmento do sello, em 26 de agosto e 30 de dezembro de 1893. Posto isto, é claro que a sellagem dos protocollos deve ser considerada vigente parallelamente ao regulamento de 1885, com a modificação de 1893, desde o começo de execução da respectiva lei do sello nas provincias ultramarinas.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 5 de janeiro de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador geral do Estado da India.—Pelo Director geral, *Augusto Ribeiro*.

(Boletim official da India, n.<sup>o</sup> 18).

Sua Magestade El-Rei, considerando o prejuizo que resulta para a fazenda nacional de se conceder a exoneração a funcionarios publicos das provincias ultramarinas, quando sejam devedores á mesma fazenda de quaesquer quantias: manda, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, recommendar aos Governadores das provincias ultramarinas, Estado da India e districto autonomo de Timor, que não remetam áquella secretaria d'estado requerimentos de funcionarios pedindo a exoneração dos seus cargos, sem que préviamente hajam depositado nas respectivas recebedorias a importancia de quaesquer dividas que tenham para com a fazenda nacional.

Paço, em 9 de janeiro de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do governo, n.<sup>a</sup> 11).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.<sup>o</sup> 2, de 1 do corrente mez, pedindo a sancção das providencias por v. ex.<sup>a</sup> tomadas para não serem interrompidos os trabalhos ordenados para acudir-se á crise alimenticia e sanitaria, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro de communicar a v. ex.<sup>a</sup> que, por despacho de 17, o auctoris a fazer a despesa indicada no dito officio, ficando por esta fórma legalisada a situação, visto que só ao Governo compete abrir creditos, depois de ouvidas as Estações competentes, nos termos do art. 17.<sup>o</sup> do decreto de 14 de setembro de 1900.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Setima Repartição da Direcção geral de contabilidade publica, 19 de janeiro de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde.—O chefe da Repartição, *João Duarte Figueiredo Bastos*.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Sua ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, reconhecendo a necessidade de estudar as epizootias que repetidas vezes reinam n'essa provincia e designadamente a que óra grassa entre o gado asinino da ilha da Boa Vista, encarrega-me de dizer a v. ex.<sup>a</sup>, em resposta ao seu officio n.<sup>o</sup> 3 da presente serie, que lhe parece conveniente, para esse fim, que as Camaras municipaes inscrevam annualmente nos seus orçamentos uma verba para o serviço veterinario da provincia. Com essa verba poderá ser contractado um veterinario, que tenha a sua residencia



habitual na ilha de S. Thiago e a obrigação de visitar periodicamente as outras ilhas e tambem sempre que as necessidades do serviço o exijam, assegurando-se assim o estudo permanente e o tratamento racional das doenças que costumam affectar os animaes do archipelago.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 19 de janeiro de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde = O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde, n.º 5).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 6, de 7 do corrente, encarega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup> que, segundo o parecer da Repartição militar, com que s. ex.<sup>a</sup> concordou por seu despacho de hoje, em vista do exposto no § 1.º do art. 15.º da organização de 18 de junho de 1897 o serviço prestado nas forças policiaes da Companhia deve ser contado como prestado nos corpos ou companhias de qualquer guarnição colonial, não devendo, porém, esta contagem ser extensiva aos officiaes inferiores que desempenharem qualquer serviço que não seja privativo d'essas forças policiaes, embora façam parte do seu effectivo.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 23 de janeiro de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Commissario do Governo junto da Companhia de Moçambique. = O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Tendo o Ministerio da marinha e ultramar mostrado a necessidade de substituir um grande numero de praças da ultima expedição a Moçambique, que, por motivo de doença, não é possível conservar n'aquella provincia, requisitando para tal fim, em 9 do corrente mez, as tropas que julgou indispensaveis: hei por bem decretar o seguinte:

1.º Que seja posto á disposição do Ministerio da marinha e ultramar, para, com a possível brevidade, embarcar com destino á provincia de Moçambique, um corpo expedicionario composto das forças que constam do mappa junto.

2.º Que aos officiaes e praças de pret, que constituem essas forças, sejam concedidos os vencimentos e mais vantagens estabelecidas nas instrucções approvadas por decreto de 12 de março de 1900.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da guerra e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 24 de janeiro de 1901. = REI. = *Luiz Augusto Pimentel Pinto* = *Antonio Teixeira de Souza*.

Mapa da força expedicionaria

Designações	Maior	Capitães	Tenentes	Alferezes	Tenente-medico	Tenente do corpo de officiaes de administração militar	Alferezes do corpo de officiaes de administração militar	Serralheiro-ferreiro	Papinagardito	Mestre de ferradores	Primeiro sargento	Segundos sargentos	Primeiros cabos serventes	Primeiros cabos condutores	Primeiros cabos	Soldados serventes	Soldados condutores	Soldados	Clarinis ou corneteiros	Ferradores	Total	
Commando das forças ..	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Serviço do estado maior .....	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Uma secção do regimento de artilheria n.º 4.....	-	-	1	1	1	-	-	1	1	1	-	2	3	2	-	14	20	20	-	1	1	45
Um pelotão do regimento de cavallaria n.º 1.....	-	-	2	2	-	-	-	-	-	1	-	5	-	-	4	-	-	-	30	1	4	49
Uma companhia do regimento de infantaria n.º 9 .....	-	1	2	4	-	-	-	-	1	-	1	13	-	-	23	-	-	227	4	-	-	276
Serviço de saude.....	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Serviço de administração militar .....	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	-	-	4	-	-	-	7	-	-	15
Somma.....	1	2	5	6	1	1	1	1	1	1	1	22	3	2	31	14	20	264	6	5	388	

Tendo-se ausentado hoje para fóra de Portugal, como lhe permite o artigo 8.º da carta de lei de 24 de julho de 1885, Sua Magestade El-Rei, meu muito amado e prezado esposo, assumindo eu a regencia, na conformidade das leis do reino, em cuja observancia, e nos termos do decreto de 25 do corrente mez, prestei perante as Córtes geraes da nação portugueza o devido juramento:

Hei por bem declarar, que me aprez conservar os actuaes Ministros no exercício das suas funcções; e,

Sendo indispensavel estabelecer o formulario com que, durante a minha regencia em nome de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. Carlos, Rei de Portugal e dos Algarves, etc., devem ser expedidos os diplomas e actos do Governo, e das auctoridades que mandam em nome do mesmo Augusto Senhor:

Hei outrosim por bem, tendo em vista o disposto na Carta constitucional da monarchia, decretar em nome de El-Rei, o seguinte:

1.º A promulgação das leis será feita com esta formula: «Dona Amelia, Rainha Regente de Portugal e dos Algarves, etc., em nome de El-Rei: Fazemos saber a todos os subditos de Sua Magestade que as Córtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte».

2.º A formula das cartas patentes e de quaesquer outros diplomas do Governo, ou cartas e titulos dos tribunaes, que se costumam expedir em nome expresso do Rei, será: «Dona Amelia, Rainha Regente de Portugal e dos Algarves, etc., em nome de El-Rei».

3.º A formula dos alvarás será: «Eu, a Rainha, Regente em nome do Rei, faço saber».

4.º As cartas régias para subditos portuguezes dirão no lugar competente: «Eu, a Rainha, Regente em nome do Rei»; e para estrangeiros dirão: «Eu, a Rainha, Regente de Portugal e dos Algarves, etc., em nome do Rei»:

5.º Os decretos terão a formula ordinaria, accrescentando-se á expressão preceptiva as palavras: «Em nome de El-Rei».

6.º As Portarias do Governo terão este formulario: «Manda Sua Magestade a Rainha, Regente em nome do Rei, pela secretaria d'estado dos negocios, etc.» Nas Portarias expedidas pelos tribunaes, nos casos do estylo, se usará da formula: «Manda Sua Magestade a Rainha, Regente em nome do Rei, pelo tribunal», etc.

7.º As supplicas, representações e mais papeis, que me forem dirigidos, ou immediatamente ou pelas Repartições publicas e tribunaes, empregarão o tratamento de «Magestade», e principiarão: «Senhora»; a direcção externa será: «A Sua Magestade a Rainha, Regente em nome do Rei».

Toda a correspondencia official deve ser expedida sob o titulo de «Serviço nacional e real».

O presidente do Conselho de Ministros, e os Ministros e secretarios d'estado de todas as Repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 28 de janeiro de 1901.—RAINHA REGENTE—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*—*Arthur Alberto de Campos Henriques*—*Fernando Mattozo Santos*—*Luiz Augusto Pimentel Pinto*—*Antonio Teixeira de Sousa*—*João Marcellino Arroyo*—*Manuel Francisco de Vargas*.

(Diario do governo, n.º 23).

Tendo-se suscitado duvidas ácerca da verba de sêllo a applicar ás cartas ou titulos de concessões de terrenos e de minas nas provincias ultramarinas: manda Sua Magestade a Rainha, Regente em nome do Rei, declarar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, aos Governadores das provincias ultramarinas, que o sêllo a impôr aos contractos de aforamento de terrenos e de exploração de minas deve ser o sêllo fixo (verba 182) e o sêllo proporcional (verbas 304 e 305) das tabellas do sêllo em vigor nas mesmas provincias, regulando-se, com relação ás minas, o sêllo proporcional pelo valor do imposto fixo a que se refere o n.º 1.º do artigo 23.º do decreto com força de lei de 23 de dezembro de 1898, computado como quantitativo da renda.

Paço, em 20 de janeiro de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do governo, n.º 25)

Estabelecendo o § unico do artigo 4.º do decreto de 10 de janeiro de 1895 que a pena de deportação militar seja cumprida em provincia ultramarina differente d'aquella onde o crime fôr perpetrado: determina sua Magestade a Rainha, Regente em nome do Rei, que nas trasferencias das praças de pret das guarnições do ultramar, condemnadas na citada pena, se observem as regras marcadas no artigo 156.º do regulamento disciplinar de 23 de novembro de 1899 para as praças de pret, que tenham de ser transferidas na conformidade d'este regulamento.

A designação da provincia para onde deve ser transferida qualquer praça n'estas circumstancias é da competencia do respectivo Governador.

(Diario do governo, n.º 41).

Sendo urgente pôr em circulação em todas as provincias das costas occidental e oriental da Africa sêllos postaes de taxas mais elevadas das que actua'mente se acham em circulação, a fim de evitar que as correspondencias de maior peso d'ali expedidas sejam franqueadas com avultado numero de sêllos:

Hei por bem, em nome de El-Rei, decretar o seguinte:

É auctorizada a emissão de sêllos postaes das taxas de 500 e 700 réis para as provincias de Cabo Verde, Guiné, S. Thomé, Angola e Moçambique, e para os districtos do Congo, Lourenço Marques e Zambesia.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 31 de janeiro de 1901.—RAINHA REGENTE.  
—Antonio Teixeira de Sousa.

(Diario do governo, n.º 29).

Nos termos do decreto com força de lei de 22 de dezembro de 1895;

Tendo em vista as informações do Governador geral da provincia de Angola: e

Considerando que terminou em 31 de dezembro proximo passado o praso marcado para serem completamente retiradas da circulação e inutilisadas as notas e cédulas da fazenda, emittidas na provincia de Angola:

Hei por bem, em nome de El-Rei, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Cessou, por completo, em 31 de dezembro de 1900, o curso legal das notas e cédulas da fazenda, emittidas na provincia de Angola, não reconhecendo o Governo a validade das que, porventura, tenham deixado de ser retiradas da circulação e inutilisadas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 31 de janeiro de 1901.—RAINHA REGENTE.  
—Antonio Teixeira de Sousa.

(Diario do governo, n.º 27).

Manda Sua Magestade a Rainha, Regente em nome do Rei, communicar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, aos Governadores das provincias ultramarinas, para seu conhecimento e para que devidamente o façam constar, que o papel sellado que, desde esta data é remetido para as mesmas provincias, conforme requisições recebidas, é de fabrico especial, privativo do ultramar, tendo em cada meia folha as armas reaes portuguezas e as legendas: «Imposto do sêllo — Ultramar», em letras chamadas de agua, sombra e luz e a designação da fabrica productora, continuando, porém, a servir o papel sellado do typo anterior, emquanto não fôrem exgotadas as quantidades existentes nos respectivos depositos e cofres ultramarinos.

Paço, em 31 de janeiro de 1901.—Antonio Teixeira de Sousa.

(Diario do governo, n.º 27).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup>, a fim de que se digne transmittil-o á Administração da Companhia de Moçambique, que, de conformidade com o parecer da Junta consultiva do ultramar, não pode o Governo auctorisar a Companhia a collocar sob as ordens directas do Director da alfandega a guarda fiscal da Beira, por contrariar princípios claramente definidos no regulamento approved por decreto de 12 de maio de 1898.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 31 de janeiro de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Commissario do Governo junto da Companhia de Moçambique. = O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

## FEVEREIRO

CIRCULAR. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tendo a Direcção geral dos correios e telegraphos reclamado a esta secretaria d'estado contra o mau uso, das Estações postaes das diversas provincias ultramarinas, de não devolverem ao correio de Lisboa os saccos em que lhes é remetida a correspondencia, o que não só é de grave prejuizo para a boa ordem dos trabalhos pelas difficuldades que occasiona, mas ainda de prejuizo para o thesouro pela immediata necessidade de substituir os referidos saccos, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.<sup>a</sup> se digne ordenar, por fórma terminante, que as Estações postaes ultramarinas devolvam sempre, pelo primeiro correio, á Estação de origem, todos os saccos que recebam e não façam parte do material d'aquellas Estações.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 1 de fevereiro de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de S. Thomé. = O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de S. Thomé, n.º 10).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:510, em que é recorrente Jacinto Honorio José de Moura e recorridos o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar e Francisco Raymundo d'Assa Castel-Branco e outros;

Mostra-se que o recorrente vem, na qualidade de tenente do quadro de Moçambique do exercito da Africa oriental, recorrer para este tribunal com o fim de obter reparação ao aggravo, que allega ter-lhe sido feito em differentes decretos do Commissario régio do Estado da India promovendo, nos postos de major e capitão, differentes officiaes do mesmo exercito, com preterição do recorrente.

O decreto de 16 de agosto de 1895 reorganizou as forças ultramarinas e estatuiu no artigo 12.º o seguinte preceito: os officiaes do ultramar constituirão dois unicos quadros, o oriental, comprehendendo Moçambique, India, Macau e Timor, e o occidental, comprehendendo Angola, Congo, S. Thomé e Principe, Cabo Verde e Guiné; e no § 2.º do artigo 13.º estabeleceu: que, no quadro oriental, contar-se-ha a antiguidade, para a promoção em qualquer posto, pela data da promoção a alferes.

O recorrente foi promovido ao posto de alferes por decreto de 18 de agosto de 1887; succede que o Commissario na India, baseado no decreto de 11 de agosto de 1894, promoveu, em 4 de novembro de 1897, ao posto de major Francisco Raymundo d'Assa Castel-Branco, com promoção de alferes em 18 de outubro de 1888, e Antonio João Mascarenhas, com promoção de alferes em 22 de maio de 1890, e bem assim promoveu

ao posto de capitão, em 28 de setembro de 1896, Josephino Manuel Gomes e outros; do exposto resulta que, fazendo-se as promoções aos postos de capitão e major dos officiaes referidos pertencentes, como o recorrente, ao quadro oriental, a que se refere o artigo 12.º do já citado decreto de 16 de agosto de 1895, se offendeu o disposto no § 2.º do artigo 13.º do mesmo decreto, por serem aquelles officiaes mais modernos no posto de alferes.

O agravo que se fez ao recorrente, com semelhantes preterições, é injusto e lamentavel, se se attender a que serve em Africa ha mais de vinte annos, e pede o recorrente para que, citados os interessados e informado o recurso, seja elle, recorrente, mandado promover ao posto de major com a respectiva antiguidade;

Mostra-se que, dos interessados, só Manuel Freire de Menezes Junior, capitão da guarnição da India, respondeu ao recurso, mostrando que o decreto de 1895 nunca chegou a ter execução, e, vigorando o decreto de 1894, por força d'este, fôra o proprio recorrente promovido a capitão, carecendo de direito e de justiça a sua reclamação; em relação a todos os mais interessados seguiu o processo á revelia;

Mostra-se responder o Ministerio da marinha que o Governo, depois de demorado estudo, reconhecendo a impossibilidade de ser mantido o quadro oriental a que se refere o decreto de 16 de agosto de 1895, mas desejando, ao mesmo tempo, dar uma solução ao assumpto sobre que versa este recurso, de fôrma que os officiaes das guarnições de Moçambique, Macau e Timor tivessem a devida compensação do prejuizo que, porventura, houvessem soffrido com as promoções effectuadas no Estado da India, tomou a resolução que consta do decreto de 4 de agosto de 1898, em vista do que os officiaes das guarnições citadas reverteram aos quadros a que pertenciam antes da publicação d'aquelle decreto. Esta medida, que foi aconselhada tambem pela Junta consultiva do ultramar e pela Commissão nomeada por decreto de 30 de abril de 1897, teve como consequencia grande numero de promoções no quadro de Moçambique, ascendendo o recorrente a capitão em 24 de abril de 1898, unica promoção a que, na melhor das hypothèses, teria direito se vigorasse o quadro oriental, como se vê a fl. 3 e 3 v.

Em vista das razões expostas e dos considerandos do relatorio junto ao decreto de 4 de agosto de 1898, julgou o Governo liquidadas as questões com os officiaes do quadro oriental, tendo tomado a resolução mais vantajosa para elles;

Mostra-se seguir o processo todos os seus termos regulares e responder o Ministerio publico a fl. 38:

O que tudo visto e ponderado, e a resposta do Ministerio publico;

Considerando que as informações de fl. 3 e 36 são accordes em considerar que o recorrente não tem nem razão nem justiça para reclamar;

Considerando que o decreto de 1895, em que o recorrente baseou a sua reclamação, nunca teve execução;

Considerando que o Governo revogou os quadros creados pelo decreto de 1895 e collocou os officiaes nas posições anteriores ao mesmo decreto, e assim nenhum official ficou prejudicado e todos foram promovidos nos termos do decreto de 1894;

Considerando que, em virtude do decreto de 4 de agosto de 1898, o recorrente foi promovido a capitão, que, na hypothese mais vantajosa, era a unica promoção que poderia ter, se se conservassem os quadros e o decreto de 1895 pudesse executar-se, não tendo soffrido o recorrente desvantagem alguma:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso por falta de fundamento legal.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 7 de fevereiro de 1901. — RAINHA REGENTE.  
— Antonio Teixeira de Sousa.

(Diario do governo, n.º 35).

Processo n.º 47 de 1899. — Recorrente Govindagy Zossovonta Ran; recorrido o Conselho de provincia do Estado da India. Relator, José Maria Teixeira Guimarães.

Tendo-me sido presente a consulta e accordão da Junta consultiva do ultramar, constituida como tribunal Contencioso, com assistencia do representante do Ministerio

publico, para julgar um recurso extraordinario como materia de contribuição predial, em que foram collectados os predios do Dessaiado de Pernêm pertencentes ao recorrente Govindagy Zossovonta Ran, vê-se que:

Tendo sido collectados os referidos predios por effeito da applicação do decreto com força de lei, n.º 1, de 1 de setembro de 1881, reclamou o recorrente perante a Junta fiscal das matrizes do concelho de Pernêm, pedindo que os predios inscriptos fôsem eliminados da matriz predial, ao que a Junta indeferiu por não haver fundamento para a reclamação;

Vê-se mais que contra o despacho da Junta fiscal interpoz o recorrente recurso extraordinario para o Conselho de provincia do Estado da India, o qual se recusou a tomar conhecimento do referido recurso, visto que esta fórmula de recurso é unicamente facultada aos que forem collectados na matriz predial sem fundamento para o serem, situação em que não se encontrava o recorrente;

Vê-se tambem que do accordão do Conselho de provincia interpoz o recorrente recurso extraordinario para a Junta consultiva do ultramar, allegando que a contribuição predial, creada no Estado da India pelo decreto de 1 de setembro de 1881, apenas poderia ser applicada aos proprietarios e usufructuarios que anteriormente estavam sujeitos ao pagamento dos dizimos, situação em que o recorrente não se encontrava em qualquer tempo; e que, demais, pelo pagamento da sua contribuição denominada «Tofô», estava elle, recorrente, ao abrigo de quaesquer outras imposições, como havia sido garantido a um seu antecessor, por effeito do convenio celebrado em 30 de janeiro de 1788 entre o capitão general do Estado da India e o Rajah Bahadar; e, finalmente, pedindo que os predios do Dessaiado fôsem eliminados da matriz da contribuição predial:

O que visto e ponderado; e

Considerando que o texto do decreto com força de lei de 1 de setembro de 1881 não contém qualquer disposição restrictiva da sua applicação, quer nos predios que anteriormente pagavam a contribuição de dizimos pelas culturas de palmares e arrozaes ou pela exploração de sámas, quer a quaesquer outros predios com diversa cultura ou applicação;

Considerando mais que, por effeito da Portaria provincial de 9 de dezembro de 1895, foram extinctos os foros do concelho de Pernêm, e, portanto, os dos bens do Dessaiado do recorrente, estabelecendo-se desde essa época o regimen da contribuição predial de quotidade:

Hei por bem, em nome de El-Rei, negar provimento ao recurso extraordinario interposto por Govindagy Zossovonta Ran, Dassay de Pernêm.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 7 de fevereiro de 1901. = RAINHA REGENTE. = *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do governo, n.º 48).

Processo n.º 145, de 1899. — Recorrentes Almaramá Rogunatá Porobo Parcecar e Naraná Atmaramá Porobo Parcecar; recorrido o Conselho de provincia do Estado da India. Relator, José Maria Teixeira Guimarães.

Tendo-me sido presente a consulta e accordão da Junta consultiva do ultramar, constituida como tribunal contencioso, com assistencia do representante do Ministerio publico, para julgar um recurso extraordinario em materia de contribuição predial em que foram collectados os predios do Dessaiado de Pernêm, pertencentes aos recorrentes Almaramá Rogunatá Porobo Parcecar e Naraná Atmaramá Porobo Parcecar, vê-se que:

Tendo sido collectados os referidos predios por effeito da applicação do decreto com força de lei n.º 1, de 1 de setembro de 1881, reclamaram os recorrentes perante a Junta fiscal das matrizes do concelho de Pernêm, pedindo que os predios inscriptos fôsem eliminados da matriz predial ao que a Junta indeferiu por não haver fundamento para a reclamação.

Vê-se mais que contra o despacho da Junta fiscal interpuzeram os recorrentes recurso extraordinario para o Conselho de provincia do Estado da India, o qual se recusou a

tomar conhecimento do referido recurso, visto que esta fôrma de recurso é unicamente facultada aos que forem collectados na matriz predial sem fundamento para o serem, situação em que não se encontravam os recorrentes.

Vê se também que do accordão do Conselho de provincia interpuzeram os recorrentes recurso extraordinario para a Junta consultiva do ultramar, allegando: que a contribuição predial, creada no Estado da India pelo decreto de 1 de setembro de 1881, apenas poderia ser applicada aos proprietarios e usufructuarios que anteriormente estavam sujeitos ao pagamento dos dizimos, situação em que os recorrentes não se encontravam em qualquer tempo; e que, demais, pelo pagamento da sua contribuição denominada «Tofô», estavam elles recorrentes ao abrigo de quaesquer outras imposições, como havia sido garantido a um seu antecessor por effeito do convenio celebrado em 30 de janeiro de 1788 entre o capitão-general do Estado da India e o Rajah Bahadar; e, finalmente, pedindo que os predios do Dessaiado fôssem eliminados da matriz da contribuição predial:

O que visto e ponderado; e

Considerando que o texto do decreto com força de lei de 1 de setembro de 1881 não contém qualquer disposição restrictiva da sua applicação, quer aos predios que anteriormente pagavam a contribuição de dizimos pelas culturas de palmares e arrozaes ou pela exploração de salinas, quer a quaesquer outros predios com diversa cultura ou applicação;

Considerando mais, que, por effeito da Portaria provincial de 9 de dezembro de 1885, foram extinctos os fóros do concelho de Pernêm, e, portanto, os dos bens do Dessaiado dos recorrentes, estabelecendo-se desde essa época o regimen da contribuição predial de quotidade:

Hei por bem, em nome de El-Rei, negar provim nto ao recurso extraordinario interposto por Almaramá Rogunatá Porobo Parcecar e Naraná Atmaramá Porobo Parcecar.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 7 de fevereiro de 1901. — RAINHA REGENTE.  
— Antonio Teixeira de Sousa.

(Diário do governo, n.º 48).

Sendo necessario providenciar de maneira que os preceitos do decreto com força de lei de 14 de setembro ultimo tenham a mais completa e homogenea execução em todo o ultramar, como convêm á boa ordem e regularidade do serviço de contabilidade publica e aos interesses da fazenda: determina Sua Magestade a Rainha, Regente em nome do Rei, que, pela Inspeção geral de fazenda do ultramar, se declare, aos Governadores das provincias ultramarinas, ao do districto autonomo de Timor e aos respectivos Inspectores de fazenda, o seguinte:

1.º Que a execução do referido decreto com força de lei se deve regular, provisoriamente, até á publicação do respectivo regulamento, tanto quanto possivel, pelas disposições do regulamento geral da administração da fazenda e da contabilidade publica nas provincias ultramarinas, approved por decreto de 7 de novembro de 1889, e pelos regulamentos especiaes de cada provincia respeitantes á liquidação e cobrança de quaesquer contribuições do Estado;

2.º Que, no ordenamento e pagamento das despesas, se deve ter rigorosamente em vista o disposto nos artigos 15.º e seus §§ 1.º a 4.º, e 16.º e seu § unico do decreto de 14 de setembro ultimo, sendo-lhes completamente defeso determinar quaesquer pagamentos que não estejam superiormente auctorisados, ou para os quaes não haja, nas tabellas orçamentaes que vigorarem, verbas especialmente destinadas.

3.º Que o ordenamento do pagamento dos vencimentos do pessoal que, por determinação do Governo e consoante ás exigencias do serviço, fôr mandado servir no ultramar, se faça segundo o que se contiver nas respectivas guias de vencimentos, ou em quaesquer outros documentos emanados do Governo; devendo proceder-se semelhantemente com os vencimentos que, nos termos legaes, possam e devam competir a quaesquer funcionarios que, durante o anno economico, forem promovidos, reformados, aposentados ou jubilados.



4.º Que quaesquer alterações, para mais ou para menos, nas importancias auctorisadas para as despesas de cada provincia ou districto autonomo, devem constituir assumpto de propostas especiaes dos Governadores com relação a cada artigo da tabella, as quaes deverão ser remettidas ao Governo conjunctamente com a respectiva proposta de orçamento de previsão para o exercicio futuro e dar entrada na Direcção geral do ultramar até 31 de outubro de cada anno, nos termos do artigo 13.º do citado decreto de 14 de setembro.

5.º Que, devendo a despesa com o pessoal subordinar-se ao duodecimo das respectivas verbas auctorisadas, e a do material á parte correspondente em cada trimestre, só nos casos extraordinarios previstos no artigo 23.º do decreto com força de lei de 28 de dezembro de 1882 é que no decorrer de cada anno economico os Governadores poderão solicitar, e telegraphicamente em casos urgentes, o pagamento de quaesquer despesas.

6.º Que as despesas determinadas pelo Governo, durante a vigencia de qualquer anno economico, quer se refiram a pessoal, quer a material, e para os quaes não haja verbas especiaes já descriptas nas tabellas orçamentaes, serão classificadas no capitulo 8.º, na verba «despesas eventuaes».

7.º Que os Inspectores de fazenda deverão mandar formular e enviarão á secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, de maneira a n'esta dar entrada até 15 de junho de cada anno, uma nota dos excessos que, em vista das auctorisações superiormente concedidas ou do pagamento de vencimentos ao pessoal, incluido nas disposições do n.º 3.º e, por isso, não comprehendido nas tabellas orçamentaes, se calcule deva haver no fim do anno economico em cada artigo, secção e verbas, quando estas, estando comprehendidas no mesmo artigo ou secção, sejam destinadas a custear despesas de natureza differente; e bem assim uma outra dos saldos que se calcule deva haver nos restantes artigos, secções e verbas orçamentaes, a fim de se dar cumprimento ao disposto nos artigos 17.º ou 18.º do decreto de 14 de setembro.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica aos Governadores das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor, para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 11 de fevereiro de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(*Diario do governo*, n.º 35).

(CIRCULAR)—Ill.º e ex.º sr.—Relativamente á execução do disposto na Portaria régia de 21 de junho de 1900, encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.ª, para os fins convenientes, que a correspondencia para as auctoridades estranhas a esta Direcção geral deve vir com sello volante e não encerrada, mas coberta pelo respectivo officio de remessa.—Deus guarde a v. ex.ª—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 14 de fevereiro de 1901.—Ill.º e ex.º sr. Governador do districto autonomo de Timor.—O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

(*Boletim official de Timor*, n.º 17).

(CIRCULAR)—Ill.º e ex.º sr.—Havendo conhecimento n'esta secretaria d'estado de que a alguns sobas ou regulos avassallados se lhes tem dado o nome ou appellido de pessoas mais ou menos conhecidas, quer pela posição que occupam na politica ou na sociedade, quer por serem funcionarios publicos, e não parecendo regular semelhante procedimento, encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.ª se digne determinar que no futuro cesse tal uso n'essa provincia.

Deus guarde a v. ex.ª—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 16 de fevereiro de 1901.—Ill.º e ex.º sr. Governador geral da provincia de Angola.—O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

(*Boletim official de Angola*, n.º 12).

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup>, para os devidos effeitos, que a «Empresa nacional de navegação a vapor para a Africa portugueza» concede, no regresso de cada vapor para o reino, seis passagens gratuitas a repatriados, pela seguinte forma: tres da provincia de Angola, duas da de S. Thomé e uma da de Cabo Verde.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 16 de fevereiro de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde. = O Director geral, *Francisco Feisberto Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde, n.º 12).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 502, de 5 de dezembro do anno proximo findo, propondo a elevação a 210 réis diários do auxilio para o rancho das praças expedicionarias e da companhia de policia e fiscalisação de Lourenço Marques, cumpre-me informar v. ex.<sup>a</sup>, para os effeitos convenientes, haver s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar approvado, por seu despacho de 16 do corrente, aquella proposta de v. ex.<sup>a</sup> e bem assim as instrucções que regulam a confecção do rancho geral, contidas na Portaria provincial, n.º 582, de 1900.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Inspeção geral de fazenda do ultramar, 20 de fevereiro de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador geral de Moçambique. = O Inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Inédito).

#### Portaria provincial a que se refere o officio supra

N.º 582. — Urgindo adoptar para o rancho das praças do corpo expedicionario e do de policia e fiscalisação de Lourenço Marques normas e principios taes, que o rancho e a despesa não sejam diversos n'aquelles corpos:

Sendo certo que, em consequencia da acção deprimente do clima, é indispensavel que o rancho em Africa seja mais nutriende e variado do que no reino;

Considerando que, por outro lado, é urgente reduzir a despesa com o rancho ao minimo absolutamente indispensavel, evitando-se cuidadosamente quaesquer superfluidades, sempre inconvenientes por tenderem a crear habitos a todos os respeito nocivos, prejudicando uma das mais apreciaveis qualidades do soldado portuguez, — a sua tradicional sobriedade;

Considerando que em Africa, mais ainda do que no reino, o regimen alimenticio deve variar em harmonia com o exercicio physico;

Tendo em attenção o relatorio e propostas da Commissão nomeada por Portaria provincial, n.º 562, de 18 do mez findo;

Hei por conveniente determinar, provisoriamente, o seguinte:

1.º Na confecção do rancho serão interinamente adoptados os principios e propostas da Commissão acima mencionada, os quaes serão opportunamente communicados aos commandantes do corpo expedicionario e do corpo de policia e fiscalisação de Lourenço Marques, approximando-se, quanto possivel, o rancho do actualmente fornecido no quartel da policia, por isso que a experiencia parece mostrar que é sufficiente, mesmo tendo as praças um serviço bastante activo.

2.º As verbas fixadas para auxilio do rancho e etape devem ser consideradas com um *maximum* que não é forçoso attingir.

3.º Os commandantes do corpo expedicionario e do corpo de policia e fiscalisação de Lourenço Marques darão por muito recommendado aos officiaes e officiaes medicos sob as suas ordens o estudo attento d'este assumpto, sob o ponto de vista da conveniente alimentação e da possivel variedade do regimen alimenticio, tudo de harmonia com o exercicio physico das praças e em conformidade com os preceitos da hygiene.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram. — Governo geral em Lourenço Marques, 8 de novembro de 1900. = O Governador geral, *Manuel R. Gorjão*.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio d'essa Repartição de fazenda, n.º 68, do anno passado, no qual se pede esclarecimento sobre se ao conductor chefe das obras publicas d'essa provincia deve ser abonada ajuda de custo quando em trabalhos de campo, visto ser elle o chefe da Repartição e a lei não fixar ajuda de custó para estes funcionarios, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro de comunicar a v. ex.<sup>a</sup> que não ha razão para se abonar ajuda de custo ao chefe de serviço d'obras publicas d'essa provincia, por isso que este tem vencimentos especiaes superiores aos outros empregados da mesma classe, sendo mesmo superior a sua gratificação ás que recebem alguns engenheiros directores, aos quaes se não abona ajuda de custo por trabalhos de campo.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — 7.<sup>a</sup> Repartição da Direcção geral de contabilidade publica, 21 de fevereiro de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. chefe da Repartição de fazenda da Guiné. — O chefe da Repartição, *João Duarte Figueiredo Bastos*.

(Inédito).

Sendo conveniente promover, quanto possivel, o alargamento de relações entre o Estado da India portugueza e o districto de Aden, para o que poderá concorrer o barateamento dos portes das correspondencias, unificando-se aquelles a que estão sujeitas as cartas permutadas entre o mesmo Estado e o referido districto de Aden; e

Attendendo ás representações dos subditos portuguezes naturaes do Estado da India, residentes em Aden, e ás razões de natureza economica ponderadas pelo respectivo Governador geral e pelo Consul de Portugal em Aden:

Hei por bem decretar que, a contar do dia 1 do proximo mez de abril, a taxa das cartas procedentes do Estado da India portugueza com destino ao districto de Aden, seja de 6 réis (moeda indiana) por cada porte simples de 15 grammas ou fracção d'este peso.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 21 de fevereiro de 1901. — REI. — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do governo, n.º 44).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:987, em que é recorrente Francisco José das Neves Junior, e recorrido Norberto Paes de Oliveira Mamede, e de que foi relator o conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado:

Mostra-se d'este processo que Francisco José das Neves Junior, segundo pharmaceutico do quadro de saude da provincia de Angola e S. Thomé e Príncipe, recorre do despacho que promoveu a primeiro pharmaceutico do referido quadro o recorrido, e allega: que, sendo o recorrente pharmaceutico mais antigo n'aquelle quadro, e tendo tido bom comportamento civil e militar, como se vê dos documentos que junta, devia ter sido elle o promovido, em vista do que dispõe a carta de lei de 28 de maio de 1896, e não o recorrido;

Mostra se que, ouvido o ex.<sup>mo</sup> Ministro e o respectivo chefe de serviço de saude, que fez a proposta para a promoção, nos termos do artigo 20.º da citada carta de lei, informam desfavoravelmente a pretensão do recorrente, pelo pouco zêlo com que desempenhava o serviço a seu cargo:

O que tudo visto e a resposta do Ministerio publico;

Considerando que o artigo 21.º da citada carta de lei determina que, em caso nenhum tenha logar a promoção, quando as informações officiaes não attestem o bom desempenho do serviço dos funcionarios propostos;

Considerando que do processo consta que o recorrente não tinha pelo serviço a seu cargo o devido zêlo e dedicação, como em parte confessa:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 21 de fevereiro de 1901. — REI. — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do governo, n.º 44).

Tendo a doença do somno tomado consideravel desenvolvimento na provincia de Angola, propagando-se do concelho de Muxima, onde iniciou os seus perniciosos effeitos, aos mais ricos e populosos concelhos dos districtos de Loanda, Benguella e Congo, e havendo urgencia de combater tão grande epidemia, não só no cumprimento de deveres de humanidade, mas ainda para combater os prejuizos economicos que resultam do rareamento da população pela morte e pelo terror que a molestia infunde;

Attendendo a que as providencias até hoje adoptadas para combater tão grave epidemia têm sido inefficazes por serem obscuras a etiologia e a transmissão da doença;

Considerando que o estudo das doenças infecto-contagiosas, em cujo quadro parece estar comprehendida a doença do somno, só pôde ser feito com vantagem e probabilidade de exito nos focos mais importantes, por maneira a poderem ser apreciadas todas as circumstancias, tanto as inherentes á molestia como as externas e que possam ter influencia no desenvolvimento e propagação da doença;

Considerando que os estudos d'esta natureza exigem conhecimentos especiaes de microbiologia e de epidemiologia, para que d'ellas possa resultar o conhecimento exacto da molestia no interesse da humanidade e da sciencia;

Manda Sua Magestade El-Rei, pela Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se nomeie uma missão scientifica constituída por Annibal Bettencourt, director do Real instituto bacteriologico de Lisboa, chefe da missão, Ayres José Kopke Correia Pinto, medico naval de 1.<sup>a</sup> classe, director do Laboratorio bacteriologico do hospital da marinha, José Gomes de Rezende Junior, tenente-medico do exercito, chefe de serviço do Real instituto bacteriologico, João Braz de Gouveia, preparador do mesmo instituto, e á qual será aggregado em Angola o facultativo de 3.<sup>a</sup> classe do respectivo quadro de saude, Annibal Celestino Correia Mendes, director do Laboratorio bacteriologico do hospital de Loanda, incumbida de estudar na provincia de Angola a *doença do somno*, devendo a mesma missão scientifica, durante a sua estada em Africa, estudar a etiologia e transmissão da malaria.

O que se comunica ao Governador geral da provincia de Angola, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 21 de fevereiro de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(*Diario do governo*, n.º 44).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:631, em que é recorrente Manuel Freire de Menezes Junior e recorrido Alberto Feliciano Marques Pereira, de que foi relator o conselheiro, vogal extraordinario, Martinho Augusto da Cruz Tenreiro;

Mostra-se que, tendo o decreto provincial do Estado da India, n.º 20, de 30 de janeiro de 1897, promovido o tenente do exercito do mesmo Estado Alberto Feliciano Marques Pereira a capitão, mandando-lhe contar a antiguidade n'este posto desde 31 de janeiro de 1893, o recorrente vem recorrer da ultima parte d'esse decreto e bem assim do decreto de 1 de outubro de 1897, que promoveu o recorrido ao posto de major.

Fundamenta o recorrente o seu recurso no seguinte:

Que, tendo o recorrido, então tenente do exercito de Africa occidental, sido nomeado, por decreto de 27 de julho de 1893, professor da 1.<sup>a</sup> cadeira do Lyceu nacional de Nova Gôa, e graduado em capitão, por decreto de 25 de maio de 1896, por se achar nas circumstancias mencionadas no mesmo decreto, e especialmente por estar collocado n'uma situação de caracter permanente na provincia de Nova Gôa, e ainda por ter concorrido ao serviço das barricadas com officiaes de guarnição que, sendo mais modernos do que elle, já tinham sido promovidos a capitães, parece ao recorrente que o primeiro fundamento d'aquelle decreto, referindo-se a uma commissão inteiramente civil, nada tem com as contingencias occorridas no serviço militar, nem determinar antiguidades, nem justificar graduações, e que, quanto ao outro fundamento do mesmo decreto, nenhuma razão ha para ser admittido, porquanto não consta, como se vê do documento n.º 8 a fl. 20 v., que o recorrido tomasse parte no serviço das barricadas;

Que o decreto de 3 de dezembro de 1896, que transferiu o recorrido, tenente do exercito da Africa occidental, para a guarnição do Estado da India, não lhe pôde ter

garantido o direito de ser collocado á direita dos tenentes que fôsem mais modernos, por isso que nenhuma lei ha que tal preceitue, visto que a unica disposição legal que regula a posição dos officiaes que são transferidos de uns para outros quadros é o artigo 30.º do decreto com força de lei de 2 de dezembro de 1869, que determina que «os officiaes que, por conveniencia propria, passarem de uns para outros quadros, ficarão considerados como os mais modernos das respectivas classes»; e o § 3.º do artigo 95.º do decreto provincial, n.º 166-A, de 19 de novembro de 1896, mas este ultimo só applicavel aos officiaes do reino que passam ao exercito da India, caso que se não dá com o recorrido;

Que, com relação á promoção do recorrido a capitão, contando se lhe a antiguidade de 31 de janeiro de 1893, não houve para isso fundamento legal, por isso que a clausula, «por conveniencia de serviço», só lhe conferia o direito de ser collocado á direita de todos os da sua classe que fôsem mais modernos do que elle;

Que, finalmente, com a promoção do recorrido a major, em 1 de outubro de 1897, ficou elle, recorrente, prejudicado, visto ser capitão mais antigo do que o primeiro.

Responde ao recurso o Ministerio da marinha pela 1.ª secção da 4.ª Repartição da Direcção geral do ultramar:

— que o recorrido, tendo sido transferido, por conveniencia de serviço, quando tenente do exercito do quadro da Africa occidental, para o quadro do exercito da India, foi graduado em capitão, visto haver n'este ultimo quadro capitães mais modernos do que elle como tenentes;

— que sendo o mesmo recorrido promovido á effectividade do posto de capitão, em 30 de janeiro de 1897, mandando-se-lhe contar a antiguidade n'esse posto de 31 de janeiro de 1893, visto ser tenente de 23 de abril de 1891;

— que, se se comparar a antiguidade respectiva do recorrente e recorrido nos postos de alferes e tenente, vê se que, em qualquer d'esses postos, o segundo é muito mais antigo do que o primeiro, visto que o recorrido é alferes desde 1 de abril de 1886 e tenente desde 23 de abril de 1891, e o recorrente, alferes desde 30 de julho de 1891 e tenente desde 27 de abril de 1893;

— que sendo o recorrido, e muito bem, capitão desde 31 de janeiro de 1893 e o recorrente de 28 de setembro de 1896, ainda n'este posto o recorrido é mais antigo do que o recorrente, e, portanto, justificada está a promoção a major do recorrido, da qual recorre o recorrente sem fundamento legal:

O que tudo visto e ouvido o Ministerio publico;

Considerando que a transferencia do recorrido do exercito da Africa occidental para o quadro do exercito da India lhe foi imposta por conveniencia de serviço, por isso se justifica a contagem da antiguidade do mesmo recorrido no posto de capitão desde 31 de janeiro de 1893, visto haver n'esse quadro capitães mais modernos do que elle no posto de tenente;

Considerando que, portanto, sendo o recorrente mais moderno do que o recorrido, não só no posto de capitão, mas ainda nos de tenente e alferes, ao recorrido é que pertencia a promoção a major que se contesta:

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, negar provimento ao recurso, confirmando a promoção contestada.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 21 de fevereiro de 1901.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do governo, n.º 46).

## MARÇO

Tendo-se suscitado duvidas sobre os vencimentos que devem perceber as praças de pret das guarnições das provincias ultramarinas, quando cumprindo a pena de presidio militar, e não havendo nada estabelecido a tal respeito: determina Sua Magestade El-Rei que as referidas praças sejam abonadas sómente do pret correspondente á sua classe, da verba ordinaria para fardamento, de uma ração diaria de pão ou farinha, conforme fôrem europeas ou indigenas, e do auxilio para rancho, emquanto durar a reclusão.

(Diario do governo, n.º 57).

III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tendo sido publicada no *Boletim official*, n.º 28, d'esse districto autonomo, de 14 de julho de 1900, a Portaria n.º 80, relativa á exploração da mina de sal gemma no reino de Laga e á exploração de sal marinho, e indicando o n.º 3.º da mesma Portaria que o Governo do districto reserva para a fazenda nacional o direito de pôr em hasta publica o exclusivo direito da sua extracção, quando o julgar conveniente, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de lembrar a v. ex.<sup>a</sup> que, segundo o decreto de 27 de setembro de 1894, não é permittida a concessão de exclusivos.

Rogo a v. ex.<sup>a</sup>, em nome do mesmo ex.<sup>mo</sup> sr., se digne informar a applicação que teve o n.º 3.º da Portaria citada, para conhecimento d'esta secretaria d'estado.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 1 de março de 1901.—III.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador do districto autonomo de Timor.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Indito.)

#### Portaria districtal a que se refere o officio supra

N.º 80. — Considerando que o Estado é o proprietario de todas as minas existentes no solo d'este districto, e que nenhuma pôde ser explorada sem licença do Governo;

Considerando que a mina do sal gemma, existente no reino de Laga, não tem tido exploração continua, nem pessoa alguma tem até agora pedido a concessão d'ella;

Considerando que tal mina é uma riqueza que não pôde nem deve ficar sem exploração, pois que todas as fontes de receita devem ser aproveitadas para o desenvolvimento da colonia:

Hei por conveniente determinar:

1.º O governo districtal reserva para a fazenda nacional o privilegio da extracção do sal na mina existente no reino de Laga, e a extracção far-se-ha segundo as instrucções que fôrem enviadas ao respectivo commandante militar.

2.º A extracção do sal marinho não poderá fazer-se em toda a costa maritima da colonia sem prévia licença.

3.º O governo districtal reserva para a fazenda nacional o direito de pôr em hasta publica o exclusivo do direito de extracção do sal marinho, quando o julgar conveniente.

4.º Pela licença de que trata a disposição segunda, pagará cada particular 3\$000 réis e o respectivo sello de 10 % da importancia da licença.

5.º As licenças de que trata o numero antecedente só serão válidas por quatro mezes, a contar de 1 de julho até 31 de outubro.

6.º Os commerciantes que quizerem vender sal munir-se-hão de uma licença especial, válida por um anno a contar de janeiro até 31 de dezembro.

7.º Pelas licenças de que trata o numero antecedente pagará cada commerciante 5\$000 réis e mais 10 % de sello.

8.º Todos os commandantes militares providenciarão para que a extracção do sal marinho se não possa fazer fraudulentamente, e poderão desde já pôr em hasta publica a adjudicação do privilegio de tal extracção, submettendo o contracto á approvação do Governo.

9.º Os reinos indigenas que o desejarem poderão ser adjudicatarios do privilegio da extracção do sal marinho, pelo mais alto preço que na hasta publica fôr offerecido, ficando os respectivos regulos responsaveis pelo pagamento, que deverá realisar-se até 30 de junho de cada anno e antes de começarem os quatro mezes a que se refere a disposição 5.ª.

10.º Os regulos dos reinos indigenas ficam responsaveis pelo pagamento das multas applicadas aos particulares, contraventores do exarado na disposição 4.ª.

11.º A base para a licitação, de que trata a disposição 9.ª, será a importancia de 10 licenças e do respectivo sello.

12.º Os contraventores do exarado na disposição 2.ª pagarão para a fazenda nacional, pela primeira contravenção, 10\$000 réis e 20\$000 réis por cada reincidencia.

13.º Os contraventores da disposição 6.ª pagarão, pela primeira contravenção, 15\$000 réis de multa e 20\$000 réis por cada reincidencia.

14.º As disposições d'esta Portaria serão sem demora publicadas n'esta cidade e nas sédes de todos os commandos militares, e dos reinos indigenas, por meio de editaes

fixados nos logares mais publicos, e de bandos, segundo os usos timorenses, e começarão a vigorar 20 dias depois da publicação.

15.<sup>a</sup> Na Repartição de fazenda e no respectivo livro far-se-ha menção especial das receitas provenientes da exploração da salina de Laga.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta competir a cumpam e façam cumprir.

Palacio do Governo de Timor em Dilly, 30 de novembro de 1898. = O Governador, *José Celestino da Silva*.

(CIRCULAR) — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tendo alguns Governos das provincias ultramarinas enviado a esta secretaria d'estado as informações annuaes dos respectivos funcçionarios, tanto civis, como militares, acompanhadas de officios de character ostensivo, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de chamar a attenção de v. ex.<sup>a</sup> para a conveniencia de que a remessa das alludidas informações seja sempre feita confidencialmente.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 4 de março de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde. = O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Sendo de reconhecida conveniencia modificar as prescripções do decreto de 25 de outubro de 1862, que regula o tempo que devem durar os lutos por fallecimento de pessoas reaes, segundo a sua categoria e grau de parentesco com o Soberano, pondo as disposições d'esse decreto mais em harmonia com as praticas geralmente estabelecidas em taes casos, e exarar, em diploma que as legalise, as modificações que, successivamente e pela acção das circumstancias, se foram introduzindo nas referidas prescripções: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.<sup>o</sup> O luto por fallecimento das pessoas reaes de Portugal e dos Soberanos e Principes estrangeiros, durará:

1.<sup>o</sup> Pelo Imperante d'este Reino, quatro mezes. No caso do Imperante ser casado, por fallecimento do seu Real Consorte, tres mezes;

2.<sup>o</sup> Pelos paes, avós ou bisavós, e filho primogenito dos Soberanos, dois mezes;

3.<sup>o</sup> Pelos Infantes ou Infantas seus filhos, e por seus netos ou bisnetos, trinta dias;

4.<sup>o</sup> Por seu sogro ou sogra, genro ou nora, irmão ou irmã, cunhado ou cunhada, vinte dias;

5.<sup>o</sup> Por seus tios, sobrinhos e primos co-irmãos, quatorze dias;

6.<sup>o</sup> Pelos Soberanos estrangeiros, sendo parentes, vinte dias;

7.<sup>o</sup> Pelos Soberanos estrangeiros, não parentes, quatorze dias;

8.<sup>o</sup> Pelos filhos dos Soberanos estrangeiros e pelos Principes hereditarios, oito dias;

9.<sup>o</sup> Pelos irmãos e irmãs dos Soberanos estrangeiros, seis dias;

10.<sup>o</sup> Pelos demais Principes estrangeiros, sendo parentes, quatro dias.

Art. 2.<sup>o</sup> O luto estabelecido em todas as provisões do artigo 1.<sup>o</sup> será pesado na metade do praso e alliviado na outra metade.

Art. 3.<sup>o</sup> O praso para a duração do luto contar-se-ha a partir da data do dia subseqüente ao do fallecimento.

Art. 4.<sup>o</sup> Só é geral o luto pela morte do Imperante e seu Real Consorte. O luto que, nos termos do presente decreto, fôr tomado em qualquer das outras circumstancias n'elle previstas será restricto á Familia Real, á Côrte e aos creados da Casa Real.

O presidente do Conselho de Ministros, Ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e o Ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 4 de março de 1901. = REI. = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro* — *João Marcellino Arroyo*.

CIRCULAR.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—S. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de comunicar a v. ex.<sup>a</sup>, para seu conhecimento e devidos effectos, que, por despacho de 27 do mez proximo passado, foram auctorisados os Governadores geraes de provincia e do districto autonomo de Timor a permittir que os funcionarios naturaes das provincias ultramarinas possam gosar no reino as licenças arbitradas pelas respectivas Juntas de saude, uma vez que paguem as passagens de vinda e de regresso, e que d'essa concessão não resulte prejuizo para o serviço publico e para a fazenda nacional.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 5 de março de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de S. Thomé, n.º 12).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Tendo o decreto de 19 de outubro ultimo determinado que, na Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, se faça escripturação especial de todas as quantias que devam constituir o fundo especial destinado á construcção do caminho de ferro de Benguela, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.<sup>a</sup> se digne enviar, mensalmente, para esta Direcção nota dos rendimentos arrecadados, com especificação das differentes fontes de receita, que n'essa provincia têm de fazer parte do mencionado fundo especial.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, em 6 de março de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador geral da provincia de Angola.—O Director, *Tito Augusto de Carvalho*.

(Boletim official de Angola, n.º 16.)

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo acerca do recurso n.º 10:945, em que é recorrente a Comunidade de Aldeia Neurá o Grande, e recorrida Maria Felinto Monteiro, de Dongrimi de Mandur, e de que foi relator o conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado:

Mostra-se que a Comunidade de Aldeia Neurá o Grande, concelho das Ilhas de Gôa, fez alagar de agua salgada, derivada do rio proximo, a casana Dambrá, tendo sido observadas as prescripções legaes sobre o assumpto, e tendo tambem concordado no alagamento o proprietario confinante, —resalvando, porém, o direito a ser indemnizado, pela Comunidade, dos prejuizos que, porventura, soffresse o seu predio;

Mostra-se que, desalagada a casana, requereu o referido proprietario, allegando prejuizos, uma vistoria judicial que os fixou em 580 rupias e os attribuiu ao facto das aguas terem subido, por culpa do arrematante do serviço, além de 0<sup>m</sup>,44, contra as prescripções officiaes, ao tempo em vigor;

Mostra-se que o mesmo proprietario pediu que a Comunidade lhe pagasse 500 rupias, e juntou certidão do auto de vistoria;

Mostra-se que a Junta administrativa, sem ouvir a Comunidade, rejeitou o pedido pelos fundamentos que constam da acta a fl. 8, e o Administrador das Comunidades do concelho das Ilhas, informando a fl. 15, adoptou inteiramente o parecer da Junta;

Mostra-se que o alludido requerente reclamou perante o Governador geral, pedindo a referida indemnisação, e que este magistrado, por seu despacho de 18 de outubro de 1898, mandou que a Comunidade pagasse a indemnisação pedida, devendo havel-a, pelos meios legaes, do arrematante.

D'este despacho vem o presente recurso interposto pela Comunidade, e n'elle foi ouvida a parte contraria:

O que tudo visto e tendo em attenção a resposta do Ministerio publico;

Considerando que o pedido da indemnisação, de que se trata, versa sobre materia de direito civil, e que, como tal, só nos tribunaes judiciais podia ter sido processado e julgado:



Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, dar provimento no recurso, revogando o despacho de que se recorre, por illegalmente proferido.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 7 de março de 1901.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(*Diario do governo*, n.º 60).

Attendendo ao que lhe representaram os negociantes da provincia da Guiné portugueza, reclamando contra o imposto de portagem estabelecido em Bolama por uma postura municipal, approvada e regulamentada por Portaria provincial de 12 de outubro de 1894, alterada por Portaria provincial de 14 de março de 1895 e tornada extensiva a Bissau por Portaria provincial de 15 de março do mesmo anno;

Sua Magestade El-Rei, conformando-se com o parecer da Junta consultiva do ultramar, sobre informações das Estações competentes, e tendo em vista a disposição clara e expressa do artigo 6.º dos preliminares da pauta provincial, approvada por decreto com força de lei de 16 de abril de 1892: ha por bem mandar deferir a reclamação dos referidos negociantes e declarar revogadas as Portarias do governo da provincia da Guiné portugueza, n.º 118, de 12 de outubro de 1894 e n.ºs 29 e 31, de 14 e 15 de março de 1895, por falta de competencia legal para lançar impostos. O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Governador da provincia da Guiné portugueza, para os devidos effeitos.

Paço, em 7 de março de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(*Diario do governo*, n.º 57).

#### Portarias provinciaes a que se refere a régia Portaria supra

N.º 118.—Tendo-me sido apresentada, na conformidade do determinado em Portaria d'este Governo, n.º 84, do presente anno, a postura e regulamento para a cobrança do imposto de portagem a cobrar na ponte-caes de Bolama: hei por conveniente, em conformidade do § unico do artigo 8.º do decreto de 21 de maio ultimo, approvar a referida postura e regulamento proposto.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Governo da Guiné portugueza em Bolama, 12 de outubro de 1894.—*L. A. de Vasconcellos e Sá*, Governador.

#### Postura — portagem

Artigo 1.º E' estabelecido o imposto de portagem na ponte-caes de Bolama.

§ unico. A percepção d'este imposto realizar-se-ha segundo a tabella A annexa.

Art. 2.º São excluidos do imposto de portagem:

1.º Todos os volumes destinados ao Governo do districto;

2.º As bagagens propriamente dos funcionarios civis e militares que sahirem ou entrarem em Bolama por motivo de serviço publico;

Art. 3.º E' prohibido amarrar qualquer embarcação nos cibes que sustentam o taboleiro da ponte; o infractor pagará, pela primeira vez, a multa de dois mil réis, e, reincidindo, a de dez mil réis, respondendo, além d'isso, pelas avarias que causar.

Art. 4.º E' expressamente prohibido rolar fardos pesados pela ponte, incorrendo o infractor na multa de dois mil réis e sob responsabilidade do prejuizo que causar.

Art. 5.º Incorrerá tambem na multa de dois mil réis todo aquelle que desembarcar cargas pesadas na ponte, a não ser pelas escadas lateraes, ficando sempre responsavel pelo prejuizo de que fôr causa.

Art. 6.º A Junta municipal formulará o regulamento do serviço da ponte-caes, nomeará o pessoal para a percepção do imposto e regulará a maneira de fazer a sua percepção e arrecadação.

## Tabella A — Portagem — Transito

Bagagens e cargas de quinze kilogrammas, livre; de quinze kilos a cem, dez réis; de cem kilos a quinhentos, vinte réis; de quinhentos a mil, quarenta réis; superior a mil, cada mil kilos, cincoenta réis. As embarcações, por cada tonelada de lotação, por dia pagarão quarenta réis cada uma.

### Regulamento do serviço da ponte-caes e da cobrança do imposto de portagem

#### CAPITULO I

#### Serviço da ponte

Artigo 1.º A todos é permittida a utilização da ponte-caes de Bolama para transporte, embarque e desembarque de mercadorias, sujeitando-se ao imposto de portagem e aos preceitos do presente regulamento.

Art. 2.º E' prohibido amarrar qualquer embarcação nos cibes que sustentam o taboleiro da ponte, podendo apenas encostal-a o tempo preciso para receber ou desembarcar passageiros e cargas.

§ 1.º O infractor pagará, pela primeira vez, a multa de dois mil réis, e, reincidindo, a de dez mil, respondendo, além d'isso, pelas avarias que causar.

§ 2.º Toda a embarcação que se encostar á ponte caes, para receber passageiros ou carga e para effectuar desembarque dos mesmos, pagará quarenta réis por tonelada de sua lotação e por dia.

§ 3.º Não se refere esta disposição aos escaleres de serviço ás embarcações.

Art. 3.º O transporte de mercadorias far-se-ha por fórmula a evitar choque e vibrações na ponte.

§ unico. E' expressamente prohibido rolar fardos pesados, incorrendo aquelle que persistir, depois de avisado pelo fiscal da ponte, na multa de dois mil réis, e responderá pelos prejuizos que causar.

Art. 4.º Haverá, nomeado pela Junta municipal, um fiscal da ponte encarregado de cobrar o imposto de portagem pela tabella approvada pela mesma Junta e de vigiar pela execução do presente regulamento.

§ unico. Só poderá ser nomeado fiscal quem souber lêr e escrever e tiver bom comportamento moral e civil.

Art. 5.º Para a cobrança do imposto, o fiscal, que terá a tabella approvada sempre que esteja no exercicio das suas funcções, entregará uma nota das bagagens e cargas sujeitas ao imposto, ficando com o talão com as mesmas designações.

§ 1.º Esse imposto será recebido pela thesouraria da Junta nos dias não santificados, nem de gala, das duas ás cinco horas da tarde.

§ 2.º O fiscal entregará todos os sabbados os talões da semana finda.

§ 3.º Qualquer reclamação será attendida pela Junta, sendo feita no praso de dez dias.

Art. 6.º Ao fiscal será abonada mensalmente uma gratificação nunca inferior a quinze mil réis, podendo esta gratificação ser elevada conforme os serviços prestados por este empregado em relação ao rendimento da ponte.

#### Disposições transitorias

Art. 7.º Só é permittido o embarque e desembarque de cargas pesadas pelas escadas lateraes, até nova resolução.

§ unico. O infractor incorrerá na multa de dois mil réis e responderá pelo prejuizo de que fôr causa.—O Administrador, Manuel d'Almeida, presidente.—Filomeno Francisco Xavier da Piedade e Sá, vogal.

Está conforme.—Secretaria do Governo em Bolama, 11 de outubro de 1894.—*Manuel Carlos Mourão Garcez Palha*, secretario interino.

N.º 29. — Tendo a pratica demonstrado a necessidade de se alterar o regulamento do serviço da ponte-caes e da cobrança do imposto de portagem, approved em Portaria n.º 118 de 12 de outubro ultimo, e attendendo ao que me expôz a Junta municipal: hei por conveniente approvar e determinar que seja posto em vigor o novo regulamento que baixa assignado pelo secretario interino do governo.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Governo da Guiné portugueza em Bolama, 14 de março de 1895. = *L. A. de Vasconcellos e Sá*, Governador.

### Regulamento e cobrança do imposto da portagem na ponte-caes d'esta capital

Artigo 1.º A cobrança do imposto de portagem na ponte-caes d'esta capital é feita pela Junta municipal, segundo a tabella abaixo designada, e respeita a todas as cargas e bagagens que embarcarem ou desembarcarem na referida ponte.

§ unico. São exceptuadas d'esta disposição:

- 1.º As bagagens dos officiaes e empregados publicos quando transitem em serviço.
- 2.º As bagagens das praças de pret ou de qualquer força militar.
- 3.º As bagagens das praças de marinhagem, tanto dos navios do Estado, como dos navios de guerra estrangeiros.
- 4.º As bagagens dos presos e degredados.

5.º Os volumes com aguada e refrescos para bordo dos navios do Estado ou do commercio, nacionaes ou estrangeiros.

6.º Os volumes pertencentes ao Estado ou aos navios do Estado, sem comprehender os que são fornecidos por particulares.

7.º Os volumes de mercadorias e generos salvados de naufragio e os das cargas de navios arribados com avaria, quando reembarcados por conta dos respectivos carregadores ou seguradores.

8.º Os fragmentos de embarcações naufragadas ou condemnadas por innavegaveis, como maçame, velame, mastros, mastareus e vergas, madeiras, ancoras e correntes.

Art. 2.º A cobrança do imposto será feita em relação a cada um volume de per si, com excepção dos volumes que respeitam a bagagens, que será feita em relação a todos os que constituirem a bagagem de um passageiro ou de uma familia.

Art. 3.º Todos os volumes que embarcarem ou desembarcarem na ponte caes devem pagar o imposto devido. logo que estejam desembaraçados da alfandega, os que n'essa Repartição tiverem de entrar, e os mais, logo que desembarcarem ou embarquem.

§ unico. As produções colonias pagarão o imposto de portagem em relação ao peso total embarcado ou desembarcado.

Art. 4.º O embarque e desembarque na ponte caes é obrigatorio e facultativo.

É obrigatorio para todas as cargas e bagagens vindas em navios de fóra do districto e para as cargas sujeitas a direitos, vindas em embarcações de cabotagem de qualquer ponto do districto, e para tudo quanto embarque por exportação, reexportação, transito e reembarque.

É facultativo para todas as cargas e descargas dos generos que transitam livremente dentro do districto e para as bagagens que embarcam para bordo de qualquer navio.

§ unico. Attendendo ao pouco valor da mancarra e do arroz, é tambem facultativo o seu embarque fóra da ponte-caes.

Todos os demais generos exportados são obrigados ao imposto de portagem.

Art. 5.º O serviço do embarque e desembarque pela ponte-caes é feito desde o nascer até ao pôr do sol, com excepção do movimento pessoal que póde ser feito a qualquer hora do dia ou noite.

Art. 6.º É estabelecido o uso de recibos com talão, segundo o modelo junto, para o imposto devido pelas bagagens, devendo o recibo ser collado em um dos volumes, e o talão constituir o livro de receita do imposto.

§ 1.º Estes recibos serão impressos, colleccionados em cadernetas brochada de 100 folhas.

§ 2.º Em cada um dos demais volumes de bagagem de um só passageiro ou uma só família collar-se-ha também um pequeno bilhete impresso contendo a designação «Bagagem» e o numero a que respeitar na dita caderneta de recibos.

Art. 7.º Todos os empregados aduaneiros e o encarregado da ponte são fiscaes do imposto, podem apprehender os volumes que forem subtraídos ao pagamento do mesmo imposto.

§ unico. Os volumes assim apprehendidos terão a mesma fórma de processo determinada nos regulamentos fiscaes para os volumes apprehendidos por contrabando.

Art. 8.º O rendimento proveniente da arrecadação d'este imposto dará entrada diariamente no cofre municipal, passando o thesoureiro recibo nos talões.

Art. 9.º Este regulamento principiará a vigorar logo que seja publicado no *Boletim official* do districto.

### Tabella a que se refere o artigo 1.º

- 1.º Volumes transportados por individuos, sendo o numero d'estes até 10, 30 réis.
- 2.º Volumes transportados por um só individuo: um, 20 réis; todos os mais que transportar d'uma só vez, 10 réis.
- 3.º Volumes transportados por mais de dez individuos, 40 réis.
- 4.º Volumes de fórma mais ou menos cylindrica, rolados por um individuo, 20 réis.
- 5.º Idem, idem por dois ou mais individuos, 30 réis.
- 6.º As bagagens, até tres volumes transportados por um ou dois individuos, nada pagam; maior numero, ou transportados por maior numero de individuos, ficam sujeitos á tabella.
- 7.º Os generos coloniaes pagarão por cada tonelada de 1:000 kilos, ou fracção, 50 réis.

### Observações

Os navios atracados á ponte-caes, para carga ou descarga, ficam responsaveis por qualquer avaria que causarem na mesma ponte, seja por effeito do mesmo navio, seja pela fórma da carga e descarga.

Quando houver avaria pelo transporte de volumes, e reconhecendo se que ella foi feita de proposito, isto é, por falta de numero sufficiente para transporte dos volumes, ou não sendo feita pela linha central da ponte, os carregadores serão responsaveis por essa avaria.

Secretaria do Governo em Bolama, 14 de março de 1895.—*Cezar Gomes Barbosa*, secretario interino.

### Modelo a que se refere o artigo 6.º do regulamento do imposto e cobrança de ponte-caes publicado no boletim antecedente

IMPOSTO DE PORTAGEM	IMPOSTO DE PORTAGEM	IMPOSTO DE PORTAGEM
N.º ...	N.º ...	N.º ...
Pagou réis ...	Pagou réis ...	Pagou réis ...
por ...	por ...	por ...
Bolama, ... de ... de 189...	Bolama, ... de ... de 189...	Bolama, ... de ... de 189...
Recebi	Recebi	Recebi
O Thesoureiro,      O Fiscal,	O Thesoureiro,      O Fiscal,	O Thesoureiro,      O Fiscal,
...	...	...

N.º 31.—Hei por conveniente determinar que em Bissau, logo que esteja reparada a ponte-caes, seja cobrado pela delegação da alfandega d'essa ilha um imposto de portagem pelo embarque e desembarque de mercadorias n'esse porto, seguindo o que se acha estabelecido e regulamentado para a ponte-caes d'esta capital, sendo arrecadado o producto que será considerado receita do districto.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Governo da Guiné portugueza em Bolama, 15 de março de 1895.—*L. A. de Vasconcellos e Sá*, Governador.

(CIRCULAR).—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Não sendo conhecido n'esta secretaria d'estado o serviço prestado pelo engenheiro civil da provincia de Moçambique, nem o dos agronomos e regentes agricolas nas restantes provincias ultramarinas, e sendo de maxima vantagem que esta secretaria esteja ao facto dos trabalhos por elles realisados para se poder julgar da sua utilidade, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.<sup>a</sup> se digne dar as suas ordens para que aquelles funcionários elaborem annualmente um relatorio circumstanciado do serviço que executarem, devendo o primeiro ser referido a 31 de dezembro do anno findo. Mais me encarrega o mesmo ex.<sup>mo</sup> sr. de rogar a v. ex.<sup>a</sup> se digne propôr, dado o caso de ser de pouca utilidade n'essa provincia o serviço dos referidos funcionarios, quaes as commissões que mais convem que elles desempenhem.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 8 de março de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de S. Thomé, n.º 15).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Tendo a Administração da Companhia de Moçambique communicado a esta secretaria d'estado que, por parte das Estações officiaes d'essa provincia, se não acceitam requerimentos escriptos no papel sellado em uso nos territorios de Manica e Sofala, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro dos negocios da marinha e ultramar de chamar a attenção de v. ex.<sup>a</sup> para este facto.

A Companhia de Moçambique, na sua qualidade de companhia com direitos soberanos, tem a faculdade emissora de valores sellados, e claro é que os individuos residentes nos seus territorios não poderão utilizar-se do papel sellado que não seja o privativo d'esses territorios. A exigencia em contrario, sobre ter inconvenientes praticos, teria o de admitir a possibilidade de, nas Estações officiaes da Companhia de Moçambique, se não dar reciprocamente andamento a requerimentos feitos em papel sellado diverso do dos territorios sob sua administração, do que resultaria manifesto prejuizo para o serviço publico e para os interesses com elle relacionados.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador geral da provincia de Moçambique.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Moçambique, n.º 22).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—A carta de lei de 21 de maio de 1896 determinou que as Camaras municipaes do ultramar concorram para o Instituto ultramarino com a percentagem de um por cento da sua receita, e a circular de 14 de janeiro de 1898 recommendou, muito especialmente, aos Governadores que tomassem as necessarias providencias para que, em Conselho de provincia, não fôsses approvados os orçamentos municipaes em que não viesse consignada essa despesa obrigatoria. Não tendo diversas municipalidades ainda

até hoje cumprido o que foi estabelecido pelo alludido diploma, incumbe-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de recommendar, novamente e com instancia, a v. ex.<sup>a</sup> que, pelos meios legais, providencie para que se dê pleno cumprimento á obrigação imposta aos municipios pela referida carta de lei.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>— Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1901.— Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde. = O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Boletim official do Cabo Verde, n.º 13).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.— Pela Portaria, n.º 347, de 14 de novembro de 1900 transferiu v. ex.<sup>a</sup> de capitulo para capitulo, com o voto affirmativo do Conselho do Governo, a importancia de 1:448\$330 réis, invocando as attribuições que lhe eram conferidas pelo n.º 18 do art. 15.º do decreto de 24 de dezembro de 1882, disposição de lei esta que dava a v. ex.<sup>a</sup> auctorisação para tal, unicamente nos casos urgentes que não pudessem esperar pela resolução do Governo da metropole.

Sobre este assumpto cumpre-me ponderar a v. ex.<sup>a</sup>, consoante as ordens de S. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, contidas em seu despacho de 9 do corrente, que a transferencia ordenada, cujos motivos não parecem áquelle ex.<sup>mo</sup> sr. poderem conter-se no artigo de lei citado, é hoje illegal por ir de encontro ao que preceitua o art. 18.º do decreto de 14 de setembro de 1900, que só ao Governo dá auctorisação para ordenar transferencias de verbas dentro de cada uma das tabellas orçamentaes de cada provincia ou de uma provincia para outra.

Nos termos do diploma citado dignar-se ha v. ex.<sup>a</sup>, quando de futuro houver necessidade de um procedimento similar, propôr, fundamentando, a s. ex.<sup>a</sup> o Ministro as transferencias que julgar urgentes e indispensaveis, a fim de áquelle ex.<sup>mo</sup> sr. as auctorisar, ou não, consoante tiver por conveniente.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>— Inspeção geral de fazenda do ultramar, 11 de março de 1901.— Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde. = O Inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.— Tendo o Procurador da corôa e fazenda junto da Relação de Nova Gôa communicado a esta secretaria d'estado que, pelo consul de Portugal em Bombaim, fôra devolvida, sem ter tido cumprimento, uma rogatoria que lhe fôra enviada pela secretaria geral d'esse Governo, a pedido d'aquelle magistrado, para avaliação de bens sitos na referida cidade e descriptos n'um inventario orphanologico pendente no Julgado de Mormugão, incumbe-me o ex.<sup>mo</sup> Ministro da marinha e ultramar de chamar a attenção de v. ex.<sup>a</sup> para a doutrina do officio da Direcção geral do ultramar, de 27 de setembro de 1895, publicado no *Boletim official*, n.º 117, de 26 de outubro do mesmo anno, segundo a qual, quando tiverem de ser remetidas aos consules portuguezes na India britannica rogatorias, que tenham outro fim que não seja a inquirição de testemunhas, deve pedir-se aos mesmos consules que, por si ou por procuradores que estabeleçam, promovam perante o respectivo tribunal inglez as diligencias necessarias para o cumprimento de taes rogatorias, enviando-se-lhes previamente o dinheiro preciso para as despesas de procuradoria, ou garantindo-se-lhes o pagamento d'ellas.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>— Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 11 de março de 1901.— Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador geral do Estado da India. = O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de confirmar o telegramma, expedido a v. ex.<sup>a</sup> no dia 9 do corrente, do teor seguinte:

«Governador São Thomé — Anulle as Portarias 25, 26, 27, 28 de 19 de janeiro nomeando empregados fazenda, e 34, 35 de 29 do mesmo mez exonerando e nomeando escrivão Príncipe — actos attribuição Inspector fazenda confirmados Inspector geral — Ministro».

Quer mais o mesmo ex.<sup>mo</sup> Ministro que eu diga a v. ex.<sup>a</sup>, que o decreto de 13 de dezembro de 1900, ao abrigo do qual diz v. ex.<sup>a</sup> ter feito as nomeações constantes das Portarias de 19 de janeiro, estabelece no seu artigo 2.<sup>o</sup>:—«As nomeações dos 2.<sup>os</sup> escripturarios das Repartições de fazenda provinciaes do ultramar serão feitas nos termos do artigo 33.<sup>o</sup> do decreto com força de lei de 14 de setembro de 1900»: e, como este artigo e o seu antecedente (32.<sup>o</sup>) mandam que o provimento dos logares em questão seja feito pelo Governo, conclue-se á evidencia que as nomeações de v. ex.<sup>a</sup> são de sua natureza nullas, por illegaes.

Quanto á segunda parte do telegramma, devo mais dizer a v. ex.<sup>a</sup>, de ordem d'aquelle ex.<sup>mo</sup> sr., que as nomeações e exonerações dos escrivães de fazenda do ultramar são, diz o artigo 34.<sup>o</sup> do Decreto de 14 de setembro de 1900, da exclusiva competencia do respectivo Inspector de fazenda, com confirmação do Inspector geral; portanto, como este preceito de lei é claro e positivo, não podendo, pela precisão e concisão com que está redigido, soffrer duas interpretações, a nomeação e exoneração, contidas nas Portarias de 29 de janeiro, são falhas de legalidade e insubsistentes.

E' quanto tenho a honra de communicar a v. ex.<sup>a</sup> para os devidos effeitos.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Inspecção geral de fazenda do ultramar, em 12 de março de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador de São Thomé e Príncipe. = O Inspector geral de fazenda, José Navarro d'Andrade.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — A Portaria provincial n.<sup>o</sup> 374 de 10 de dezembro de 1900, publicada no *Boletim* da provincia ao digno cargo de v. ex.<sup>a</sup>, n.<sup>o</sup> 50, da serie finda, cria provisoriamente o logar de professor de instrucção primaria na ilha de S. Vicente e nomeia a Antonio José Ferreira Freitas para o desempenhar.

Sobre este assumpto s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, ponderando que o n.<sup>o</sup> 5 do artigo 15.<sup>o</sup> do decreto de 1 de dezembro de 1869 diz que aos Governadores não é permittido alterar as leis das despesas das provincias, e que os artigos 25.<sup>o</sup> e 26.<sup>o</sup> do decreto de 29 de dezembro de 1892 preceituam que, só em casos excepcionaes, o Governador poderá ordenar uma despesa que não tenha consignação especial no orçamento, devendo, todavia, n'este caso, a Portaria respectiva ser acompanhada da acta do Conselho do Governo que auctorisar tal procedimento; attendendo a que os casos excepcionaes em que o Governador, ouvido o Conselho do Governo, poderá usar da faculdade do artigo 15.<sup>o</sup> § 2.<sup>o</sup> do Acto addicional á Carta constitucional da monarchia, veêm indicados no artigo 23.<sup>o</sup> do decreto de 28 de dezembro de 1882, e que, fóra d'elles, toda e qualquer alteração feita pelos Governadores ás tabellas orçamentaes vigentes é illegal, mesmo com a concordancia do Conselho do Governo; e ponderando ainda aquelle ex.<sup>mo</sup> sr. que esta doutrina se acha melhor definida, ou antes mais restringida, porquanto o artigo 16.<sup>o</sup> do decreto com força de lei de 14 de setembro de 1900 preceitua que só s. ex.<sup>a</sup> o Ministro póde hoje ordenar qualquer despesa não contida nas tabellas orçamentaes, resolveu o mesmo ex.<sup>mo</sup> sr., por seu despacho de 9 do corrente, suspender a nomeação feita na Portaria provincial acima referida, até que a despesa seja incluída nas tabellas orçamentaes.

E' quanto tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.<sup>a</sup> para os fins convenientes.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Inspecção geral de fazenda do ultramar, em 13 de março de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde. = O Inspector geral, José Navarro d'Andrade.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 23, de 3 de janeiro ultimo, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro de comunicar a v. ex.<sup>a</sup> que não pôde ter seguimento o officio-denuncia que o acompanha, não sómente porque o decreto de 1 de setembro de 1899 não tem applicação ao ultramar, mas tambem porque, provado que seja o fundamento da denuncia, os valores denunciados pertencerão á fazenda ultramarina.

Os processos de denuncia regulam-se no ultramar pelas disposições dos artigos 356.º, 357.º e 359.º da Nov. Ref. Jud., tendo em vista as Portarias de 10 de novembro de 1845 e de 23 de março de 1853 e artigo 225.º do codigo administrativo de 1842.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 14 de março de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Macau. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 60 da serie corrente, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup> que, para poder ter seguimento qualquer proposta para concessão da medalha de recompensa ao merito, philanthropia e generosidade, é indispensavel, nos termos da régia Portaria de 11 de maio de 1875, um relatorio circunstanciado das condições em que foi praticado o acto relevante que se julga digno de semelhante graça, que sómente é concedida tendo havido risco de vida, sendo, além d'isso, no caso presente, indispensavel a informação de v. ex.<sup>a</sup>

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 14 de março de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia da Guiné portugueza. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official da Guiné, n.º 16).

CIRCULAR. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Com relação á censura imposta nos telegrammas permutados com a Africa do Sul, assumpto de que trata o officio-circular d'esta secretaria d'estado de 9 de junho ultimo e respectivos additamentos, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup> o seguinte:

O Governo inglez annuncia que a transmissão dos telegrammas particulares para a colonia de Orange River e Transwaal, por via da colonia do Cabo e do Natal, se acha actualmente suspensa. Os telegrammas para Pretoria, Johannesburg, Vereeniging, Germiston, Middelburg, Hedelberg e Standerton são, comtudo, acceitos, para serem transmittidos por via de Lourenço Marques, mediante o pagamento da taxa ordinaria. Estes telegrammas, que têm de ser escriptos em inglez claro, são submettidos á censura no Transwaal, devendo por isso ser acceitos a risco dos expedidores, quer no que respeita á suspensão da sua entrega, quer no tocante a demoras na transmissão. O mesmo Governo acaba de decidir que as modificações da censura, concedidas aos telegrammas para a colonia do Cabo e Natal, se torne extensiva aos telegrammas permutados com a Rhodesia. Estes telegrammas podem, pois, ser redigidos pelos codigos commerciaes auctorizados que estiverem depositados em Aden ou Capetown.

Não podem ser, porém, admittidos telegrammas, em linguagem convencional, entre a Rhodesia e as localidades da costa oriental ao sul de Aden, sem que os codigos auctorizados, que serviram para a sua redacção, tenham sido préviamente depositados nas mãos das auctoridades de Durban. Desses codigos possuem ellas actualmente só os tres seguintes: A. B. C., A. I. e Broomhalls.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 20 de março de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde, n.º 13).



Attendendo ao que lhe representou a Administração da Companhia do Nyassa, Sua Magestade El Rei ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, confirmar o nome de *D. Luiz Filippe*, dado pelo commando da columna de occupação nos territorios de Cabo Delgado ao forte construido na margem esquerda do rio Lugenda, proximo ao *kruul* do regulo M'tarica, auctorisando egualmente que á povoação que, sob a protecção d'aquelle posto fortificado, vae ser edificada e que será a séde de um novo concelho, seja dado o nome de *Villa Luiz Filippe*, tambem em homenagem a Sua Alteza o Principe Real, herdeiro da Corôa portugueza.

Paço, em 21 de março de 1901. — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Boletim official de Moçambique, n.º 22).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Incumbe-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro de chamar a attenção de v. ex.<sup>a</sup> para o accordão do Conselho administrativo do districto de Moçambique, publicado no *Boletim* n.º 5, de 2 de fevereiro do corrente anno, especialmente para o *considerando* em que se declara que o orçamento da edilidade deve fechar sem saldo ou *deficit*.

A doutrina do accordão é erronea quando sustenta que os orçamentos municipaes não podem ter saldo. O que não podem é ter *deficit*, visto a despesa obrigatoria dever ter a receita necessaria para lhe fazer face, assim como a despesa facultativa, segundo o art. 148.º do codigo administrativo de 18 de março de 1842.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 de março de 1901 — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup>, a fim de que se digne transmittil-o á Administração da Companhia de Mossamedes, que, tendo ella solicitado approvação do Governo para augmentar o seu capital social na importancia de 550.000 libras, correspondentes a 550:000 acções, o Governo, conformando se com o parecer da Procuradoria geral da corôa e fazenda, resolveu, em Conselho de Ministros:

1.º Não se oppôr áquelle emissão, visto o art. 6.º dos estatutos approvados por decreto de 10 de maio de 1894, mediante a clausula expressa, para a emissão ter logar, da entrega ao Estado de 60:000 acções, correspondendo 55:000 (cincoenta e cinco mil) á parte que ao Estado pertence segundo o disposto no art. 14.º do decreto com força de lei de 28 de fevereiro de 1894, e 5:000 (cinco mil) para completar a participação que ao Estado pertencia na primeira emissão;

2.º Que da referida emissão, ou de quaesquer outras operações que a Companhia realise, nenhuma responsabilidade, em qualquer hypothese, resultará para o Estado.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 28 de março de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Commissario do Governo junto da Companhia de Mossamedes. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

### Instrucções para a transmissão de fundos, por intermédio do correio, do continente do reino e ilhas adjacentes para as provincias ultramarinas portuguezas

Em cumprimento do disposto no artigo 10.º do decreto de 21 de fevereiro de 1901, determino que sejam adoptadas as seguintes instrucções:

#### I

A remessa de fundos, por intermédio do correio, do reino e ilhas para as provincias ultramarinas faz-se por meio de listas, expeditas directamente pela Estação central dos

correios de Lisboa para as Administrações dos correios das capitães das ditas provincias, em relação ás localidades de cada uma d'ellas.

§ unico. Lourenço Marques é, para esses effeitos, equiparada a capital de provincia.

## II

Em Lisboa os remetentes de quantias para ser convertidas em vales no ultramar devem apresentar ao Fiel chefe da 1.<sup>a</sup> secção da Estação central dos correios da mesma cidade, com os depositos e respectivos premios, uma requisição, modelo n.º 5, devidamente assignada, em que se declare a quantia a transmittir, nome e residencia do destinatario e residencia do remetente.

## III

Todas as outras Estações do continente do reino e ilhas, auctorisadas a emittir vales nacionaes, podem receber depositos para serem convertidos em vales no ultramar.

Para esse fim devem os remetentes apresentar nas Estações, com os depositos e respectivos premios, as requisições em duplicado, modelo n.º 5, de que trata o artigo II.

§ unico. Os chefes e encarregados das Estações emittirão um vale de serviço pela importancia do deposito, accrescida do premio correspondente, a favor do Fiel chefe da 1.<sup>a</sup> secção da Estação central dos correios de Lisboa, a quem o enviarão com uma das requisições, entregando o recibo d'esse vale ao remetente e archivando na Estação a outra requisição.

## IV

Em troca dos depositos effectuados na Estação central dos correios de Lisboa será dado aos remetentes um recibo, destacado de um livro de talões, modelo n.º 440. Pelos depositos effectuados fóra de Lisboa e transmittidós ao Fiel chefe da 1.<sup>a</sup> secção da referida Estação, passará este igual recibo, que será remettido á Estação de origem, a fim de ser appenso á requisição respectiva em poder da mesma Estação.

§ unico. Os livros de que trata este artigo serão, á medida do seu consumo, fornecidos pela Inspecção geral dos correios ao Fiel, que remetterá á mesma Inspecção geral os talões, quando exgotados os recibos correspondentes.

## V

O premio a pagar pelos depositos é de 150 réis por 5\$000 réis, ou fracção d'esta quantia.

## VI

Pelas requisições, modelo n.º 5, utilizadas pelos depositantes de quantias para ser convertidas em vales no ultramar, pagarão os mesmos depositantes 5 réis, por meio de affixação de sello postal nas ditas requisições. Nas Estações de fóra de Lisboa, onde essas requisições são apresentadas em duplicado, a taxa de 5 réis recae só na requisição que tem de ser enviada á Estação de Lisboa.

## VII

Podem ser feitos depositos na metropole para ser pagos nas seguintes localidades:

- a) Na provincia de Cabo Verde: Praia, S. Vicente;
- b) Na provincia de S. Thomé e Príncipe: S. Thomé;
- c) Na provincia de Angola: Loanda, Benguella, Mossamedes, Novo Redondo, Cabinda e Ambriz;

d) Na provincia de Moçambique: Moçambique, Lourenço Marques, Inhambane e Quelimane;

e) No Estado da India: Nova Gôa, Mapuçá, Damão e Margão.

§ unico. De futuro este serviço estender-se-ha a todas as localidades, cujas Estações forem auctorisadas a receber depositos para serem convertidos em vales na metropole.

### VIII

O limite maximo dos depositos, que não podem representar fracções de 10 réis, é fixado:

a) Em 100\$000 réis para os que têm de ser convertidos em vales pagaveis nas cidades de S. Thomé, Loanda, Lourenço Marques, Moçambique e Nova Gôa;

b) Em 50\$000 réis para os que têm de ser convertidos em vales pagaveis em S. Vicente, Bolama, ou em outras quaesquer localidades, não especializadas, nas quaes esteja auctorisada a recepção de depositos para serem convertidos em vales na metropole.

### IX

Os depositos destinados a ser convertidos em vales no ultramar estão sujeitos, como os vales nacionaes, ao imposto do sello, pago por meio de affixação de estampilha na requisição. Pelo que respeita ás requisições apresentadas nas Estações de fóra de Lisboa, essa estampilha será affixada simplesmente no exemplar da requisição, que tem de ser transmittido ao fiel chefe da 1.ª secção da Estação central dos correios de Lisboa.

### X

Podem requisitar os depositantes que lhes seja dado aviso, opportunamente, do pagamento do vale em que fôr convertido o deposito, escrevendo para esse effeito na respectiva requisição as palavras *aviso de pagamento* e collando nas mesmas um sello postal de 50 réis. Pelo que respeita ás requisições apresentadas nas Estações de fóra de Lisboa a estampilha deve ser collada no exemplar que tem de ser transmittido ao Fiel chefe da 1.ª secção da Estação central dos correios de Lisboa.

### XI

Todas as vezes que as communicações postaes para as provincias ultramarinas o permittam, o Fiel chefe da 1.ª secção da Estação central dos correios de Lisboa formulará listas em triplicado, modelo n.º 439, que comprehenderão todos os depositos existentes para cada provincia.

Essas listas, que designarão os numeros de ordem de inscripção dos depositos nas mesmas, numeros dos recibos dos depositos, nomes e residencias dos depositantes, nomes e residencias dos destinatarios, importancias dos depositos, premios cobrados e a circumstancia de haver, ou não, aviso de pagamento, devem ter uma numeração seguida annual em relação a cada provincia destinataria.

§ unico. D'essas listas, uma será remettida para a capital da provincia destinataria, outra para a Direcção geral do ultramar e a terceira para a Inspecção geral dos correios, 3.ª Divisão.

### XII

Quando o Fiel chefe da 1.ª secção da Estação central dos correios de Lisboa receber qualquer lista de depositos effectuados nas provincias ultramarinas, para serem convertidos em vales pagaveis na metropole, emittirá, sem demora, os respectivos vales nos impressos, modelo n.º 441, colleccionados por séries de 1:000, em livros de 100 folhas, que, á medida do seu consumo, irão sendo fornecidos pela Inspecção geral dos correios.

3.<sup>a</sup> Divisão. Para a entrega d'esses vales aos destinatarios seguir-se-hão os processos usados com os vales nacionaes.

§ unico. Os talões dos livros de que trata este artigo serão, pelo Fiel chefe da 1.<sup>a</sup> secção da Estação central dos correios de Lisboa, remettidos á Inspeção geral dos correios, 3.<sup>a</sup> Divisão, que os transmittirá á Direcção geral do ultramar.

### XIII

Os avisos de pagamento, que fazem parte integrante dos vales, de que trata o artigo precedente, serão pelos encarregados de pagamento, quando este effectuado, destacados dos vales e enviados aos remetcentes das quantias, pelo correio, a descoberto, sem qualquer formalidade de registo.

### XIV

Os vales emittidos na metropole, em virtude de depositos effectuados no ultramar, que, por qualquer motivo, não forem entregues aos destinatarios no prazo de quinze dias, serão enviados para a Inspeção geral dos correios, 3.<sup>a</sup> Divisão, acompanhados de uma nota explicativa do motivo por que não foram entregues. A Inspeção geral dos correios remettel-os-ha á Direcção geral do ultramar, acompanhados de informação.

### XV

O pagamento dos vales emittidos na metropole, em virtude de depositos feitos no ultramar, effectuar se-ha nas localidades em que são pagos os vales nacionaes e obedecerá ás mesmas regras.

### XVI

Os vales emittidos em virtude do regimen de permutação de fundos da metropole com o ultramar são susceptiveis de endosso, devendo as assignaturas dos endossantes ser legalisadas pela fórmula estabelecida para as assignaturas dos recibos dos vales.

§ 1.<sup>o</sup> Os individuos a favor dos quaes se effectuarem os endossos devem assignar os respectivos recibos nos vales.

§ 2.<sup>o</sup> Os vales endossados não podem ser pagos ao primitivo destinatario sem novo endosso a favor d'este.

### XVII

O depositante de uma quantia destinada a ser convertida em vale no ultramar pode requisitar o reembolso da mesma quantia em impresso, modelo n.<sup>o</sup> 27, dirigido á Inspeção geral dos correios, 3.<sup>a</sup> Divisão, por intermédio da Estação em que foi feito o deposito.

A mesma Inspeção geral solicitará da Direcção geral do ultramar informação de se ter, ou não, effectuado o pagamento do vale, em que tiver sido convertido o deposito e, no segundo caso, a notificação ao respectivo encarregado de pagamento para que o não effectue. Se o pagamento não tiver sido feito, passar-se-ha uma auctorisação a favor do depositante, communicando-se o facto á referida Direcção geral.

§ unico. No modelo n.<sup>o</sup> 27, a que se refere este artigo, deve ser affixado um sello postal de 50 réis.

### XVIII

O depositante de uma quantia, destinada a ser convertida em vale no ultramar, pode requisitar, em impresso modelo n.<sup>o</sup> 27, dirigido á Inspeção geral dos correios, 3.<sup>a</sup> Divisão, por intermédio da Estação em que foi feito o deposito, que este seja pago a individuo differente do primitivo destinatario, ou em localidade differente d'aquella que foi indicada como residencia do mesmo. Se o requisitante juntar o vale, será este rectificado no sentido pedido, se não a referida Inspeção geral solicitará da Direcção geral do ultramar que no mesmo vale se faça a rectificação, caso o seu pagamento não haja ainda sido effectuado.

§ unico. No impresso, modelo n.<sup>o</sup> 27, a que se refere este artigo, será affixado um sello postal de 50 réis.

## XIX

O depositante de uma quantia, destinada a ser convertida em vale no ultramar pode requerer, em modelo n.º 27, remetido á Inspeção dos correios, 3.ª Divisão, por intermédio da Estação em que foi effectuado o deposito, a substituição do vale, quando perdido ou inutilisado. Para esse effeito a Inspeção geral dos correios solicitará da Direcção geral do ultramar informação de se ter, ou não, effectuado o pagamento do vale e, no caso negativo, a notificação ao respectivo encarregado de pagamento, para que o não effectue. Se o pagamento não tiver sido feito, pela Inspeção geral dos correios será passada uma auctorisação para substituir o vale perdido ou inutilisado.

§ 1.º No impresso, modelo n.º 27, a que se refere este artigo, será affixado um sello postal de 50 réis.

§ 2.º No caso de se ter perdido ou inutilisado o vale, depois de entregue ao destinatario, poderá este requerer a sua substituição ao Governador da respectiva provincia — pela Repartição competente — em que tiver de se effectuar o pagamento.

## XX

Os vales, em que forem convertidos os depositos feitos na metropole, cujos prazos de validade estão fixados no artigo 8.º e seu § unico do decreto de 21 de fevereiro de 1901, podem, até á data da sua prescripção, ser revalidados, quer a requisição do depositante, em modelo n.º 27, dirigido á Inspeção geral dos correios, 3.ª Divisão, acompanhado do vale correspondente, quer a requisição do destinatario, apresentada com o vale ao Governador da respectiva provincia — pela Repartição competente — em que o mesmo tenha de ser pago.

§ unico. No impresso, modelo n.º 27, a que se refere este artigo, será affixado um sello postal de 50 réis.

## XXI

Todos os sabbados, ou no primeiro dia util, se aquelle fôr sanctificado ou feriado, e no ultimo dia de cada mez, o Fiel chefe da 1.ª secção da Estação central dos correios de Lisboa formulará os seguintes documentos: guia, modelo n.º 26, descrevendo todos os depositos realísados desde a ultima entrega no cofre do thesouro; guia, modelo n.º 313, mencionando a importancia total d'esses depositos; guia, do mesmo modelo n.º 313, mencionando a importancia total dos premios respeitantes aos ditos depositos. Todos estes documentos, que levarão a menção *vales ultramarinos*, serão presentes, com um dos exemplares das listas e livros de recibos de depositos correspondentes, na 7.ª secção da referida Estação central, para conferencia, finda a qual se procederá á entrega de todos os fundos na caixa geral do Estado.

§ unico. As guias, modelo n.º 26, a que se refere este artigo, serão, depois de effectuada a entrega, remetidas á Inspeção geral dos correios, 3.ª Divisão, para esta as mandar para a Direcção geral do ultramar.

## XXII

A fiscalisação da Direcção geral dos correios recáe simplesmente: na boa arrecadação dos fundos provenientes dos depositos destinados a ser convertidos em vales no ultramar e dos respectivos premios; na regular expedição das listas correspondentes; na emissão e entrega dos vales consequentes das listas recebidas das provincias ultramarinas; nas operações de substituição, rectificação de vales e reembolso de depositos, previstos n'estas instrucções. Todo o restante expediente sobre o serviço de permutação de fundos da metropole com o ultramar é da competencia do Ministerio da marinha e ultramar.

Direcção geral dos correios e telegraphos, em 1 de abril de 1901. — O conselheiro Director geral, *Alfredo Pereira*.

MODELO N.º 439

**ESTAÇÃO CENTRAL DOS CORREIOS DE LISBOA**

**Permutação de fundos com o ultramar**

Anno de 190...

Lista n.º ...

Para ...

Importa esta lista na quantia de ... réis

Primeira secção da Estação central dos correios de Lisboa, em ... de ... de 190...

O Fiel, Chefe,

F...

N.º de ordem	Numero dos recibos dos depositos	Depositantes		Individuos a favor dos quaes devem ser passados os vales		Importancias dos depositos	Premios cobrados	Com ou sem aviso de pagamento	Numeros dos vales em que foram convertidos os depositos
		Nomes	Residencias	Nomes	Residencias				
					Totaes.....				

**Permutação de fundos com o ultramar**

Talão do recibo n.º ...

Lista n.º ...

Foi recebida n'esta Estação central, do sr. ..., residente em ..., a quantia de ...\$... réis, para ser convertida em um vale do correio pagavel ao sr. ..., em ...

1.ª secção da Estação central dos correios de Lisboa, em ... de ... de 190...

Pagou de premio ...\$... réis.

(Assignatura de quem passou o recibo)

F. ...



MODELO N.º 440

**Remessa de fundos para o ultramar**

Recibo n.º...

Foi recebido n'esta Estação central, do sr. ..., residente em ..., a quantia de ...\$... réis, para ser convertida em um vale pagavel a ..., em ...

1.ª secção da Estação central dos correios de Lisboa, em ... de ... de 190...



Pagou de premio ...\$...

O empregado,

F. ...

MODELO N.º 441

Permutação de fundos com o ultramar

Talão do vale n.º ...

Da quantia de ... \$ ... réis  
Para ser pago em ...

Nome do destinatário :

Nome do remetente e localidade em que foi  
feito o depósito :

Este vale foi emitido em virtude do depósito  
descripto sob o n.º ... na lista n.º ... do  
correio de ... datada de ... de ... de 190...  
Estação central dos correios de Lisboa,  
em ... de ... de 190...



(Assignatura)

F...

(Verso do modelo n.º 441)

III.º SF.

Serviço do correio

Pago em ... de ... de 190...

O encarregado do pagamento,

F...

COUPON

Póde ser separado pelo  
destinatário.

Réis ... \$ ...

Depositados no correio  
de ...

Por ...

Lisboa, ... de ...  
de ...

Pague-se á ordem do sr. ...

... valor recebido em dinheiro,

Em ... de ... de 190...

Assignatura do endossante,

F...

Recebi a quantia retro mencionada ... em  
... de ... de 190...

Assignatura da pessoa á qual o vale é pago,

F ..

DIRECÇÃO GERAL DOS CORREIOS E TELEGRAPHOS

Permutação de fundos com o ultramar

Vale da quantia de : Réis ... \$ ...  
(Repetição da quantia por extenso)

Pagavel a ...

Localidade do destino ...  
Residencia do destinatario ...  
Localidade do pagamento ...

Numero da emissão : ...  
Data da emissão : ... de ... de 190...  
Estação emissora : Lisboa.

O encarregado da emissão,

F...

Marca  
do dia  
da Estação  
emissora

Permutação de fundos com o ultramar

Aviso de pagamento

A quantia de

Réis ... \$ ...

Depositada no correio de ...  
em ... de ... de 190..., foi paga a ...

... em ... de ... de 190...

O encarregado do pagamento,  
F...

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao seu officio, n.º 258, de 16 de fevereiro ultimo, ácerca do procedimento a seguir em relação aos facultativos em commissão, João Mariano Gonzaga e Antonio Francisco Xavier Zacharias Dias, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.<sup>a</sup>, que os chefes de serviço de saúde só se podem corresponder com esta secretaria d'estado em assumptos technicos e profissionaes, e que todos os outros assumptos referentes ao serviço de saúde devem ser tratados com os Governadores das respectivas provincias, a cuja auctoridade os chefes de saúde estão subordinados.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 3 de abril de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. chefe de serviço de saúde da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de chamar a attenção de v. ex.<sup>a</sup> para o facto de n'essa provincia continuarem a ser vendidas procurações impressas em papel do sello de 60 réis, sendo a taxa completada com a applicação de estampilhas.

Estas procurações têm sido aqui multadas, em prejuizo das partes. N'um documento d'esta ordem, apresentado n'esta secretaria d'estado para reconhecimento, vinha declarado por um tabellião d'essa cidade: «que não havia d'outras procurações á venda na thesouraria».

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de abril de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Angola, n.º 19).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tenho a honra de enviar a v. ex.<sup>a</sup> a copia junta das instrucções por que devem regular-se provisoriamente os serviços a cargo da Direcção do caminho de ferro de Benguella e que foram approvadas por despacho de s. ex.<sup>a</sup> o Ministro, com data de hoje. Pela Inspeccão geral da fazenda serão igualmente communicadas a v. ex.<sup>a</sup> as instrucções referentes ao serviço de contabilidade da cobrança de receitas e pagamento das despesas da mesma Direcção.

Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de recomendar a v. ex.<sup>a</sup> se digne dar as ordens convenientes, de accordo com as alludidas instrucções, por forma que o serviço a cargo da Direcção do caminho de ferro de Benguella se possa realisar, como tanto convém, com a maior presteza e regularidade.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, em 3 de abril de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador geral de Angola. — O Director, *Tito Augusto de Carvalho*.

### Instrucções relativas aos serviços da Direcção do caminho de ferro de Benguella

#### 1.<sup>a</sup>

A Direcção do caminho de ferro de Benguella será constituída provisoriamente nos termos da Portaria de 31 de dezembro de 1900, que fica fazendo parte d'estas instrucções.



2.<sup>a</sup>

Incumbem-lhe todos os serviços de estudos, construção e exploração do caminho de ferro, assim como a fiscalização de quaesquer outros caminhos de ferro concedidos no districto de Benguella a individuos ou empresas particulares.

3.<sup>a</sup>

Em tudo quanto se refira á parte technica dos serviços que lhe são confiados, a Direcção do caminho de ferro de Benguella corresponder-se-ha directamente com a Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos; em tudo quanto respeite á administração, está sujeita á fiscalização e superintendencia do Governador geral da provincia de Angola; nos termos d'estas instrucções. O Governador geral de Angola adoptará as providencias que forem convenientes para que o Governador do districto de Benguella exerça, em tudo o que fôr compativel com a regularidade e boa ordem da administração, as funcções de superintendencia e fiscalização por fôrma que se evitem as delongas na resolução dos assumptos que interessam o rapido andamento dos serviços da Direcção do caminho de ferro de Benguella.

4.<sup>a</sup>

Dos assumptos technicos, ácerca dos quaes se corresponde directamente com a Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, dará a Direcção conhecimento ao Governador geral da provincia; e igualmente dará, mensalmente, conhecimento á Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos de todos os assumptos que não sejam de mero expediente e sobre que tenha havido correspondencia com o dito Governador geral ou com o Governador do districto de Benguella.

5.<sup>a</sup>

O pessoal da Direcção do caminho de ferro de Benguella comprehenderá, além do pessoal technico e administrativo, a que se refere a Portaria de 31 de dezembro de 1900, o pessoal jornalheiro que fôr reclamado pelos differentes serviços.

6.<sup>a</sup>

A nomeação do pessoal technico e administrativo será feita pelo Ministro da marinha e ultramar, ficando o engenheiro director auctorizado a fazer as propostas que entender mais convenientes quanto á nomeação ou substituição do pessoal technico. Quando qualquer nomeação de empregado administrativo puder ser feita na provincia, competirá essa nomeação ao Governador, sobre proposta do engenheiro director. A nomeação de empregados eventuaes que vençam por folha de jornaes, taes como amanuenses ou apontadores provisórios, capatazes, chefes de acampamentos e medidores, será feita pelo engenheiro director.

7.<sup>a</sup>

Em caso de urgencia de serviço, para provêr qualquer vagatura, ou para attender a alguma necessidade de serviço superiormente ordenada, poderá o engenheiro director requisitar ao Governador geral a nomeação provisoria do funcionario que o director julgue mais competente e que possa ser dispensado do serviço em que estava occupado.

8.<sup>a</sup>

Os funcionarios, que estiverem em serviço na Direcção do caminho de ferro de Benguella, gosarão das mesmas vantagens que por lei forem dadas aos empregados em

serviço de obras publicas na provincia de Angola; devendo o engenheiro director, quanto ás suas attribuições, ser equiparado ao engenheiro director das obras publicas da provincia.

9.<sup>a</sup>

Organisar se-ha provisoriamente a secretaria da Direcção, tendo por chefe o amanuense desenhador.

10.<sup>a</sup>

Depois de realizados os trabalhos a que se refere a disposição 3.<sup>a</sup> da Portaria de 31 de dezembro de 1900, a secção de estudos será organizada com um engenheiro, um conductor, um apontador, um chefe de acampamento e um chefe de medição, podendo os tres ultimos ser de nomeação eventual e temporaria, que incumbirá ao director sempre que na Direcção não haja pessoal disponivel para taes serviços.

11.<sup>a</sup>

Em tudo o que não fôr contrariado pela Portaria de 31 de dezembro de 1900 e por estas instrucções, a Direcção do caminho de ferro de Benguella deverá regular-se pelas disposições leaes applicaveis, que estiverem adoptadas no serviço das obras publicas da provincia, nomeadamente pelas do decreto de 20 de agosto de 1892 e pelas instrucções para a adjudicação de obras e fornecimentos de materiaes, clausulas e condições geraes de empreitadas e de fornecimentos de materiaes, approvadas pela Portaria de 20 de outubro de 1900, ou, na falta d'ellas, pelas que vigoram no reino.

12.<sup>a</sup>

A Direcção do caminho de ferro de Benguella deverá regular-se, quanto ás requisições de fundos, pagamentos e prestação de contas, em relação aos serviços a seu cargo, pelas instrucções que forem dadas pelo Governador geral de Angola, de accordo com as que ao mesmo funcionario são enviadas pelo Ministerio da marinha e ultramar.

Está conforme. — Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, em 2 de abril de 1901. — O Director, *Tito Augusto de Carvalho*.

(Boletim official de Angola, n.º 10).

#### Portaria régia a que se refere a 1.<sup>a</sup> das Instrucções supra

Devendo brevemente iniciar-se a construcção do primeiro lanço da 2.<sup>a</sup> secção do caminho de ferro de Benguella, e sendo, outrosim, indispensavel que se prosiga regularmente nos estudos do dito caminho de ferro, por fôrma que a construcção possa continuar ininterruptamente e com a maxima rapidez:

Ha Sua Magestade El-Rei por bem ordenar que se estabeleça em Benguella uma Direcção especial do caminho de ferro de Benguella á fronteira léste da provincia de Angola, provisoriamente organizada segundo as seguintes disposições:

1.<sup>a</sup> O pessoal da Direcção será provisoriamente constituído do seguinte modo: Um engenheiro director, um engenheiro adjunto, um conductor, dois apontadores, um desenhador e um amanuense.

2.<sup>a</sup> Enquanto não fôr definitivamente organizado o serviço da Direcção do caminho de ferro de Benguella, e á proporção que os trabalhos de construcção e os estudos tomarem maior desenvolvimento, poderá o pessoal tecnico e administrativo ser augmentado, por proposta do engenheiro director, ouvido o parecer da Commissão superior technica de obras publicas do ultramar.

3.<sup>a</sup> Os primeiros trabalhos a realisar, além da fiscal'sação das obras que fazem objecto da empreitada do primeiro lanço da 2.<sup>a</sup> secção, são os seguintes:

a) Projecto da 1.<sup>a</sup> secção entre o Lobito e Benguella, comprehendendo a ponte sobre o rio Catumbella.

b) Projecto das obras a realisar na bahia do Lobito para que se facilite a acostagem aos navios.

4.<sup>a</sup> Com a antecedencia necessaria para que se não dê interrupção no seguimento da construcção da linha ferrea, deverá ser enviado ao Governo, pela Direcção do caminho de ferro de Benguella, o plano dos estudos e trabalhos a realisar para além do primeiro lanço da 2.<sup>a</sup> secção.

5.<sup>a</sup> Os vencimentos mensaes do pessoal technico e administrativo serão fixados de accordo com a seguinte norma:

Engenheiro — ordenado, 60\$000 réis; gratificação, 180\$000 réis.

Conductor — ordenado, 25\$000 réis; gratificação, 60\$000 réis.

Apontador — ordenado, 20\$000 réis; gratificação, 10\$000 réis.

Desenhador — ordenado, 20\$000 réis; gratificação, 54\$000 réis.

Amanuense — ordenado, 20\$000 réis; gratificação, 25\$000 réis.

6.<sup>a</sup> Ao engenheiro director será dada, além do vencimento acima fixado para os engenheiros, uma gratificação especial pela maior responsabilidade que lhe cabe na organização e direcção dos serviços.

7.<sup>a</sup> As ajudas de custo a abonar ao pessoal technico serão as seguintes:

Engenheiro, 6\$000 réis.

Conductor, 2\$500 réis.

Apontador, 1\$500 réis.

Os engenheiros vencerão a ajuda de custo permanente; os outros funcionarios terão direito a ella nos dias de serviço no campo, em que tenham de pernoitar fóra da sua residencia, e sómente durante dez dias, em cada mez, quando por exigencia de serviço devam conservar-se na Direcção em Benguella.

8.<sup>a</sup> Quando por ordem superior qualquer funcionario technico fôr chamado a prestar temporariamente serviço, na metropole, relativo ao caminho de ferro de Benguella, ser-lhe-ha abonado o dobro do seu ordenado, sem direito a nenhuma gratificação.

Paço, em 31 de dezembro de 1900. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de enviar a v. ex.<sup>a</sup> copia das instrucções approvadas por seu despacho de hontem, pelas quaes se deve reger o serviço de arrecadação e contabilidade das receitas que constituem o fundo especial, destinado á construcção do caminho de ferro de Benguella á fronteira léste d'essa provincia, e despesas correlativas.

Das referidas instrucções tambem n'esta data se envia á Inspeccão de fazenda provincial uma outra copia para os devidos effeitos.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Inspeccão geral de fazenda do ultramar, em 3 de abril de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade.*

### Instrucções para serem observadas no serviço de contabilidade da cobrança de receitas e pagamento de despesas com relação ao caminho de ferro de Benguella

Sendo necessario prescrever as regras que, segundo as conveniencias do serviço, devem reger a escripturação das receitas que, por carta de lei de 17 de agosto de 1899, constituem fundo especial para a construcção do caminho de ferro de Benguella, arrecadadas na provincia de Angola, e a sua applicação ás despesas com a mesma construcção, s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, por despacho de hoje, manda observar as instrucções que seguem:

1.<sup>a</sup> As receitas, que constituem o fundo especial destinado pela carta de lei de 17 de agosto de 1899 para a construção do caminho de ferro de Benguella, que se arrecadarem na provincia de Angola, serão escripturadas em livros especiaes, com discriminações das respectivas proveniencias, tanto na Repartição de fazenda provincial de Loanda, como nas Repartições de fazenda dos districtos e concelhos, ficando em deposito á ordem do Governo.

2.<sup>a</sup> O inspector de fazenda de Angola ordenará a transferencia das receitas arrecadadas e depositadas em qualquer cofre da provincia, pertencentes ao fundo especial, para o cofre do districto onde as necessidades do serviço da construção do caminho de ferro assim exigirem.

3.<sup>a</sup> Os chefes das Repartições de fazenda dos districtos, onde se arrecadem receitas destinadas ao fundo especial, enviarão ao inspector de fazenda, até o dia 5 de cada mez, uma tabella especial das receitas arrecadadas no mez anterior nos respectivos districtos, que forem escripturadas como depositos á ordem do Governo com applicação á construção do caminho de ferro de Benguella, e bem assim de quaesquer quantias levantadas para pagamento de despesas, transferencia de fundos ou outras operações de thesouraria legalmente auctorisadas, com declaração do saldo que fica existindo e que passa para o mez seguinte.

4.<sup>a</sup> O inspector de fazenda de Angola enviará, mensalmente, á Inspeção geral de fazenda do ultramar uma tabella especificada da receita arrecadada e depositada em toda a provincia com applicação á construção do caminho de ferro de Benguella, e das quantias levantadas para pagamento de despesas com a mesma construção e do saldo que fica existindo em todos os cofres e que passa para o mez seguinte.

5.<sup>a</sup> Nos balanços mensaes dados ao cofre da thesouraria geral em Loanda, deverá especificar-se, no respectivo termo, a importancia pertencente ao fundo especial de que tratam as presentes instruções e que fica em deposito na thesouraria geral.

6.<sup>a</sup> Nenhuma despesa de qualquer ordem póde ser paga por conta do fundo especial destinado á construção do caminho de ferro de Benguella, arrecadado e em deposito nos cofres provinciaes, que não diga respeito á mesma construção, ficando responsavel o inspector de fazenda ou o seu delegado que visar a ordem e o thesoureiro ou recebedor que a pagar.

7.<sup>a</sup> Os pagamentos de quaesquer despesas e os abonos de adiantamentos para as que hajam de ser feitas com férias, salarios e material, serão sempre feitos precedendo requisições em duplicado; assignadas pelo engenheiro director, ou por quem suas vezes fizer, e enviadas ao Governador geral da provincia, com a necessaria antecedencia, para que os pagamentos, tendo de ser realisados fóra da séde da provincia, o sejam em devido tempo.

8.<sup>a</sup> As importancias das requisições, depois de auctorisadas estas pelo Governador da provincia, registadas na Repartição de fazenda provincial e visadas pelo inspector de fazenda, poderão ser satisfeitas em qualquer das recebedorias dos districtos ou concelhos onde as necessidades do serviço o exijam, devendo, n'este caso, o engenheiro director dos trabalhos solicitar do inspector de fazenda provincial as necessarias providencias e com a devida antecipação para que o pagamento das importancias requisitadas se effectue na Repartição de fazenda do districto ou concelho mais conveniente para o serviço.

9.<sup>a</sup> Quando os pagamentos tenham de realisar-se em qualquer Repartição de fazenda do districto ou concelho, cujas communicções com a séde da provincia demandem longo praso, o Governador geral poderá, se assim o entender de vantagem para o serviço, delegar o ordenamento das requisições no respectivo Governador do districto, dando conhecimento ao inspector de fazenda, para este dar as ordens convenientes ao escrivão de fazenda onde as mesmas requisições tenham de ser satisfeitas.

10.<sup>a</sup> O abono de vencimentos ao pessoal technico e administrativo será feito por meio de recibos individuaes, processados na Repartição onde tenha de ser effectuado o seu pagamento, servindo de base ao processo a respectiva relação de effectividade que até ao dia 25 de cada mez o chefe superior do mesmo pessoal deverá remetter á mencionada Repartição. Na casa das observações relativas a cada empregado se mencionarão quaesquer alterações que influam no seu vencimento.

11.<sup>a</sup> A liquidação far-se-ha pela importancia illiquida de quaesquer descontos que os empregados tenham de soffrer, dando-se no acto do pagamento entrada no cofre da fazenda, por meio da competente guia passada pela Repartição de fazenda, ás importancias dos diversos descontos constantes dos referidos recibos.

Estas guias serão especiaes para cada empregado que receba o seu vencimento isoladamente, e comprehenderão os descontos dos diversos empregados cujos vencimentos sejam recebidos em globo por qualquer empregado encarregado de effectuar os pagamentos ao pessoal tecnico em serviço.

12.<sup>a</sup> A liquidação das restantes despesas, tanto com o pagamento ao pessoal operario e braçal, como com o material, relativas a cada mez, far-se-ha em face dos documentos que o chefe superior do serviço deve mensalmente formular e remetter á Repartição de fazenda onde tenham sido feitos os abonos para as despesas. Estes documentos são: conta de todas as despesas effectuadas durante cada mez, d'onde constem os trabalhos executados n'esse mez e as importancias despendidas em cada um d'esses trabalhos com o pessoal operario e braçal, isto é, com o pagamento de férias e salarios devidamente comprovados com as folhas dos pontos relativas a cada trabalho, assignadas pelos empregados encarregados de fazer e fiscalisar este serviço, e com as despesas de material devidamente comprovadas pelos recibos dos diversos fornecedores, devendo os documentos de pessoal e material referentes á mesma obra ser cobertos por resumos especiaes assignados pelos encarregados da direcção dos trabalhos de cada obra. Com respeito aos trabalhos feitos por empreitada é documento comprovativo bastante o certificado dos referidos encarregados de terem os empreiteiros executado o trabalho contractado ou parte d'elle, designando-se qual, e tambem a importancia que por esse facto lhe seja devida, juntando-se a este certificado o recibo do interessado.

Sommadas na conta as importancias n'ella descriptas, que devem concordar com as dos diversos resumos, mencionar-se-hão a seguir as importancias requisitadas por adiantamento para as despesas do mez a que cada conta se referir, com indicação do numero e data de cada requisição, fazendo se no final o balanço entre as importancias despendidas e recebidas a fim de que a conta apresente o saldo resultante a favor ou contra o fundo especial respectivo. Em seguida, a Repartição de fazenda, verificada a legalidade de todos os documentos juntos á mencionada conta, que devem ser visados pelo chefe superior de cada serviço especial, processará o respectivo titulo, modelo 14 do regulamento de 7 de novembro de 1889, a favor do mesmo chefe, pela importancia da mencionada conta, expedindo a competente guia, para dar entrada no cofre a importancia que tenha sido recebida para os pagamentos do mez a que respeite a liquidação, a fim de que na thesouraria ou recebedoria competente seja feito o respectivo movimento, ficando por esta fórma completamente liquidadas as operações relativas a esse mez.

A apresentação na Repartição de fazenda provincial ou concelhia, conforme fôr estabelecido na provincia, da conta e documentos relativos ás despesas effectuadas em determinado mez, e a liquidação anteriormente referida, serão feitas antes de findar o terceiro mez decorrido apóz aquelle a que a conta respeite, devendo a Repartição de fazenda, quando deixe de ser cumprida esta disposição, dar conhecimento immediato, ao Governador da provincia, d'esse facto, para este ordenar o cumprimento immediato do que fica determinado e proceder como tiver por conveniente a bem dos interesses do Estado.

Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 2 de abril de 1901. — *José Navarro de Andrade.*

(Boletim official de Angola, n.º 19)

Tendo-se suscitado duvidas sobre o modo de proceder relativamente á organização dos processos para a concessão da medalha de serviços no ultramar, determina Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que se observe o seguinte:

Sempre que houver a recompensar com aquella medalha serviços prestados em campanha, no ultramar, quer esses serviços tenham sido praticados por militares da armada, do exercito da metropole, ou das forças ultramarinas, quer por individuos da classe civil, é a 4.<sup>a</sup> Repartição da Direcção geral do ultramar a unica competente para organizar e remetter á Junta consultiva do ultramar os respectivos processos, para os effectos do artigo 15.º do regulamento de 18 de janeiro de 1893.

Na organização d'esses processos serão os documentos a que se refere o artigo 12.º, alíneas a) e b), do referido regulamento suppridos pela informação d'aquella Repartição relatando os feitos attribuidos.

Paço, em 10 de abril de 1901. — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diário do governo, n.º 109).

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes Geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º São abertos no Ministerio dos negocios da fazenda credits especiaes e extraordinarios (relativos ao exercicio de 1899-1900), para despesas liquidadas até 26 de junho de 1900, parte pagas n'essa data, parte em divida, ficando todas legalisadas em conformidade com o mappa junto a esta lei e que d'ella faz parte, a saber:

	Despesa ordinaria	Despesa extraordinaria	Total
<b>A favor:</b>			
Do Ministerio do reino .....	18:050\$000	500\$000	18:550\$000
Do Ministerio da justiça .....	134:491\$014	8.629\$675	143:120\$689
Do Ministerio da marinha e ultramar:			
Direcção de marinha .....	245:968\$954	—\$—	245:968\$954
Direcção do ultramar .....	125:527\$215	991:230\$502	1.116:757\$717
Do Ministerio dos negocios estrangeiros .....	21:827\$005	14:020\$170	35:847\$175
Do Ministerio das obras publicas, commercio e industria.	1 873:181\$901	866:245\$361	2.739:427\$262
A quatro Ministerios, para despesas extraordinarias espe-			
ciaes de saude publica .....	—\$—	545:889\$886	545:889\$886
	2.419:046\$089	2.426:515\$594	4.845:561\$683
	4.845:561\$683		

Art. 2.º Sem embargo das disposições em contrario do regulamento geral da contabilidade publica, os credits de que trata o artigo 1.º d'esta lei serão escripturados em conta do exercicio de 1899-1900 e por addicionamento na conta de gerencia tambem de 1899-1900.

Art. 3.º Fica revogada a legislação contraria a esta.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros, Ministro e secretario de Estado dos negocios do reino, e os Ministros e secretarios de estado das outras Repartições, assim o tenham entendido e façam executar. — Dada no paço, aos 11 de abril de 1901. — *EL-REI*, com rubrica e guarda. — *Ernesto Rodolpho Hin'ze Ribeiro* — *Arthur Alberto de Campos Henriques* — *Fernando Mattoso Santos* — *Luiz Augusto Pimentel Pinto* — *Antonio Teixeira de Sousa* — *João Marcellino Arroyo* — *Manuel Francisco de Vargas*. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 11 de março d'este anno, que auctorisa a que no Ministerio da fazenda sejam abertos credits especiaes e extraordinarios, relativos ao exercicio de 1899-1900, para despesas liquidadas até 26 de junho de 1900, parte pagas e parte em divida, ficando todas legalisadas em conformidade com o mappa junto á presente lei, e determina, sem embargo das disposições em contrario do regulamento da contabilidade publica, a maneira de se escripturarem os referidos credits, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela fórma retro declarada.

Para Vossa Magestade vêr. — *Domingos Eduardo Augusto da Silva Moreira* a fez.

Mappa, a que se refere a lei datada de hoje, dos creditos a abrir no Ministerio da fazenda, a favor dos Ministerios no mesmo mappa indicados, por despesas liquidadas e não pagas, ou pagas mas não devidamente escripturadas por falta de auctorisação legal, tudo até 26 de junho de 1900, e que devem ser addicionados aos restantes creditos do exercicio e da gerencia de 1899-1900, sem embargo das disposições em contrario do regulamento geral da contabilidade publica

### DESPESAS ORDINARIAS

#### Ministerio dos negocios do reino

Capitulos:

3.º Governos civis. .... 18:050\$000

#### Ministerio dos negocios da justiça

2.º Dioceses do reino .....	3:485\$942	
4.º Tribunaes de 2.ª instancia .....	94\$935	
5.º Juizes de 1.ª instancia .....	49:340\$599	
6.º Ministerio publico .....	1:659\$208	
7.º Sustento de presos e policia das cadeias .....	79:910\$330	
		134:491\$014

#### Ministerio dos negocios da marinha e ultramar

##### Direcção geral da marinha

2.º Armada .....	77:221\$124
3.º Justiça militar, etc. ....	75:231\$977
5.º Encargos diversos .....	93:515\$853
	245:968\$954

##### Direcção geral do ultramar

8.º Complemento da garantia de juro do caminho de ferro de Mormugão .....	125:527\$215	371:496\$169
---	--------------	--------------

#### Ministerio dos negocios estrangeiros

4.º Diversas despesas .....	21:827\$005
-----------------------------	-------------

#### Ministerio dos negocios das obras publicas, commercio e industria

2.º Pessoal tecnico e de administração .....	22:824\$007
3.º Conservação de estradas .....	91:246\$722
4.º Diversas obras .....	1:450:776\$392
5.º Caminhos de ferro .....	106:355\$350
7.º Serviços agricolas, pecuarios, florestaes e de ensino agricola...	162:063\$406
8.º Ensino industrial e commercial .....	23:434\$711
9.º Direcção geral dos trabalhos geodesicos e topographicos .....	189\$520
11.º Diversas despesas .....	16:291\$793
	1:873:181\$901

Total das despesas ordinarias..... 2:419:046\$089

### DESPESAS EXTRAORDINARIAS

#### Ministerio dos negocios do reino

Observação do eclipse total do sol, em maio de 1900..... 500\$000

#### Ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça

Breves apostolicos de confirmação dos prelados de Braga e Porto e arcebispo de Mitylene .....	4:129\$675
Visitas canonicas dos prelados do continente e ilhas ( <i>ad sacra limina</i> ) .....	4:500\$000
	8:629\$675

#### Ministerio dos negocios da marinha e ultramar

##### Direcção geral do ultramar

Despesas geraes das provincias ultramarinas .....	167:274\$772
Misões, delimitações de fronteiras e despesas extraordinarias .....	229:148\$167
Outras despesas das expedições enviadas ás provincias ultramarinas além do Cabo da Boa Esperança .....	594:807\$563
	991:230\$502

**Ministerio dos negocios estrangeiros**

Despesas da delimitação da fronteira de Manica..... 14:020\$170

**Ministerio dos negocios das obras publicas  
commercio e industria**

Construção e grandes reparações de caminhos de ferro..... 80:684\$334  
 Portos artificiaes e melhoramento dos existentes, incluindo o porto  
 de Lisboa ..... 120:798\$585  
 Construção de grandes reparações de estradas de 1.ª e 2.ª ordem.. 613:762\$442  
 Reparações de estragos causados por temporaes em estradas e obras  
 hydraulicas, e para impedir a invasão de gafanhotos..... 51:000\$000  
**866:245\$361**  
**Total ..... 1.880:625\$708**

**DESPESAS EXTRAORDINARIAS ESPECIAES  
DE SAUDE PUBLICA**

Para impedir o alargamento da invasão da doença epidemica do Porto, em 1899 :  
 Ministerio dos negocios do reino ..... 225:847\$896  
 Ministerio dos negocios da guerra..... 200:262\$391  
 Ministerio dos negocios da marinha e ultramar (Direcção geral da  
 marinha)..... 19:779\$599  
 Ministerio das obras publicas, commercio e industria ..... 100:000\$000  
**545:889\$886**

**Resumo**

	Importancias liquidadas e não pagas	Importancias pagas mas não devidamente escripturadas	Total
<b>DESPESAS ORDINARIAS</b>			
Ministerio do reino.....	—\$—	18:050\$000	18:050\$000
Ministerio da justiça .....	8:826\$372	125:664\$642	134:491\$014
Ministerio da marinha:			
Direcção geral da marinha.....	93:515\$853	152:453\$101	245:968\$954
Direcção geral do ultramar .....	—\$—	125:527\$215	125:527\$215
Ministerio dos negocios estrangeiros .....	21:827\$005	—\$—	21:827\$005
Ministerio das obras publicas, commercio e indus- tria .....	714:302\$447	1:158:879\$454	1:873:181\$901
	<b>838:471\$677</b>	<b>1:580:574\$412</b>	<b>2:419:046\$089</b>
<b>DESPESAS EXTRAORDINARIAS</b>			
Ministerio do reino.....	—\$—	500\$000	500\$000
Ministerio da justiça .....	—\$—	8:629\$675	8:629\$675
Ministerio da marinha—Direcção geral do ultra- mar ..	167:274\$772	823:955\$730	991:230\$502
Ministerio dos negocios estrangeiros .....	14:020\$170	—\$—	14:020\$170
Ministerio das obras publicas, commercio e indus- tria .....	296:175\$664	570:069\$697	866:245\$361
	<b>477:470\$606</b>	<b>1:403:155\$102</b>	<b>1:880:625\$708</b>
<b>DESPESAS EXTRAORDINARIAS ESPECIAES CONTRA A INVASÃO DA PESTE</b>			
Pelo Ministerio do reino .....	—\$—	225:847\$896	225:847\$896
Pelo Ministerio da guerra.....	—\$—	200:262\$391	200:262\$391
Pelo Ministerio da marinha .....	—\$—	19:779\$599	19:779\$599
Pelo Ministerio das obras publicas, commercio e industria.....	—\$—	100:000\$000	100:000\$000
	<b>—\$—</b>	<b>545:889\$886</b>	<b>545:889\$886</b>
<b>RECOPILAÇÃO</b>			
Despesas ordinarias.....	838:471\$677	1:580:574\$412	2:419:046\$089
Despesas extraordinarias contra a peste .....	—\$—	545:889\$886	545:889\$886
Diversas .....	477:470\$606	1:403:155\$102	1:880:625\$708
	<b>1:315:942\$283</b>	<b>3:529:619\$400</b>	<b>4:845:561\$683</b>

Paço, em 11 de abril de 1901.—*Fernando Mattozo Santos.*

(Diario do governo, n.º 23).



DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

Art. 1.º É aberto no Ministerio da fazenda a favor do Ministerio da marinha e ultramar, pela Direcção do ultramar, um credito extraordinario da quantia de 897:447\$282 réis para despesas das expedições a Moçambique em 1899 e 1900, e a Macau em 1900, pagas e a pagar depois de 1 de julho de 1900, e em relação ao primeiro semestre da gerencia de 1900 a 1901, em conformidade com o mappa junto a esta lei e que d'ella faz parte.

Art. 2.º É auctorizado o Governo, nos termos da legislação vigente, a abrir os creditos extraordinarios especiaes necessarios para complemento das despesas até ao fim do anno economico de 1900-1901 com as expedições de Moçambique e de Macau.

Art. 3.º Fica revogada a legislação contraria a esta.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

Os Ministros e secretarios de estado dos negocios da fazenda e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar.—Dada no Paço, aos 11 de abril de 1901.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Fernando Mattozo Santos*—*Antonio Teixeira de Sousa*.—(Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 15 de março ultimo, que determina a abertura no Ministerio da fazenda a favor do da marinha e ultramar de um credito extraordinario da quantia de 897:447\$282 réis para as despesas das expedições a Moçambique de 1899 e 1900 e a Macau em 1900, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela fórma retro declarada.

Para vossa Magestade vêr.—*Francisco Lopes de Paula Maia* a fez.

Mappa da despesa legalisada com as expedições a Moçambique e a Macau, e diversos serviços do districto de Lourenço Marques, no 1.º semestre do anno economico de 1900-1901, a que se refere a lei d'esta data e que d'ella faz parte

	Despesas pagas	Despesas a pagar	Total
Expedições a Moçambique, em 1899 e 1900, e construção e mobilia dos respectivos quartéis ....	540:310\$676	81:758\$851	622:069\$527
Expedição a Macau em 1900 .....	51:353\$925	21:023\$830	72:377\$755
Refugiados boers .....	44:000\$000	12:000\$000	56:000\$000
Saques de Lourenço Marques.....	50:000\$000	97:000\$000	147:000\$000
	685:664\$601	211:782\$681	897:447\$282

Paço, em 11 de abril de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diário do governo, n.º 83).

Tendo chegado ao conhecimento de Sua Magestade El-Rei que o Governador dos territorios, cuja administração e exploração foram concedidas á Companhia de Moçambique, ampliou pelas ordens n.ºs 1:830 e 1:833, de 5 e 11 de fevereiro proximo passado, o que estava disposto em ordens anteriores e procedendo por maneira manifestamente contraria á doutrina contida na Portaria régia de 7 de novembro de 1900 no que diz respeito á ingerencia de estrangeiros nos negocios commettidos á Commissão sanitaria da Beira, os quaes, segundo a ordem n.º 1:497, são de character municipal; ha por bem o mesmo Augusto Senhor ordenar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e

ultramar, que as referidas ordens n.<sup>os</sup> 1:830 e 1:833 sejam annulladas e consideradas de nenhum effeito, independentemente de qualquer outro procedimento que os interesses do Estado aconselhem; que d'esta resolução se dê conhecimento ao Conselho de Administração da Companhia de Moçambique, a fim de ser immediatamente executada, sem prejuizo da faculdade que ao Governador geral da provincia de Moçambique é dada pelo decreto de 7. de maio de 1892.

Paço, em 12 de abril de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Convindo bem esclarecer a doutrina contida na régia Portaria de 23 de fevereiro de 1900, referente aos vencimentos dos officiaes que vão servir no ultramar, s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar ordenou, por seu despacho de 9 do corrente, que os vencimentos da tabella A e os fixados na circular do Ministerio da guerra não se accumulam com quaesquer outros, muito embora haja accumulção no desempenho de diversas commissões de serviço de caracter militar ou civil; o que a v. ex.<sup>a</sup> tenho a honra de comunicar para os fins convenientes.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Inspecção geral de fazenda do ultramar, 12 de abril de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde.—O Inspector geral, *José Navarro de Andrade.*

(Boletim official de Cabo Verde, n.<sup>o</sup> 18).

Tendo-se evidenciado importantes inconvenientes resultantes da lata interpretação do n.<sup>o</sup> 33.<sup>o</sup> das bases para a administração dos territorios da Companhia de Moçambique, approvadas por decreto com força de lei de 7 de maio de 1892; Sua Magestade El-Rei ha por bem mandar recommendar ás auctoridades competentes a exacta observancia e rigoroso cumprimento, sob sua responsabilidade, das disposições dos n.<sup>os</sup> 4.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup> do art. 15.<sup>o</sup> do decreto de 7 de maio de 1892 e do § 6.<sup>o</sup> do art. 11.<sup>o</sup> do decreto com força de lei de 17 de maio de 1897, que dão ao Governador geral da provincia de Moçambique e aos Intendentes do Governo nos territorios sob administração da referida Companhia a faculdade de suspender e annullar determinadas resoluções do Governador dos mesmos territorios, devendo igualmente ter muito em vista e sob especial recommendação o disposto na régia Portaria de 6 de outubro de 1892, interpretativa da citada base 33.<sup>a</sup> O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Governador geral da provincia de Moçambique para seu conhecimento e cabal execução.

Paço, em 12 de abril de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Boletim official de Moçambique, n.<sup>o</sup> 22).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Tendo o Inspector de fazenda d'essa provincia, em seu officio, n.<sup>o</sup> 4, de 13 de março, apresentado novas duvidas ácerca do sello que devem pagar as cartas de aforamento de terrenos e de concessão de minas, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro da marinha e ultramar de dizer a v.<sup>a</sup> ex.<sup>a</sup> que a materia está esclarecida pela régia Portaria de 29 de janeiro ultimo, pois as cartas de aforamento de terrenos e diplomas de concessão de minas se devem considerar como constituindo o documento juridico que regula os direitos e os deveres do concessionario, devendo, por isso, applicar-se-lhes o sello nos termos da citada Portaria.

No processo de concessão de terrenos a base é a Portaria da concessão, devidamente confirmada, os autos de demarcação e delimitação, e de posse em seguida ao qual se expede a carta de aforamento. A fôrma do processo de concessão de minas é especial e em harmonia com o regulamento geral de 29 de dezembro de 1898, e são documentos principaes d'elle a licença para pesquisa, o titulo de manifesto e o titulo de concessão. Claro é, pois, que a Portaria de 29 de janeiro de 1901 não carece de ser explicada, nem procedem as duvidas do Inspector de fazenda.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 15 de abril de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Indêdito.)

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 25, de 10 de janeiro ultimo, que acompanhou o requerimento do facultativo de 3.<sup>a</sup> classe do quadro de saude de Cabo Verde e Guiné, João Rodrigues da Silva Leite, pedindo o abono do subsidio para renda de casa por se achar fazendo serviço na companhia de artilheria d'essa provincia, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, por seu despacho de 10 do corrente, de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que o requerente não tem direito á gratificação que se lhe abona pelo serviço clinico da companhia de artilheria, visto como, segundo o n.º 5.º do artigo 40.º da carta de lei de 28 de maio de 1896, os facultativos dos quadros têm por obrigação desempenhar o serviço medico das praças, corpos militares e destacamentos, mas tem direito ao subsidio para renda de casa, se esse subsidio se abona aos officiaes da companhia de artilheria, por lhes estar equiparado para os effeitos de abono de vencimentos; determinando, por isso, o mesmo ex.<sup>mo</sup> Ministro que seja abonado o subsidio para renda de casa ao mencionado facultativo, se concorrer em serviço com os officiaes da referida unidade.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — 7.<sup>a</sup> Repartição da Direcção geral de contabilidade publica, em 15 de abril de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O chefe da Repartição, *João Duarte Figueiredo Bastos*.

(Boletim official de Cabo Verde, n.º 18.)

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Sendo importantissima a cifra já despendida n'essa provincia no corrente anno economico ao que parece, pelo que se vê da conta que acompanhou o officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 206, de 25 de novembro ultimo, com fundamento na auctorisação telegraphica de s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de 21 de dezembro de 1899, com a defesa sanitaria de Macau, e sendo certo que desde 1894 está o thesouro publico sendo onerado com despesas semelhantes ali feitas annualmente em vista de auctorisações especiaes que têm sido solicitadas pelo Governo da provincia e concedidas pelos antecessores do mesmo ex.<sup>mo</sup> sr., o que importa ir adquirindo fóros de despesa ordinaria a despesa que só muito extraordinariamente póde ser paga pelo thesouro com o saneamento da cidade, pois que é este um dos encargos a que ás Camaras municipaes compete occorrer, encarrega-me o mesmo ex.<sup>mo</sup> Ministro, no seu despacho de 9 de corrente mez, de comunicar a v. ex.<sup>a</sup> o seguinte:

1.º Que quaesquer auctorisações concedidas superiormente para pagamento de despesas a effectuar no ultramar caducam no fim do anno economico em que sejam concedidas, salvo quando o contrario fôr estabelecido, servindo o periodo do exercicio unicamente para satisfazer os encargos contrahidos na gerencia;

2.º Que, portanto, deve v. ex.<sup>a</sup> considerar caducada, para todos os effeitos, a referida auctorisação, desde que receba este officio, podendo, comtudo, serem pagas até 10 de junho proximo as despesas relativas a quaesquer serviços prestados até á referida data da recepção d'este officio;

3.º Que as despesas que, de futuro, haja a fazer com o saneamento publico, devem constituir encargo do municipio, para o que v. ex.<sup>a</sup> fará inserir no orçamento municipal do futuro anno economico a verba que se julgue indispensavel para tal fim e dentro dos recursos de que se possa para isso dispôr;

4.º Que em quaesquer pedidos futuros de auctorisações, por v. ex.<sup>a</sup> feitos, para despesas n'essa provincia, deve sempre ser indicada a verba a despende;

5.º Que deve v. ex.<sup>a</sup> enviar ao mesmo ex.<sup>mo</sup> sr. um relatorio desenvolvido do uso que fez da referida auctorisação, a fim de se c nhecer a diversa applicação dada aos dinheiros publicos.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Inspecção geral de fazenda do ultramar, 16 de abril de 1901. —Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador da provincia de Macau.—O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Inédito.)

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao offi io de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 8, de 8 de janeiro do corrente anno, incumbem-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro de dizer a v. ex.<sup>a</sup> o seguinte:

O regulamento de 9 de novembro de 1899 foi publicado no *Boletim official* d'essa provincia, n.º 3, de 20 de janeiro do anno findo para ter immediata execução.

O telegramma ministerial mandando suspender o regulamento é de 4 de janeiro (*Boletim official* n.º 46, de 17 de novembro do mesmo anno), e a Portaria de 18 de novembro de 1899, considerando o regulamento suspenso, só foi publicada no *Boletim* de 10 de fevereiro de 1900, n.º 6. Ha, pois, um periodo em que esse regulamento esteve em vigor, o qual decorre desde a sua publicação até á sua suspensão, devendo considerar-se válidos todos os contractos celebrados n'esse tempo em harmonia com o dito regulamento, pois que as leis não têm effeito retroactivo. Estando em vigor, não se podiam então fazer os contractos de serviços senão conforme elle determinasse, e não é legal declarar nullo o que se fez em cumprimento da lei.

Todos os contractos celebrados fóra d'este periodo é que deverão ser declarados nullos, se não se harmonisarem com as leis vigentes.

O registo não era exigivel no regulamento de 9 de novembro de 1899, e por isso não carece de ser feito. O acto juridico ficou completo desde que se cumpriram todas as formalidades prescriptas na lei.

No entretanto s. ex.<sup>a</sup> o Ministro concorda com o que foi por v. ex.<sup>a</sup> exposto no seu alludido officio.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 16 de abril de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Procurador da corôa e fazenda junto da Relação de Moçambique.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito.)

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, suscitar aos Governadores das provincias ultramarinas a exacta observancia das disposições legais que não permitem qualquer modificação na organização administrativa e na divisão territorial das mesmas provincias, tendo em vista o disposto no codigo administrativo de 18 de março de 1842, no decreto de 1 de dezembro de 1869, e ainda a parte applicavel do codigo administrativo de 2 de março de 1895. O que, pela referida secretaria, se communica aos mesmos Governadores para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 18 de abril de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

(*Boletim official de Cabo Verde*, n.º 20).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Respondendo ao officio de 10 de outubro ultimo, no qual v. ex. pede ser esclarecido sobre o que deve fazer sempre que lhe sejam pedidas passagens por conta do Estado para alumnos do seminario d'essa diocese, idos da Europa, incumbeme o ex.<sup>mo</sup> Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que os alludidos alumnos não têm direito a passagens.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 22 de abril de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Macau.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Manda Sua Magestade El Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar, em vista do parecer da Junta consultiva do ultramar, a Portaria do Governador geral do Estado da India, n.º 742, de 14 de outubro de 1898, creando o Commando militar de Sanguém.

Paço, em 25 de abril de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do governo, n.º 109).

#### Portaria provincial a que se refere a régia Portaria supra

N.º 742—Tomando em consideração as informações do Administrador do concelho de Sanguém acerca da situação em que se encontra a provincia de Embarbacém, da sua jurisdição;

Attendendo a varios e graves factos que attestam o mal estar dos povos d'essa provincia, devido á sua ignorancia e á falta de protecção immediata contra as prepotencias de que são victimas;

Attendendo á affinidade de indole e habitos d'aquelles povos com os de Satary, seus vizinhos;

Attendendo que a pratica está provando a efficacia das providencias publicadas no anno proximo passado para a organização administrativa de Satary;

Attendendo que essas providencias, com modificações impostas por circumstancias especiaes, podem ser proveitosamente applicadas á provincia de Embarbacém e ainda á de Astragar, que é situada ao sul do concelho;

Attendendo que as mesmas providencias visam a garantir a manutenção da ordem publica e a procurar o progresso natural dos povos, approximando-os da auctoridade e facilitando-lhes a instrucção de que tanto carecem;

Tendo ouvido o Conselho do Governo, que votou a urgencia:

Usando da faculdade que me confere o § 2.º do artigo 15.º do 1.º Acto adicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por conveniente determinar o seguinte:

1.º E' creado, com séde em Sanguém, um Commando militar que se denominará *Commando militar de Sanguém*;

2.º As funcções de commandante militar serão cumulativamente exercidas com as de administrador do concelho;

3.º O territorio do concelho de Sanguém, comprehendendo as provincias de Embarbacém e Astragar, é dividido em 11 circumscripções: Sancordém, Mollém, Darbandorá, Quirlapale, Calém, Sanguém, Batty, Rivona, Curdy, Vichundrém e Netorlim;

4.º A circumscripção de *Sancordém* é formada pelas aldeias de Sancordém e Aglot do torofo de Sancordém, e pela aldeia de Surla do torofo d'este nome;

a de *Mollém*, pelas aldeias de Mollém, Caranzol, Sonaulim e Collém do torofo d'este nome, e pelas aldeias de Sangoddá e Sigão, do torofo de Sancordém;

a de *Darbandorá*, pelas de Piliém e Bandorbarcém do torofo d'este nome;

a de *Quirlapale*, pelas de Camarcondá e Codly do torofo d'este nome e pelas de Bandol, Cormoném, Caranguinim, Moissal, Bumboddém, Santon, Sanvordém e Atharcém do torofo d'este nome;

a de *Calém*, pelas de Dudal, Maulinguém e Calém do torofo d'este nome e pelas de Oxél, Dongorly e Boma do torofo de Surla;

a de *Sanguém*, pelas de Cottarly, Xelpém e Salauly do torofo d'este nome, Costy do torofo de Calém, Mugully do torofo de Surla e pelas de Uguém, Patiém, Pouchorém e Tuddou do torofo d'este nome;

a de *Batty*, pelas de Naiquinim, Dongor, Sigoném e Batty do torofo d'este nome e pelas aldeias de Villena e Cumbary;

a de *Rivona*, pelas de Rivona e Colomba;

a de *Curdy*, pelas de Curdy e Curpém;

a de *Vichundrém*, pelas de Vichundrém, Jaqui e Nundém;

a de *Netorlim*, pelas de Netorlim e torofo Varlém.

5.º O pessoal do Commando e da Administração do concelho é o seguinte :

1 Commandante militar e administrador do concelho;

1 Secretario;

2 Amanuenses (os actuaes);

1 Servente;

Nas circumscripções:

6 Chefes de circumscripções militares e 5 civis;

6 Sub-chefes para as 6 primeiras circumscripções;

6 Naiques e 42 sipaes para o serviço policial das 6 circumscripções de Embarbacém.

§ unico. E' extinto o logar de escrivão da Administração, passando as suas funções para o secretario e devendo o actual escrivão ser considerado addido á Repartição em quanto não tenha outra collocação.

6.º Os diversos logares serão providos pela seguinte fórmula:

a) O cargo de commandante militar e administrador do concelho, em official de 1.ª linha, de patente não inferior a capitão, que reuna as condições precisas para bem desempenhar as respectivas funções;

b) O de secretario do Commando, em official subalterno, ou em qualquer pessoa idonea da classe civil;

c) Os de chefes das primeiras 6 circumscripções, em officiaes inferiores de 1.ª linha do exercito do reino ou da guarnição da India, ou em officiaes de 2.ª linha extinta, com pratica de serviço militar; e os das restantes 5 nos respectivos regedores nomeados sob proposta do administrador do concelho nos termos do codigo administrativo em vigor.

Quando as exigencias de ordem publica o determinem, o Governador geral poderá substituir na provincia de Astragar os regedores, a que se refere esta alinea, por militares, chefes de circumscripção, como na provincia de Embarbacém, com os seus respectivos sub-chefes e proporcional numero de naiques e sipaes.

d) Os de sub-chefes das 6 primeiras circumscripções, em primeiros cabos da força militar da India;

e) O de servente, em um dos sipaes do quadro;

f) Os de naiques e sipaes, em individuos alistados no Commando militar.

7.º Os chefes das 6 primeiras circumscripções têm attribuições de regedores de parochia e exercerão conjuntamente as funções de juizes populares nos termos do regimento de justiça, ficando n'esta ultima qualidade directamente subordinados ao respectivo juiz de direito.

8.º Os 1.ºs cabos sub-chefes das primeiras 6 circumscripções substituem os chefes nos seus impedimentos temporarios e servem de escrivães nos actos em que os chefes desempenham as funções de regedor e de juiz popular;

9.º O commandante militar, nas suas faltas ou impedimento, será substituido pelo secretario do Commando, se este for official do exercito, ou pelo commandante do destacamento da séde do concelho, no que toca ás funções do commando, e nas funções de administrador do concelho pelos individuos indicados na lei;

10.º São extensivas ao Commando militar de Sanguém, *mutatis mutandis*, as disposições dos n.ºs 9, 15, 19, 20, 24 e seu § unico da Portaria provincial, n.º 669, de 30 de outubro de 1897, exercendo o commandante com relação aos seus subordinados militares a competencia disciplinar marcada aos officiaes superiores no artigo 60.º do regulamento disciplinar vigente;

11.º Os naiques e sipaes podem ser punidos pelo commandante militar com detenção até 15 dias e despedidos quando não convenham ao serviço;

12.º Os chefes das 6 primeiras circumscripções poderão ser encarregados pela Repartição de fazenda concelhia, por intermédio do commandante militar, da cobrança dos

impostos no domicilio dos devedores, cumprindo as instrucções que n'este proposito receberem e prestando contas das quantias arrecadadas;

13.º Haverá em Embarbacém duas escolas moveis de maratha, custeadas pela Commissão municipal e pela fazenda publica;

14.º Será desde já feito pela Direcção das obras publicas o estudo das estradas necessarias ao desenvolvimento agricola e commercial das provincias de Astragar e Embarbacém, e, em quanto as mesmas não puderem ser construídas pelos processos normaes, serão abertos caminhos transitaveis segundo esses traçados;

15.º Nas sédes das 5 primeiras circumscripções serão colloadas caixas postaes, que estarão a cargo dos respectivos chefes, para receberem correspondencia official e particular, que será conduzida de 4 em 4 dias, das tres primeiras para a caixa postal de Collém, e da quarta para a Estação postal de Sanguém, pelos sypaes em serviço nas referidas circumscripções, a fim de ter o devido destino. A Estação postal de Sanguém fornecerá aos chefes d'aquellas circumscripções os sellos precisos, calculado o consumo provavel, tendo conta corrente com os mesmos chefes;

15.º Os assentos do registo civil no concelho de Sanguém continuarão a ser escripturados este anno nos livros correntes, com declaração prévia na primeira pagina, datada e assignada pelo administrador do concelho, das alterações que por esta Portaria soffreram as actuaes circumscripções no agrupamento das aldeias que as constituíam. A escripturação d'este livro se fará em portuguez, sendo recolhidos ao Commando militar os anteriores escripturados em maratha para se passar d'elles as certidões que forem requeridas;

17.º Fica abolida a pratica de os dessaes e gancares exigirem aos colonos contribuições em dinheiro, em genero ou em trabalho gratuito com a denominação de *cambôll e dessae-potti*;

18.º Os vencimentos do commandante militar e demais empregados de novo nomeados são os constantes da tabella annexa a esta Portaria.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo geral em Nova Gôa, 14 de outubro de 1898. = O Governador geral, *Joaquim Machado*.

Tabella de vencimentos, em rupias, a que se refere a portaria supra

Categorias	Ordenado ou soldo mensal	Gratificação de exercício mensal	Ajuda de custo
Commandante militar . . . . .	o da patente	a da respectiva patente e de administrador.	3 rupias diarias, quan- do sair da séde do Commando em obje- cto do serviço.
Secretario :			
Sendo militar . . . . .	"	50:00:00	1.08:00, idem.
Sendo da classe civil . . . . .	50:00:00		
Chefes das 6 primeiras circumscripções:			
Officiaes inferiores de 1.ª linha . . . . .	o vencimento da effectividade	15:00:00	
Officiaes da extincta 2.ª linha . . . . .	20:00:00		
Sub-chefes das 6 primeiras circumscripções . . . . .	o vencimento da effectividade	6.00:00	
Professor de maratha, cada um . . . . .	15:00:00	-	
Naiques, cada um . . . . .	8:00:00	-	
Sipaes, cada um . . . . .	6:00:00	-	

Palacio do governo geral em Nova Gôa, 14 de outubro de 1898. = O Governador geral, *Joaquim Machado*.

Disposições da Portaria n.º 669, de 30 de outubro de 1897, a que se refere o n.º 10.º da Portaria provincial que antecede

9.º O commandante militar póde suspender e transferir o pessoal seu subordinado, dando immediatamente parte circumstanciada ao Governador geral que resolverá definitivamente.

15.º O commandante, em todos os assumptos de serviço, corresponde-se com o secretario geral do Governo e com os chefes das differentes Repartições.

19.º Os artigos de mobilia e expediente, necessarios ao serviço do Commando e de cada circumscripção, serão requisitados pelo commandante militar á Repartição de fazenda.

20.º Qualquer individuo, nacional ou estrangeiro, que em Satary fomente a intriga e a revolta, ou de qualquer fórma conspire contra a ordem publica, será preso pelo commandante militar e posto á disposição do Governador geral que resolverá sobre o seu destino.

24.º No caso de serem effectuadas detenções policiaes por motivo de desordem, de que resultem insignificantes lesões facilmente apreciaveis, poderá o commandante militar impôr ao aggressor uma multa de uma até cincoenta rupias.

§ unico. A faculdade de imposição da multa estatuida n'este artigo é applicavel a quaesquer occurrencias de pequena gravidade em que os interessados declarem, por escripto, que pretendem a solução da pendencia pelo commandante militar.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

## CAPITULO I

### Disposições geraes

Artigo 1.º As operações bancarias nas provincias ultramarinas regem-se pelas disposições d'esta lei e podem ser feitas por Bancos livres ou privilegiados.

Art. 2.º A emissão de notas e os empréstimos prediaes são, respectivamente, obrigatorios para os Bancos privilegiados.

§ unico. As operações de credito agricola serão permittidas a todos os Bancos; mas poderão tornar-se obrigatorias para o Banco ou Bancos privilegiados, mediante contracto com o Governo, nos termos do capitulo V d'esta lei.

Art. 3.º As operações de credito, como especulação bancaria, excluidas a emissão de notas e a de obrigações prediaes, são permittidas em todos os territorios ultramarinos portuguezes a commerciantes nacionaes ou estrangeiros. Nas provincias de Angola, Guiné, Cabo Verde e S. Thomé e Príncipe, os Bancos ou estabelecimentos bancarios só podem funcionar quando sejam portuguezes e constituídos segundo a legislação em vigor na metropole.

§ unico. O disposto n'este artigo deve entender-se sem prejuizo das Convenções internacionais.

Art. 4.º As emissões de notas com o curso legal e as de obrigações prediaes constituem exclusivos, que serão pelo Governo concedidos a um ou mais Bancos portuguezes com a séde em Lisboa, e por estes exercidos nos termos da presente lei.

§ unico. Nas obrigações prediaes, a que se refere este artigo, não se comprehendem as emitidas pelos mutuarios com incidencia do onus hypothecario sobre os seus proprios bens.

Art. 5.º A constituição e o funcionamento dos Bancos, suas caixas filiaes e agencias, regulam-se pelas leis geraes vigentes na metropole ácerca de sociedades anonymas, com as modificações constantes d'esta lei.

Art. 6.º Os cargos de vogaes effectivos e substitutos dos corpos gerentes dos Bancos, a que forem concedidos os exclusivos de que trata o artigo 4.º, só podem ser exercidos por cidadãos portuguezes.

§ unico. O preceito d'este artigo é applicavel aos outros Bancos, mas sómente no tocante á maioria dos vogaes dos seus corpos gerentes, quando esses Bancos sejam portuguezes.



Art. 7.º Os balancetes e balanços, organisados nos termos da lei de 3 de abril de 1896 e do respectivo regulamento, serão enviados, dentro dos prazos regulamentares, á secretaria do Governo da provincia, ou districto autonomo, onde estiverem estabelecidos os Bancos, suas caixas filiaes ou agencias, a fim de serem publicados no respectivo boletim official, e igualmente será enviado um duplicado á Direcção geral do ultramar para os effeitos do artigo 13.º d'aquella lei.

Art. 8.º A' Direcção geral do ultramar, aos commissarios do Governo junto dos Bancos privilegiados e aos Governadores das respectivas provincias ou districtos autonomos competirá, conforme regulamentos especiaes, a fiscalisação estabelecida no artigo 14.º da lei de 3 de abril de 1896 e a verificação do cumprimento das disposições da presente lei.

Art. 9.º Os privilegios da emissão de notas e de obrigações prediaes abrangem todo o territorio ultramarino africano, ficando, porém, resalvados os direitos já conferidos a Companhias coloniaes, e podem abranger as provincias da India e Macau e o districto autonomo de Timor.

§ unico. As Companhias coloniaes, que gosem de faculdades especiaes a respeito da industria bancaria, poderão cedê-las aos Bancos privilegiados pelo Estado, mediante accordos que ficarão sempre dependentes da approvação do Governo.

Art. 10.º As operações bancarias realizadas por Bancos no ultramar serão isentas de decima de juros; além d'isso aos Bancos privilegiados de emissão de notas é concedida isenção do imposto de sello sobre estas.

Art. 11.º As notas dos Bancos privilegiados de emissão terão curso legal na área do privilegio de cada um e serão assim recebidas, como moeda corrente, pelos particulares e em todas as Estações publicas existentes n'essa área.

Art. 12.º As notas dos Bancos privilegiados serão equiparadas á moeda corrente para o effeito das responsabilidades criminaes, previstas nos artigos 206.º a 214.º do codigo penal e disposições correlativas do mesmo codigo.

Art. 13.º Aos Bancos privilegiados de emissão e aos de credito predial é concedida a faculdade de transferirem metaes amoadados entre a metropole e as possessões ultramarinas, ou entre as suas agencias ou filiaes, sem pagamento de qualquer imposto aduaneiro.

§ unico. Este artigo não implica quebra da faculdade que o Governo possui de suspender ou prohibir a transferencia de moeda da metropole para as provincias ultramarinas, ou vice-versa, ou de provincia para provincia, quando convenha ao interesse publico.

Art. 14.º Ao Governo é conferida a faculdade de, nos contractos que celebrar com Bancos emissores ou de credito predial, fixar as isenções e incompatibilidades dos empregados e membros dos corpos gerentes d'esses Bancos, relativamente a quaesquer cargos ou serviços publicos.

Art. 15.º Junto da séde de cada Banco com privilegio de emissão de notas ou obrigações prediaes, funcionará um commissario do Governo, por este livremente nomeado com seu adjunto, cujas funcções serão definidas em regulamento especial, incluindo a faculdade de suspender as deliberações dos corpos gerentes, quando contrarias ás leis e aos estatutos do Banco, com recurso d'este para o Governo.

§ 1.º Os vencimentos d'estes commissarios, eguaes aos dos governadores ou presidentes dos Conselhos de administração dos Bancos junto dos quaes funcionem, constituirão encargo d'esses Bancos, mas serão pagos pelo Governo, ao qual os mesmos Bancos entregarão opportunamente os fundos necessarios, nos termos do decreto de 27 de julho de 1900.

§ 2.º Os commissarios do Governo deverão inspecionar, uma vez, pelo menos, em cada dois annos, todas as filiaes ou agencias nas provincias ultramarinas, sendo as despesas das viagens pagas pelo Governo, mas por conta do Banco junto do qual o commissario funcionar. O Governo poderá ordenar inspecções extraordinarias, mas n'esse caso todas as despesas de inspecção serão de sua conta.

§ 3.º Um adjunto substituirá na séde do Banco o commissario régio em todos os seus impedimentos por doença ou ausencias em serviço de inspecção no ultramar, recebendo, quando em exercicio, dois terços do vencimento do commissario, até tres mezes, continuos ou interpolados, em cada anno; e a totalidade, quando o impedimento ou ausencia fôr além de tres mezes, entendendo-se que o commissario perde o que vence o seu adjunto, salvo quando, um ou outro, em viagem de inspecção pelo ultramar.

§ 4.º Durante as viagens de inspecção, além das despesas d'estas, o commissario do Governo vencerá mais 50 por cento dos seus honorarios.

§ 5.º Por todo o tempo de viagem e serviço no ultramar, o adjunto vencerá ordenados e ajudas de custo em tudo eguaes aos do commissario do Governo.

Art. 16.º Contra os Bancos, a que se refere esta lei, que funcționarem em contra-venção das disposições consignadas n'ella ou nas leis geraes, poderá o Governo, depois de notificação não cumprida para regularisarem a sua situação em praso não superior a seis mezes e fixado conforme as informações officiaes, proceder, ou como lhe faculta o artigo 147.º do codigo commercial, ou, sendo os Bancos privilegiados, decretar apenas, desde logo, a revogação dos privilegios sem prejuizo do emprego posterior da mencionada faculdade.

§ unico. Quando, porém, do confronto das contas e balanços ou balancetes resultar o conhecimento de que a somma das notas em circulação e dos depositos á ordem se não acha sufficientemente garantida pela correspondente importancia dos valores realisaveis dentro de tres mezes, o Governo intimará o Banco a depositar na caixa geral do thesouro na metropole, no praso de quinze dias e enquanto permanecer tal situação, inscripções ou valores de analoga garantia e facil realisação, em quantidade sufficiente para, ao preço do mercado, cobrirem a differença que houver entre os encargos do Banco exigiveis de prompto e os valores de facil realisação que lhes puderem fazer face.

## CAPITULO II

### Operações de credito bancario

Art. 17.º O commercio bancario no ultramar comprehende as seguintes operações:

1.º Descontar:

- a) Letras;
- b) Livranças;
- c) Bilhetes e letras do thesouro, letras das Estações navaes e dos funcționarios ultramarinos, umas e outras devidamente auctorisadas;
- d) Juros e dividendos de quaesquer titulos de credito.

2.º Comprar e vender:

- a) Letras cambiaes;
- b) Oiro e prata em moeda e barra;
- c) Titulos de credito nacionaes ou estrangeiros.

3.º Emprestar sobre penhores:

- a) De oiro, prata, pedras preciosas e titulos de divida publica portugueza ou estrangeira;
  - b) De acções e obrigações liberadas, nacionaes ou estrangeiras, oficialmente cotadas;
  - c) De warrants;
  - d) De generos e mercadorias depositadas em armazens seus, geraes ou das alfandegas, e sobre conhecimentos de valores em viagem garantidos contra risco de mar ou de fogo;
  - e) De generos agricolas ultramarinos, nos termos do capitulo v d'esta lei;
- 4.º Abrir creditos em conta corrente e conceder supprimentos, devidamente garantidos;

5.º Conceder creditos em praças estrangeiras e nacionaes por meio de cartas circulatorias ou mandados especiaes;

6.º Auctorisar saques de Bancos e casas bancarias nacionaes ou estrangeiros;

7.º Fazer cobranças, pagamentos e transferencias de fundos e numerario, uns e outros de particulares, e encarregar-se por conta alheia, tambem de particulares, de quaesquer operações bancarias permittidas por lei;

8.º Receber depositos á ordem ou a praso;

9.º Receber e guardar em deposito, mediante commissão, joias, metaes e objectos preciosos, papeis de credito e quaesquer outros titulos e documentos representativos de valores;

10.º Utilisar creditos em praças nacionaes ou estrangeiras;

11.º Contractar, negociar, ou, por qualquer modo, intervir em emprestimos que o Governò e estabelecimentos publicos, devidamente auctorisados, tenham de contrair;

12.º Contractar com as corporações administrativas do ultramar adiantamentos, supprimentos e empréstimos por praso não superior a dois annos e devidamente auctorisados;

13.º Promover a fundação de Empresas ou Companhias que tomem para si as construcções de caminhos de ferro no ultramar e outras obras publicas, ou auxiliar o Estado e as Companhias que as emprehendam, emprestando-lhes capitaes, encarregando-se do pagamento de amortisação e juros de quaesquer acções ou obrigações para esses fins emittidas, ou servindo de intermediario na emissão d'esses titulos, tudo mediante contractos especiaes;

14.º Auxiliar Emp esas industriaes com empréstimos quer a praso, quer em conta corrente, garantidos por immoveis, machinas, utensilios ou productos em deposito de qualquer industria, até 70 por cento do valor dos productos, dentro dos limites permitidos pela lei de 3 de abril de 1896 e respectivo regulamento.

Art. 18.º Nas operações mencionadas no artigo antecedente, os Bancos que recebere m depositos serão obrigados ás seguintes condições:

1.º As operações dos n.ºs 1.º, 3.º e 4.º do artigo 17.º deverão, geralmente, ser por praso não superior a tres mezes, e as letras do n.º 1.º, alinea a), deverão, em regra, ter, pelo menos, duas firmas de inteiro credito e solvabilidade reconhecida;

2.º Nas operações dos n.ºs 3.º e 4.º os limites maximos da quantia e desembolso pelo Banco prestamista serão:

a) Em oiro e prata, 90 por cento do valor real, excluindo qualquer valor estimativo;

b) Em pedras preciosas, 50 por cento da avaliação idonea;

c) Em titulos de divida nacional, obrigações prediaes ou garantidas pelo Governo, 90 por cento do valor realiado e cotado em bolsas da metropole ou estrangeiras;

d) Em acções e obrigações de Bancos, Companhias, sociedades e corporações, 75 por cento do valor cotado e realiado nas bolsas nacionaes ou estrangeiras;

e) Em titulos estrangeiros, 75 por cento do valor cotado e realiado nas bolsas nacionaes ou estrangeiras;

f) Em mercadorias armazenadas ou em viagem e sobre generos agricolas ultramarinos, 70 por cento do valor dos generos, conforme os preços correntes locaes.

3.º As operações a que se refere o n.º 13.º, relativas a Empresas e Companhias para a construcção de caminhos de ferro ou a empréstimos de capitaes ás mesmas, só poderão ser realisadas por auctorisação do Ministro da marinha, sob proposta e informação do Governador geral da provincia, provado que seja, por inquerito especial feito ao Banco por determinação d'aquelle Ministro, que o desvio do capital para aquellas operações em nada prejudica a funcção commercial e agricola do mesmo Banco, relativa a operações a que se refere este regimen.

§ unico. Quando qualquer titulo de credito tiver valor cotado e realiado em bolsa, superior ao nominal, os limites da quantia a emprestar nunca excederão este ultimo.

Art. 19.º É expressamente prohibido aos Bancos, além do que se encontra estatuido na lei geral:

a) Fazer operações de especulação de bolsa;

b) Comprar e vender de conta propria generos de commercio, quando não seja venda por liquidação de outras operações;

c) Possuir bens e direitos immobiliarios além dos predios urbanos necessarios para o desempenho das suas funcções, salvo para reembolso de creditos, devendo proceder-se n'este caso á liquidação no minimo praso possivel.

Art. 20.º A somma das importancias dos creditos exigiveis á vista ou de prompto estará sempre representada por moeda em caixa, por letras commerciaes ou por outros valores realisaveis em praso não superior a tres mezes.

Art. 21.º Para os effeitos do artigo anterior, os Bancos serão obrigados a enviar ao Ministerio da marinha e ultramar balancetes mensaes dentro do praso maximo de quatro mezes, contados do fim d'aquelle a que o balancete disser respeito.

§ unico. Estes balancetes mensaes, redigidos conforme os preceitos da lei de 3 de abril de 1896 e respectivo regulamento e sempre acompanhados dos balancetes parciaes das caixas filiaes e agencias, deverão ser organisados de maneira que facilitem a verificação do cumprimento dos preceitos d'esta lei.

## CAPITULO III

## Regimen da circulação fiduciaria

Art. 22.º O privilegio da emissão de notas com o curso legal só será concedido a um ou mais Bancos, mediante contractos especiaes sob as condições prescriptas n'esta lei, com as seguintes modificações;

1.ª Que as livranças descontadas sejam garantidas com valores, nos termos do artigo 18.º;

2.ª Que nas operações do n.º 13.º do artigo 17.º não possam os Bancos emissores emprestar dinheiro sem as garantias legais a que se refere o n.º 2.º do artigo 18.º, nem tomar responsabilidades que envolvam o seu capital;

3.ª Que não possam os mesmos Bancos emprender operações de bolsa que não sejam as da alinea c) do n.º 2.º do artigo 17.º, ou as indispensaveis para liquidação de cauções.

Art. 23.º Para todas as provincias da Africa occidental, e para cada uma das outras provincias ou districtos autonomos, não haverá mais que um Banco privilegiado de emissão.

§ unico. Sempre que as circumstancias o permittam, o Governo preferirá o systema de haver um só Banco privilegiado de emissão para todo o ultramar, salvo o direito já adquirido por Companhias coloniaes, nos termos do artigo 9.º

Art. 24.º O privilegio da emissão de notas não será concedido a um ou mais Bancos por periodo superior a dez annos, mas será sempre reservada para o Estado e para o Banco ou Bancos a faculdade de, em qualquer época depois de findos os primeiros cinco annos, poder rescindir o contracto com prévio aviso de um anno, e sem indemnisação de qualquer especie.

§ 1.º Os contractos indicarão precisamente o dia em que termina a sua execução.

§ 2.º Quando haja mais que um Banco emissor, os contractos respectivos fixarão todos a mesma época para a extinção dos privilegios.

Art. 25.º O regimen fiduciario será uniforme em todos os territorios comprehendidos no mesmo privilegio.

Art. 26.º As notas serão sempre trocadas na moeda que representarem, tanto na caixa da séde do Banco ou Bancos emissores, como nas das capitaes das provincias ultramarinas respectivas.

§ 1.º Nas sédes dos Bancos e nas capitaes das provincias ultramarinas o pagamento das notas será á vista.

§ 2.º Nas filiaes e agencias em outras localidades, não poderá o Banco emissor ser obrigado a pagar á vista mais que uma determinada quantia de notas em cada dia, podendo qualquer maior pagamento ser demorado até que as mesmas filiaes e agencias recebam as moedas necessarias. A tabella reguladora da quantia maxima de notas e do praso das demoras, conforme as condições dos transportes, será elaborada por accordo entre o Governo e o Banco respectivo, não podendo, comtudo, nas sédes dos districtos ultramarinos, onde haja filial ou agencia, a quantia diaria ser inferior a 2:000\$000 réis.

§ 3.º As notas emittidas em uma provincia ultramarina serão obrigatoriamente trocadas pelo Banco emissor nas outras que forem comprehendidas no mesmo privilegio, mediante premio não superior a 2 por cento, quando a situação monetaria seja a mesma em toda a area abrangida por esse privilegio.

§ 4.º Da disposição do § 3.º é exceptuada a troca de notas das provincias da Africa Occidental na de Moçambique, e reciprocamente.

§ 5.º Mediante a commissão de 2 por cento, como premio de transferencia, as notas emittidas nas provincias da Africa occidental serão obrigatoriamente trocadas na séde do Banco emissor, emquanto n'essas provincias permanecer a actual situação monetaria.

§ 6.º Nas filiaes e agencias de que trata o § 2.º d'este artigo, quando o Banco, não possa pagar sem praso, ser-lhe-ha permittido fazel-o em saques sem premio.

Art. 27.º O Banco, em cujo privilegio se comprehendam as provincias da Africa occidental, terá necessariamente caixas filiaes em Loanda, Benguella, S. Thomé e S. Thiago ou S. Vicente de Cabo Verde, e agencias em Mossamedes, no Principe, em S. Vicente ou S. Thiago, na Guiné, e nos districtos da provincia de Angola, onde, de accordo entre

o Governo e o Banco, se reconheça actualmente a sua necessidade. O Banco, que comprehenda a provincia de Mogambique, terá caixa filial em Mogambique ou Lourenço Marques e agencias em Quelimane e Lourenço Marques ou Mogambique. Se houver Banco com privilegio emissor na India, Macau ou Timor, por accordo entre o Governo e elle serão determinadas as caixas filiaes ou agencias que devam ser estabelecidas.

§ unico. Excepcionalmente, no fim de cada quinquennio, a partir da data em que comece ou se continue o privilegio da emissão de notas, o Governo poderá exigir de qualquer Banco emissor o estabelecimento de novas agencias, quando se prove com documentos de caracter official e com o parecer dos Governadores da provincia ou districto autonomo e das demais Estações que possam esclarecer o assumpto, que o movimento commercial das localidades onde se projecta o estabelecimento das referidas agencias é igual ou superior ao de alguma das localidades das agencias já estabelecidas na mesma provincia.

Art. 28.º Havendo um só Banco emissor, não poderá comegar a funcionar sem o capital realiado de 4.000.000\$000 réis, sendo obrigado a elevá-lo a 5.000.000\$000 réis dentro de um anno contado desde a data precedente, podendo attingir por series successivas 12.000.000\$000 réis. Quando haja mais que um, o capital de cada Banco será fixado no respectivo contracto, de modo que a totalidade não seja inferior a 5.000.000\$000 réis, dos quaes pelo menos 3.000.000\$000 réis para o Banco com privilegio nas provincias da Africa occidental.

§ unico. A circulação de cada Banco emissor não poderá exceder o seu capital social primitivo. Quando a circulação de notas exceder este limite, o Banco poderá ser pelo Governo obrigado a augmentar o seu capital na proporção de um terço da circulação em excesso. Para este effeito não entrará no computo da circulação de notas as que correspondam ao desembolso effectivo do Banco por effeito do emprestimo gratuito de que se trata no artigo 32.º n.º 3.º

Art. 29.º As notas ultramarinas serão, em regra, de prata ou de cobre, não podendo estas ultimas exceder o effectivo da moeda desta especie em caixa. Com auctorisação do Governo poderão os Bancos emissores emitir notas de ouro, mediante as condições dos artigos 30.º e 31.º

§ 1.º As notas de ouro poderão ser dos seguintes typos: 20 libras, 10 libras, 5 libras; as de prata, de 100\$000 réis, 50\$000 réis, 20\$000 réis, 10\$000 réis, 5\$000 réis e 2\$500 réis; as de cobre, de 2\$000 réis e 1\$000 réis.

§ 2.º Nas provincias e districtos autonomos em que a moeda não esteja uniformizada com a da metropole, e emquanto não o estiver, os valores das notas poderão, respectivamente, ser expressos na moeda local. Do mesmo modo, mas com auctorisação do Governo, poderão na provincia de Mogambique circular notas de prata, cujo valor seja expresso em rupias imperiaes da India.

Art. 30.º Cada Banco emissor será sempre obrigado a ter em moeda corrente nas caixas da sua sede, filiaes e agencias, pelo menos o terço da importancia total das notas em circulação e nas especies correspondentes, excepto para as notas de cobre, conforme o artigo antecedente.

§ unico. Para este effeito não entrará no computo da reserva metalleica o terço correspondente ao emprestimo de 1.200.000\$000 réis ao Estado.

Art. 31.º Para os Bancos emissores, na somma dos creditos exigíveis á vista, de que trata o artigo 20.º, e nas discriminações de verbas de balanços e balancetes do mesmo artigo e do 21.º, se comprehenderão as notas em circulação de ouro e de prata, devendo, sempre que haja notas de ouro, serem dois terços, pelo menos, da sua importancia representadas em operações sobre valores de ouro.

Art. 32.º Como compensação dos privilegios concedidos, o Governo exigirá de cada Banco emissor as condições seguintes:

1.º Nas localidades onde os Bancos emissores tiverem caixas filiaes ou agencias, no ultramar, serão por ellas exercidas gratuitamente as funções de thesoureiros do Estado, de accordo com os regulamentos especiaes decretados pelo Governo e postos pelos Bancos interessados. Nessas localidades receberá o Banco respectivo todos os rendimentos publicos e depositos judiciais, ficando assim constituido em deposito publico.

§ 1.º Nas mesmas localidades o Banco respectivo pagará também as despesas publicas até o limite dos fundos do Estado que tenha na caixa local.

§ 2.º As contas de cada Banco, como thesoureiro do Estado, serão processadas na Direcção geral do ultramar e julgadas conforme a legislação vigente.

2.º Os Bancos emissores farão gratuitamente ao Estado, dentro da área da concessão de cada um, pelas e entre as suas caixas filiaes e agencias, as transferencias de fundos necessitadas pelas operações do mesmo Estado nas provincias ultramarinas.

§ 1.º As transferencias entre differentes provincias ou districtos autonomos onde haja circulação fiduciaria serão tambem gratuitas, sempre que nas localidades, de onde ou para onde se haja de fazer a transferencia, exista egualdade de regimen monetario, e no caso contrario, ou quando a moeda de oiro tenha valor differente, ao cambio corrente na praça remetente.

§ 2.º Se as provincias ou districtos autonomos pertencerem a áreas de Bancos diversos, as despesas das transferencias serão pagas, por igual, pelos Bancos emissores respectivos.

§ 3.º Eguamente serão gratuitas para o Estado as transferencias de fundos entre as provincias ultramarinas ou districtos autonomos e a metropole, mas ao cambio da praça remetente, nos termos do § 1.º do n.º 2.º d'este artigo, e não podendo ser exigidas transferencias gratuitas para a metropole, que excedam em cada anno 10 por cento do capital social.

3.º Os Bancos emissores farão gratuitamente ao Governo, e pela duração total dos seus respectivos contractos, um emprestimo em conta corrente até á quantia total de 1.200:000\$000 réis, exclusivamente applicavel ás operações no ultramar, devendo ser distribuida a totalidade pelas provincias e districtos autonomos, conforme nos mesmos contractos fôr determinado.

4.º Os Bancos emissores entregarão annualmente ao Governo metade dos seus lucros liquidos, deduzidos 8 por cento para dividendo aos accionistas. Para o calculo dos lucros liquidos não poderão dos lucros brutos deduzir-se mais de 15 por cento para fundos de reserva, vencimentos dos corpos gerentes e gratificações extraordinarias. O minimo do quinhão do Estado nunca será inferior ao que produziria um imposto sobre as notas em circulação, o qual fôsse de  $\frac{1}{4}$  por cento, enquanto a circulação não excedesse réis 3.000:000\$000, e crescesse progressivamente  $\frac{1}{10}$  por cento sobre cada 500:000\$000 réis, completos, de augmento na média annual da emissão.

5.º A taxa do juro dos emprestimos feitos pelos Bancos emissores a particulares, no ultramar, não poderá nunca exceder em 2 por cento ao anno a taxa official do Banco de Portugal, sem qualquer outra commissão.

6.º O Governo estabelecerá os prazos em que devem ser instituidas as caixas filiaes e agencias, podendo, como caução do cumprimento d'esta clausula, applicar multas de 1:000\$000 réis, por trimestre de demora, para cada caixa filial, e de metade para cada agencia.

7.º Os Bancos emissores são obrigados a ter, pelo menos, 50 por cento do seu capital em acções de assentamento, averbadas a favor de portuguezes e assim registadas nos livros competentes.

Art. 33.º Os estatutos dos Bancos emissores, sujeitos á approvação do Governo, conformar-se-hão com as disposições seguintes:

1.º As assembléas geraes serão compostas de todos os accionistas possuidores de cinquenta ou mais acções averbadas nos livros do Banco, ou depositadas, para representação, na assembléa geral, tres mezes, pelo menos, antes do dia da reunião, salvo o agrupamento facultado pelo codigo commercial.

§ 1.º Os accionistas possuidores de menor numero de acções fóra das condições d'este numero não têm entrada na assembléa geral.

§ 2.º O deposito de acções ao portador constará de um termo assignado pelo depositante e por um empregado do Banco, e o levantamento do deposito só poderá fazer-se por meio de recibo assignado em seguida ao termo de deposito pelo originario depositante ou pelo adquirente das acções por successão ou outro titulo legitimo.

§ 3.º O deposito não poderá ser levantado por adquirente das acções em virtude de titulo anterior á reunião da assembléa geral, se o alheador tiver entrado na sua constituição.

§ 4.º Aos depositantes das acções passará o Banco recibo para prova do deposito, e n'esse recibo se inserirá a clausula do paragrapho antecedente.

2.º As procurações para representação na assembléa geral dos accionistas por direito proprio e o titulo de representação conferida para o agrupamento, de que trata o numero

antecedente, poderão ser, no primeiro caso, por simples cartas e, no segundo, por meio de acta assignada pelos accionistas agrupados. Umas e outras deverão ser apresentadas ao presidente da assembléa geral até á vespera inclusivé do dia fixado para a reunião d'esta.

§ 1.º Os incapazes, pessoas moraes, sociedades e mulheres casadas, serão representados por aquelles a quem essa representação pertença por direito.

§ 2.º Só podem ser mandatarios os accionistas que possam entrar na composição da assembléa geral por direito proprio.

§ 3.º O numero de votos dos accionistas só terá a limitação prescripta no § 3.º do artigo 183.º do codigo commercial, mas cada mandatario não poderá representar mais que um mandante.

## CAPITULO IV

### Do credito predial e suas operações

Art. 34.º As operações do credito predial no ultramar são :

1.º Emprestimos sobre hypothecas a longo praso, com amortisação por annuidades, ou a curto praso com ou sem amortisação gradual, excluidas as hypothecas sobre navios;

2.º Emprestimos sobre hypothecas ás corporações administrativas ou outros estabelecimentos publicos devidamente auctorizados, ou a Companhias industriaes, com tanto que esses empréstimos tenham por applicação quaesquer trabalhos de beneficiação do solo e para bemfeitorias agricolas ou melhoramentos industriaes, sendo estes empréstimos com juro convencional e reembolsaveis por annuidades, ou em um só pagamento, ou por pagamentos parciaes em diversas épocas;

3.º Emprestimos, como os de que trata o numero antecedente, a corporações administrativas ou a outros estabelecimentos publicos, sem hypotheca especial, mas só em virtude de disposição legal, que auctorisar a consignação de rendimento ou imposto, certo e determinado, ao integral pagamento d'estes empréstimos;

4.º Emissão e negociação de titulos de obrigações prediaes ou letras hypothecarias;

5.º Emissão e negociação de titulos de obrigações especiaes, representativas dos empréstimos de que trata o n.º 3.º;

6.º Arrecadação ou deposito de dinheiro em conta corrente, á vista ou a praso, com vencimento de juro ou sem elle, podendo esse dinheiro, bem como parte dos fundos disponiveis ou fluctuantes, ser temporaria ou provisoriamente empregados em adiantamentos sobre obrigações prediaes, fundos publicos ou outros de reconhecido credito e de facil e prompta realisação;

7.º Contractos com Companhias de seguros ou com Bancos e outros estabelecimentos de credito, a fim de facilitar e baratear para os proprietarios o seguro dos predios hypothecados.

Art. 35.º Os empréstimos sobre hypotheca serão feitos aos mutuarios em obrigações prediaes ao par, cujo juro será igual ao do proprio empréstimo, devendo pelo Banco emissor d'essas obrigações ser facilitada aos mutuarios a negociação dos titulos, e podendo sobre elles fazer o mesmo Banco adiantamentos de dinheiro.

Art. 36.º Os Bancos prediaes terão o privilegio exclusivo de emittir e a faculdade de negociar na metropole, ilhas adjacentes e provincias ultramarinas as obrigações prediaes ou letras hypothecarias, representativas dos seus creditos hypothecarios no ultramar, com ou sem premio.

Art. 37.º Os titulos de obrigações poderão ser nominativos ou ao portador, e aquellas poderão ter coupons, mas uns e outros serão extrahidos de registos e talão assignados pela Gerencia do respectivo Banco e sellados com o sello d'este.

Art. 38.º A Gerencia de qua'quer Banco predial póde auctorisar o deposito dos titulos de obrigações na caixa social, passando aos seus donos certificados nominativos dos depositos. Por esses depositos poderá o Banco exigir uma commissão de guarda.

Art. 39.º As obrigações ao portador transmittem-se pela simples tradição; as nominativas e os certificados de depositos são transmissiveis por endosso ou por qualquer outro meio permittido por direito.

Art. 40.º Cada Banco predial não poderá emittir obrigações por importancia de valor nominal superior á que lhe fôr devida pelos empréstimos sobre hypotheca.

§ unico. Para a emissão de cada serie de obrigações é precisa prévia auctorisação do Governo, que não poderá dal-a sem estarem preenchidas as condições do artigo 50.º, e integralmente pagas as acções a que o mesmo artigo se refere, ou prestações d'ellas equivalentes a 10 por cento do valor nominal da emissão.

Art. 41.º O valor nominal de cada obrigação predial será de 90\$000 réis, podendo, porém, haver titulos de cinco e dez obrigações.

Art. 42.º A taxa do juro das obrigações, o tempo e modo do seu pagamento, bem como o das amortisações e o dos premios por sorteio, havendo-os, constarão dos respectivos titulos e serão fixados pela Gerencia do Banco que os emittir, de accordo com o seu Conselho fiscal e conforme os preceitos legais.

Art. 43.º As obrigações prediaes não terão época fixa para o pagamento do seu capital, mas serão amortisadas por sorteio com os seus premios, de modo que o total do valor nominal das que ficarem em circulação e dos premios não exceda a importancia pela qual na mesma época o Banco fôr credor por empréstimos prediaes.

Art. 44.º O sorteio para o reembolso dos titulos ou obrigações prediaes far-se-ha em presença da Gerencia, de um membro do Conselho fiscal e do commissario do Governo nos dias para esse effeito designados.

Art. 45.º Oito dias depois do sorteio, a que se refere o artigo antecedente, os numeros das obrigações sorteadas serão annunciados em editaes e em dois jornaes da séde, e nos boletins officiaes das provincias ultramarinas.

Art. 46.º Nos annuncios, de que trata o artigo 44.º, declarar-se ha o dia em que cessa de pleno direito o vencimento de juro para os respectivos titulos, e o seu capital fica á disposição de quem de direito fôr.

Art. 47.º As obrigações prediaes amortisadas nos sorteios serão, no acto do pagamento do seu capital, selladas com um carimbo de annullação e depois destruidas, em presença da Gerencia, de um membro do Conselho fiscal e do commissario do Governo, lavrando-se de tudo a competente acta.

Art. 48.º As obrigações restituídas aos Bancos prediaes, por pagamentos antecipados, serão, no acto da restituição, selladas com um carimbo especial e entrarão nos sorteios em concorrência com as demais obrigações.

Art. 49.º Os possuidores de obrigações prediaes só têm acção contra o Banco, que as tiver emittido, para haverem o capital, juros e premios, a que esses titulos lhes dêrem direito. Só é admissivel opposição do Banco fundada na falta de apresentação ou na falsidade do titulo, sem prejuizo, porém, do direito á reforma do titulo perdido e sua substituição por outro legitimo.

§ unico. Os obrigacionistas não podem tomar parte nas discussões das assembléas geraes do Banco, sem prejuizo das disposições da lei de 3 de abril de 1896.

Art. 50.º Cada Banco terá sempre em caixa um fundo especial de garantia, correspondente a 10 por cento do valor das operações de credito predial que realisar nas provincias ultramarinas.

§ 1.º Este fundo, desde que começarem as operações hypothecarias, será, pelo menos, de 200:000\$000 réis para a totalidade dos Bancos prediaes ultramarinos, e irá sendo augmentado por consignações de 10 por cento, á proporção que forem augmentando os empréstimos sobre propriedades. Se houver mais que um Banco predial, o Governo fixará, nos contractos da sua constituição, a parte d'este fundo que a cada Banco deve competir.

§ 2.º O fundo primitivo e o seu augmento serão realisados por emissão de acções.

§ 3.º A importancia d'este fundo especial poderá ser empregada em adiantamentos sobre as obrigações prediaes emittidas pelo respectivo Banco, em descontos dos coupons d'essas obrigações, em titulos de divida publica, em letras a curto prazo ou em outros titulos de reconhecido credito e facil realisação.

Art. 51.º Os empréstimos com emissão de obrigações prediaes serão contractados por tempo não inferior a dez annos nem superior a sessenta, e só poderão ser feitos sobre primeira hypotheca, a não ser que, tendo-se procedido a nova avaliação, a pedido do interessado, se reconheça ao predio um valor pelo menos quatro vezes superior ao da hypotheca existente, devendo, n'esse caso, o Banco emprestar em segunda hypotheca, não o podendo ser em primeira, até quantia que represente um quarto da nova avaliação.

§ 1.º Os juros d'esses empréstimos não excederão nunca a 6 1/2 por cento e a commissão a 1 1/2 por cento, ao anno.



§ 2.º Consideram-se feitos sobre primeira hypotheca os empréstimos, dos quaes uma parte seja pelo Banco empregada em extinguir por pagamento, ou obter por subrogação, hypothecas anteriores.

Art. 52.º Dos bens immobiliarios que podem servir de hypotheca serão sempre excluidos os theatros, minas, pedreiras e outros predios que tenham rendimento manifestamente aleatorio e, em regra, os direitos sobre predios indivisos ou que constituam propriedade imperfeita, salvo se todos os compartes ou condminos se obrigarem.

Art. 53.º A importancia do empréstimo nunca poderá exceder metade do valor do predio hypothecado.

Art. 54.º Os empréstimos sobre hypotheca a longo prazo serão reembolsados por meio de annuidades, calculadas por fórma que o capital mutuado e os seus encargos fiquem integralmente pagos no tempo estipulado para o empréstimo.

§ unico. Em nenhum caso a annuidade poderá ser superior á renda liquida do predio hypothecado.

Art. 55.º A annuidade comprehenderá:

- a) O juro do capital mutuado;
- b) A prestação para amortisação do capital;
- c) A comissão annual para despesas de administração.

Art. 56.º As annuidades serão pagas a dinheiro e distribuidas por fórma que as prestações se vençam por semestres do anno civil, podendo a primeira prestação ser inferior ás outras, comprehendendo apenas o juro.

§ unico. No acto do empréstimo, o Banco mutuante receberá do mutuario, ou reterá sobre o capital a mutuar, a importancia das despêsas do contracto e o juro respectivo ao tempo a decorrer desde a data do mesmo contracto até o fim do semestre corrente.

Art. 57.º A prestação semestral da annuidade, que não fôr paga na época contractual, vencerá pela móra e a favor do Banco prestamista o juro de 6  $\frac{1}{2}$  por cento ao anno. Igual juro vencerão a favor do Banco todas as despesas feitas para elle conseguir a cobrança dos seus creditos.

Art. 58.º A falta de pagamento de qualquer annuidade torna exigivel a totalidade da divida, se as prestações vencidas e seus juros não forem pagos dentro de 30 dias depois da notificação, mesmo extra-judicial, feita aos devedores.

Art. 59.º Os devedores por empréstimos prediaes a longo prazo têm a faculdade de antecipar o pagamento dos seus debitos no todo ou em parte, podendo effectuar esses pagamentos em dinheiro ou em obrigações prediaes do juro indicado no contracto, as quaes serão recebidas ao par.

§ unico. As quantias provenientes d'estes pagamentos serão applicadas a amortisar ou retirar da circulação obrigações prediaes do mesmo Banco.

Art. 60.º Os pagamentos de que trata o artigo precedente dão direito ao Banco mutuante a receber uma indemnisação não superior a 2 por cento do capital mutuado que fôr reembolsado e que será paga no momento da antecipação do pagamento.

Art. 61.º No caso de alienação parcial ou total do predio hypothecado, o adquirente é obrigado a communicar o facto ao Banco, no prazo de tres mezes, sob pena de ficar solidariamente responsavel com o alheador pelas obrigações pessoaes d'este.

Art. 62.º O mutuario deve igualmente participar ao Banco mutuante, no prazo de tres mezes, as deteriorações que o predio tiver soffrido, os factos que lhe diminuiram o valor, e os turbativos ou espoliativos da sua posse, ou que tornarem controverso o seu direito de propriedade. A falta de cumprimento d'esta condição e, em qualquer caso, a diminuição da segurança do Banco mutuante por facto imputavel ao mutuario, auctorisam o Banco a exigir o reembolso do seu credito e a indemnisação marcada no artigo 59.º

Art. 63.º Os predios susceptiveis de incendio deverão ser seguros contra o risco de fogo, á custa do mutuario, excepto se o Banco mutuante tiver o seu credito garantido ao mesmo tempo pelos referidos predios e por outros que valham o dobro da quantia mutuada e não possam ser destruidos pelo fogo.

§ 1.º O contracto de seguro será mantido até integral reembolso do empréstimo.

§ 2.º O Banco mutuante póde exigir que o seguro seja feito em seu nome e o premio do seguro pago por elle, por conta do mutuario, devendo esse premio ser pago conjuntamente com a annuidade.

Art. 64.º A avaliação dos predios offerecidos como hypotheca póde fazer-se á face dos titulos de aquisição, conhecimentos de contribuições e quaesquer outras informações

dadas pelo proprietario; mas o Banco tem sempre o direito de recorrer a outras informações ou de mandar avaliar o predio por peritos da sua nomeação, devendo a avaliação sempre basear-se sobre o rendimento liquido e valor venal dos predios.

Art. 65.º Justificando o proprietario, por titulos, o direito de hypothecar os predios, e offerecendo estes a necessaria garantia, o Banco procederá, sem demora, á celebração do contracto definitivo ou provisorio, conforme se houver, ou não, certificado de não haver hypotheca, onus real ou outro encargo registado anteriormente.

Art. 66.º Os emprestimos prediaes, quando preenchidas todas as formalidades e dadas todas as garantias legaes, são obrigatorios para o Banco predial com privilegio, na respectiva área, excepto se o Banco não tiver disponiveis as necessarias obrigações e o Governo negar auctorisação para nova emissão d'ellas.

§ unico. Para a execução do disposto n'este artigo, o proponente, no caso de recusa, terá recurso para o commissario do Governo, o qual, dando-lhe provimento, intimará o Banco a cumprir as prescripções do mesmo artigo. A estes recursos é applicavel a disposição do artigo 15.º

Art. 67.º Aos Bancos de credito predial no ultramar são applicaveis as disposições dos artigos 22.º, 23.º, 24.º e 27.º d'esta lei, podendo as caixas filiaes ser substituidas por agencias.

Art. 68.º No caso de para algum Banco predial terminar o seu privilegio por motivo da applicação do artigo 16.º ou por outro qualquer, antes de amortisadas todas as obrigações por elle emittidas, o Banco, ou constituirá Comissão liquidataria que receba as annuidades dos devedores existentes, pague os juros, amortisações e premios das obrigações ainda não amortisadas e conserve em deposito o capital de garantia correspondente a essas obrigações, ou cederá, com approvação do Governo, estes direitos e deveres a alguma Instituição bancaria que apresente todas as condições de segurança.

## CAPITULO V

### Credito agricola e suas operações

Art. 69.º As operações de credito agricola poderão consistir:

1.º Em emprestimos ao Governo, ás corporações administrativas, a quaesquer estabelecimentos publicos, legalmente constituídos, ou a Companhias, syndicatos agricolas, empresarios ou empreiteiros e agricultores, quando esses emprestimos sejam destinados á abertura de estradas necessarias á exploração agricola, fundação de fabricas para manipulação de productos agricolas, arroteamento de terrenos, trabalhos de irrigação, drenagem, exgottamento de pantanos, plantação ou sementeira de arvoredos, ou quaesquer outros trabalhos de beneficiação do solo. Esses emprestimos serão garantidos por hypotheca, penhor sufficiente ou fiança idonea, poderão ser a curto praso ou a praso não excedente a nove annos, e reembolsaveis por annuidades, ou por um só ou mais pagamentos em épocas determinadas;

2.º Em promover quaesquer melhoramentos agricolas, auxiliando a formação de sociedades, companhias ou syndicatos a esse fim destinados;

3.º Em descontar letras ou obrigações de agricultores a curto praso, devidamente garantidas;

4.º Em abrir contas correntes a agricultores com segurança de hypothecas, ou sobre recibos de deposito, *warrants*, conhecimentos ou outros titulos de valor effectivo;

5.º Em fazer cobranças e pagamentos por conta de agricultores, mediante commissão, e encarregar-se da transferencia de fundos destinados a explorações agricolas;

6.º Em fazer adiantamentos em generos ou dinheiro para sementeiras e plantações com as necessarias garantias;

7.º Em fazer emprestimos sobre colheitas pendentes ou nos armazens dos cultivadores;

8.º Em fazer emprestimos sobre gados devidamente seguros e sobre alfaia agricola, constituindo aquelles e esta penhor especial e mercantil, embora depositado em poder do devedor sob sua responsabilidade.

§ unico. Os depositarios de generos, gados e alfaia agricola, dados em penhor de emprestimos agricolas, ficam sujeitos á comminação do artigo 453.º do codigo penal portuguez.

Art. 70.º O Governo, no mais curto praso possível, decretará providencias para o registo especial dos bens mobiliarios que possam servir de garantia a operações de credito agricola.

Art. 71.º Aos Bancos emissores que emprehendam operações de credito agricola são applicaveis as disposições dos artigos 50.º e 51.º § 1.º d'esta lei.

## CAPITULO VI

### Disposições transitorias

Art. 72.º A concessão dos privilegios da emissão fiduciaria de notas e obrigações prediaes no ultramar far-se-ha em concurso limitado, sendo, porém, publicos os actos d'este concurso. N'este concurso terá preferencia o Banco nacional ultramarino em egualdade de circumstancias.

§ unico. A base da licitação será o limite marcado no n.º 4.º do artigo 32.º emquanto a circulação fiduciaria não exceder 3.000:000\$000 réis, com a clausula da razão da progressão ser sempre a quarta parte d'aquelle numero-limite e ficando entendido que o licitante acceita todas as demais clausulas e condições expressas n'esta lei.

Art. 73.º Ficando deserto o concurso de que trata o artigo antecedente, é o Governo auctorizado a contractar directamente em condições nunca inferiores ás estabelecidas n'esta lei.

Art. 74.º Em qualquer das hypotheses dos artigos antecedentes, e emquanto os empréstimos prediaes não excedam 2.500:000\$000 réis em todas as provincias ultramarinas e districtos autonomos, o mesmo Banco poderá exercer as funções de Banco privilegiado de credito predial, mas em secção separada, com capital e escripturação especiais.

§ unico. Logo que esteja attingido o limite fixado n'este artigo, o Governo promoverá a organização de Banco ou Bancos de credito predial, os quaes respectivamente tomarão a seu cargo os direitos e encargos que na occasião pertencerem á secção especial do adjudicatario, pagando ou recebendo este pelo seu justo valor quaesquer indemnisações a que haja direito. O valor d'essas indemnisações será determinado por arbitragem, sendo um arbitro nomeado pelo adjudicatario, outro pela segunda parte interessada e o de desempate pelo presidente do Supremo tribunal de justiça.

Art. 75.º O Banco adjudicatario deverá constituir-se no praso maximo de noventa dias.

Art. 76.º O Governo adoptará as providencias especiaes necessarias para assegurar a facil transição do actual regimen bancario no ultramar para o que vier a ser estabelecido e publicará os regulamentos necessarios para a completa execução d'esta lei.

Art. 77.º São continuados até 31 de agosto do anno corrente os privilegios conferidos ao Banco nacional ultramarino pelas leis de 16 de maio de 1864, 27 de janeiro de 1876 e nos termos e pela fôrma estabelecida pela lei de 27 de julho de 1893.

Art. 78.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da marinha e ultramar e das obras publicas, commercio e industria a façam cumprir, publicar e correr.

Dada no Paço das Necessidades aos 27 de abril de 1901.—EL-REI, com rubrica e guarda —(Logar do sêllo grande das armas reaes portuguezas).—*Antonio Teixeira de Sousa*—*Manuel Francisco de Vargas*.

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 25 do corrente, estabelecendo e fixando as disposições por que hão de reger-se as operações bancarias nas provincias ultramarinas e mandando continuar até 31 de agosto de 1901 os privilegios conferidos ao Banco nacional ultramarino pelas leis de 16 de maio de 1864, 27 de janeiro de 1876, nos termos e pela fôrma estabelecida pela lei de 27 de julho de 1893, q manda cumprir e guardar tão inteiramente como n'elle se contém.

Para Vossa Magestade ver.—*José Duarte da Silva Mello*, a fez.

(CIRCULAR)—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que, não estando ainda em plena execução a realisação n'essa provincia de um plano geral de melhoramentos materiaes, nos termos da Portaria régia de 14 de novembro de 1898, deve v. ex.<sup>a</sup>, tomando por base a dotação ordinaria e quaesquer verbas extraordinarias destinadas a obras publicas da provincia, que fôrem auctorisadas pelo Governo, formular e submeter á approvação d'aquelle ex.<sup>mo</sup> sr. a tabella da distribuição dos respectivos fundos para o proximo anno economico, na qual se designem separada e detalhadamente as novas construcções, as despesas de conservação, os trabalhos previstos de reparação e a verba destinada a trabalhos imprevistos d'esta especie, despesas com pessoal administrativo, geraes, expediente, etc., seguindo-se, quanto possivel, na confecção d'esta tabella as disposições dos n.<sup>os</sup> 4 e 5 da citada Portaria régia de 14 de novembro de 1898.

Salvo ulterior designação do Governo, deverão servir de base para a referida distribuição as verbas consignadas para obras publicas no orçamento do actual anno economico.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup>—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de abril de 1901.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde, n.<sup>o</sup> 20).

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.<sup>o</sup> As incompatibilidades, estabelecidas para os srs. Deputados da nação pelo n.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> do artigo 6.<sup>o</sup> da lei de 26 de julho de 1899, são applicaveis aos dignos Pares do reino, enquanto este assumpto não fôr opportuna e definitivamente regulado por uma lei geral.

§ unico. Estas incompatibilidades não são applicaveis aos Pares do reino ou Deputados, que por delegação do Governo representarem os interesses do Estado.

Art. 2.<sup>o</sup> Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O presidente do Conselho de Ministros, Ministro e secretario d'Estado dos negocios do reino, a faça imprimir, publicar e correr.—Dada no paço das Necessidades, em 30 de abril de 1901.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*.—(Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 27 de abril de 1901, que manda applicar aos Dignos Pares do reino, enquanto não fôr regulado por uma lei geral, as incompatibilidades estabelecidas para os srs. Deputados da nação, excepto quando uns e outros representarem, por delegação do Governo, os interesses do Estado, o manda cumprir e guardar como n'elle se contém, pela fórmula acima declarada.

Pa'a Vossa Magestade vêr.—*Victorino Gonçalves de Aguiar* a fez.

(Diario do governo, n.<sup>o</sup> 26).

## MAIO

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.<sup>a</sup>, a fim de que se digne transmittil-o á Administração da Companhia de Mossamedes, que, conformando-se com o parecer da Procuradoria geral da corôa e fazenda, a interpretação a dar á disposição do art. 7.<sup>o</sup> do decreto de 28 de fevereiro de

1894 é que o fôro, que ella é obrigada a pagar, é progressivo, e que, por isso, devem ser immediatamente liquidados os foros em divida e transferidas para o deposito do ultramar no Banco de Portugal as importancias depositadas na Caixa geral de depositos, accrescidas da guia relativa a 1900, ainda não paga, e para o que terá de ser solicitada n'esta secretaria d'estado nova guia.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 1 de maio de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. commissario do Governo junto da Companhia de Mossamedes. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup> de 28 de janeiro do corrente anno, que submetten á approvação do Governo a Portaria de 5 do mesmo mez pela qual mandou ficar a cargo da fazenda nacional a despesa com a alimentação e vestuario de 15 creanças recolhidas pelas religiosas canossianas e que foram aprisionadas aos rebeldes de Manofahi, incumbem-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que providencie para que a Camara municipal de Dilly inscreva no seu orçamento a verba necessaria para occorrer ás despesas feitas com a alimentação e vestuario das referidas creanças; e que, quando aquella Camara, por completa falta de fundos, o não possa fazer, deverá o dispendio ser realisado pela verba de despesas eventuaes do orçamento provincial até á quantia de tresentas patacas annuaes.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 2 de maio de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador do districto autonomo de Timor. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

#### Portaria districtal a que se refere o officio supra

Tendo sido aprisionadas na guerra contra os rebeldes de Manofahi e outros com elles mancommunados muitas mulheres e creanças dos dois sexos, que a custo poderiam ser salvas da morte a que, segundo os barbaros costumes das forças dos reinos indigenas auxiliares, estavam votadas, e tendo sido enviadas por minha ordem para esta cidade;

Tendo-se alguns particulares encarregado, caridosamente, de recolher algumas mulheres e creanças, responsabilisando-se por proverem á alimentação, vestuario e educação d'ellas, tendo se prestado tambem com o mais louvavel sentimento de caridade os dois vigarios geraes das missões d'esta colonia a receberem nos internatos em que superintendem algumas creanças do sexo masculino que já estavam em idade de poderem receber educação, ficando a cargo das mesmas missões as despesas resultantes; mas restando ainda 8 creanças do sexo masculino e 7 do feminino, algumas de peito, e todas ainda incapazes de ganhar meios de subsistencia;

Tendo-se com a maior abnegação encarregado dos cuidados que estas ultimas creanças ainda necessitam as senhoras religiosas canossianas, com a condição de serem vestidas e alimentadas pelo Governo districtal, por não terem meios sufficientes para a despesa resultante, attendendo ao grande numero de creanças que já tinham no seu internato;

Considerando que n'esta colonia não ha asylos ou creches, nem estabelecimentos congeneres;

Considerando que forçoso e urgente é provêr ás necessidades das creanças acima referidas, e que não ha legislação applicavel ao caso;

Hei por conveniente, até ulterior resolução do Governo de Sua Magestade, determinar:

1.<sup>o</sup> A despesa de vestuario e alimentação das creanças, a quem esta Portaria se refere e foram recolhidas pelas senhoras religiosas canossianas, fica a cargo da fazenda nacional, até que attingam idade propria para poderem ganhar meios de subsistencia, e será paga em face de uma relação feita e assignada pela superiora das referidas religiosas, apresentada na Repartição de fazenda pelo vigario geral da missão de Lahane com o seu *verificado*.

2.º As creanças serão matriculadas na Administração do concelho de Dilly, e da matrícula será pela mesma Administração enviada copia ao delegado do Procurador da corôa e fazenda.

3.º A despesa de alimentação e vestuario não poderá exceder, até que outra auctorisacão não seja indispensavel e não seja dada, a 1\$600 réis mensaes por cada creança, deixando-se ao muito zêlo e bom senso, de que as referidas senhoras religiosas têm dado exuberantes provas, o cuidado de se realisar maior economia, se fôr possível.

4.º As creanças poderão ser entregues a particulares idoneos, que as pedirem, pelo Governador do districto com prévia e favoravel consulta do delegado do Procurador da corôa e fazenda, pagando os mesmos particulares a despesa que tiver sido feita pela fazenda nacional com as creanças que desejarem, e ficando com o direito de as conservarem para seu serviço domestico até á maioridade e com o dever de as vestirem, alimentarem e educarem segundo a doutrina da religião catholica apostolica romana.

5.º O administrador do concelho de Dilly evitará, com perseverante vigilancia, que ás creanças entregues aos particulares não sejam dados maus tratos, não sejam empregadas em serviços que requeiram esforços superiores ás suas forças, nem educadas de fórma contraria aos dictames da moral, e, sempre que entender necessario retirar as creanças, assim o proporá fundamentadamente ao Governador do districto, que providenciará com prévia consulta do delegado do Procurador da corôa e fazenda.

O delegado do Procurador da corôa e fazenda superintenderá, como curador dos orphãos, pelo exacto cumprimento das disposições d'esta Portaria.

6.º As creanças, de cuja educação se encarregaram os vigarios geraes das missões d'este districto, não poderá ser dado qualquer destino sem auctorisação do Governador do districto, e na secretaria do Governo deverão ser entregues quando, por qualquer circumstancia, não puderem continuar nos internatos das missões.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo de Timor em Dilly, 5 de janeiro de 1901.—O Governador, *José Celestino da Silva*.

(CIRCULAR) — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de passar ás mãos de v. ex.<sup>a</sup> as inclusas instrucções, por que devem regular-se os directores e chefes de serviço de obras publicas das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor na elaboração dos relatorios annuaes a que se refere o artigo 24.º do decreto de 20 de agosto de 1892.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 3 de maio de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

## Instrucções para a elaboração dos relatorios de obras publicas

### I

Os relatorios annuaes dos directores ou chefes de serviço de obras publicas nas provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor devem ser expedidos á secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar dentro do periodo de tres mezes, depois de findos os annos economicos a que elles dizem respeito.

### II

Os relatorios devem comprehender as seguintes seis secções distinctas:

1.<sup>a</sup> Administração e contabilidade;

- 2.<sup>a</sup> Pessoal;
- 3.<sup>a</sup> Estudos;
- 4.<sup>a</sup> Trabalhos executados;
- 5.<sup>a</sup> Serviços auxiliares;
- 6.<sup>a</sup> Secretaria, expediente, despesas geraes, etc.

### III

Na secção «Administração e contabilidade» deverá mencionar-se:

- a) Alterações ocorridas nos serviços durante o anno economico; causas que as promoveram; auctoridade que as ordenou ou sancionou, etc.;
- b) Verbas de qualquer proveniencia, auctorizadas para despesas de obras publicas durante o anno economico; transferencias de verbas de uns para outros capitulos da distribuição de fundos; suas causas justificativas; auctoridade que as ordenou ou sancionou;
- c) Quaesquer considerações ou propostas que se entenda dever fazer sobre o assumpto.

### IV

A secção «Pessoal» comprehende:

- 1.<sup>o</sup> *Pessoal tecnico* — Indicar se ha o quadro do pessoal em serviço durante o anno economico; transferencias havidas, suas causas; despesa feita, incluindo abono de ajudas de custo, de transportes, etc.;
- 2.<sup>o</sup> *Pessoal administrativo e fiscal* — (Pagadores, amanuenses e mais pessoal de secretaria; feiis e encarregados de depositos ou officinas; mestres, aparelhadores, apontadores, olheiros, etc.). Designar-se ha os quadros do pessoal, sua distribuição, vencimentos e despesas feitas durante o anno economico;
- 3.<sup>o</sup> *Pessoal operario* — Indicar-se ha o modo e condições da sua aquisição; salarios médios para as differentes classes, e ainda o numero e classes do pessoal d'esta especie empregado nas officinas;
- 4.<sup>o</sup> *Pessoal auxiliar* — (Marinheiros, patrões de embarcações, etc., abegões, carreiros, etc.). Mencionar-se ha o seu numero, distribuição, vencimentos e despesa feita.

### V

Na secção «Estudos» designar-se-hão os projectos de melhoramentos materiaes de qualquer especie, feitos durante o anno economico, sua justificação, auctoridade que ordenou a sua elaboração. Trabalhos geodesicos, topographicos e hydrographicos, levantamento de cartas, etc. Mencionar-se ha a despesa feita com cada um d'estes serviços.

### VI

A secção «Trabalhos executados» comprehende:

- a) *Vias e meios de comunicação interiores* — (Estradas ordinarias, rios, canaes, com as suas respectivas obras de arte e accessorios; linhas telegraphicas e telephonicas).
- b) *Portos de mar* — (Muros de caes, rampas, planos inclinados, pontes-caes, docas, etc.; dragagens; pharões e balisagem).
- c) *Salubridade publica* — (Drenagem, exgotto e saneamento de pantanos; saneamento de povoações; arborisação, etc.).
- d) *Irrigações*.
- e) *Construcções militares* — (Fortificações, quartéis e paíões).
- f) *Edificios publicos* — (Egrejas, hospitaes, lazaretos, escolas, tribunaes, cadeias, Repartições publicas; alfandegas e postos fiscaes).
- g) *Residências*.
- h) *Pesquisa e lavra de minas*.

Em cada um d'estes grupos se descreverá, separadamente, os novos trabalhos começados durante o anno economico; os novos trabalhos continuados e os concluidos; as grandes e pequenas reparações e os trabalhos de conservação propriamente dita. Far-se-ha uma descripção succinta de cada trabalho executado; indicar-se-ha os seus orçamentos primitivo e supplementares com a designação da auctoridade que os approvou e data da approvação; começo e fim do trabalho; despesa feita durante o anno economico com pessoal e material.

## VII

A secção «Serviços auxiliares» comprehende:

1.<sup>o</sup> *Abegoaria* — Mencionar-se-ha o gado e material existente no fim do anno economico e o adquirido durante o anno. Despesa feita.

2.<sup>o</sup> *Serviço marítimo* — Designar-se-ha o material existente no fim do anno economico e o adquirido durante o anno. Despesa feita.

3.<sup>o</sup> *Depositos de materiaes, ferramentas, instrumentos, etc.* — Formular-se-ha inventario referido ao fim do anno economico; mencionar-se-hão as aquisições feitas durante o anno e os fornecimentos realizados.

4.<sup>o</sup> *Officinas* — Inventariar-se-hão as machinas, ferramentas, etc., no fim do anno economico; designar se-hão as aquisições feitas durante o anno e os trabalhos executados para serviços estranhos ás obras publicas. Receita e despesa.

## VIII

Na secção «*Secretaria, expediente, etc.*», indicar-se-ha a despesa feita durante o anno economico; far-se-ha o inventario de livros, mobílias, etc., mencionando-se as aquisições feitas durante o anno economico.

(Boletim official de Cabo Verde, n.º 20).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em referencia ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 76, de 10 de abril ultimo, ácerca das concessões de taludes de estradas para plantações, baseadas nas disposições da Portaria d'esse Governo geral, n.º 61, de 31 de janeiro de 1899, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de lhe communicar, para os devidos effeitos, que, por despacho de 3 do corrente mez, foi v. ex.<sup>a</sup> auctorizado, attentas as informações prestadas sobre aquelle assumpto, a annullar a referida Portaria nos termos expostos por v. ex.<sup>a</sup> no indicado officio.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 5 de maio de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador geral do Estado da India. — O Director geral, F. F. Dias Costa.

(Inédito).

Portaria provincial a que se refere o officio supra

N.º 61 — Tendo differentes individuos requerido a este Governo que lhes seja permitido usufruir os taludes das estradas ordinarias para n'elles plantarem arvores fructíferas;

Convindo deferir taes pedidos, sem que resultem prejuizos ao Estado ou inconvenientes ao publico, mas com vantagem do embellezamento e da conservação d'essas estradas;

Tendo ouvido o director das obras publicas;

Hei por conveniente determinar o seguinte:

1.<sup>o</sup> Nos troços em aterro das estradas ordinarias póde o Governador geral conceder que os taludes sejam plantados com arvores fructíferas:

a) Nas estradas de 3.<sup>a</sup> ordem, sómente na parte inferior d'esses taludes até á linha média dos mesmos;



b) Nas de 2.<sup>a</sup> ordem, em toda a superficie do talude até á sua aresta superior;

c) Nas de 1.<sup>a</sup> ordem, em toda a extensão do talude e ainda nas bermas, em facha não excedente a 0<sup>m</sup>,80 de largura em cada berma.

§ 1.<sup>o</sup> Nas estradas de 2.<sup>a</sup> ordem, de pouco transito, poderá tambem conceder-se a plantação de arvores nas bermas.

§ 2.<sup>o</sup> As plantações devem fazer-se directamente sobre os taludes, sem modificar a sua inclinação, ou em aterros sobre elles, transformando-os em prismas rectos de base igual á dos taludes. Em tal caso, esses aterros serão sustentados por muros de alvenaria ou de pedra solta, ficando 0<sup>m</sup>,20, pelo menos, abaixo da superficie das bermas, de modo a não ser embaraçado o escoamento das aguas provenientes do leito da estrada.

2.<sup>o</sup> Os requerimentos em que se peça concessão para a plantação de arvores nas estradas serão dirigidos ao Governador geral e entregues na Repartição das obras publicas. N'elles se indicará precisamente a designação da estrada, o local em que se pretende fazer a plantação, extensão linear a plantar, se é só nos taludes ou só nas bermas, ou nos taludes e bermas, se de um só lado ou de ambos os lados da estrada, natureza das arvores a plantar, se o requerente é, ou não, proprietario de terrenos confinantes com o troço da estrada por um só lado ou por ambos os lados.

3.<sup>o</sup> Dar-se-ha a preferencia para a concessão dos taludes e bermas das estradas ao proprietario do terreno marginal ao troço da estrada de que se tratar.

4.<sup>o</sup> Entre os mesmos perfis transversaes a concessão dos taludes e bermas das estradas de um e outro lado só pôde ser feita ao mesmo individuo, isto é, não pôdem o talude e berma á direita do eixo ser concedidos a um individuo e o talude e berma da esquerda a outro.

5.<sup>o</sup> No caso dos terrenos confinantes em cada um dos lados da estrada pertencerem a individuos diferentes, será preferido o que maior área possuir ao longo da estrada, e, sendo as áreas proximamente eguaes, o que primeiro tiver requerido. Havendo duvida sobre a extensão das propriedades confinantes, poderá a Direcção das obras publicas exigir a apresentação das respectivas plantas authenticadas pela Repartição de agrimensura.

6.<sup>o</sup> Para que se attenda ás preferencias, segundo o disposto nos numeros que precedem, serão as pretensões annunciadas, á custa do requerente e por elle, em dois numeros do *Boletim official*, a fim de ser avisado quem se julgue com melhor direito.

7.<sup>o</sup> As concessões estão ainda sujeitas ás seguintes clausulas especiaes:

a) Ter o concessionario sómente direito pleno ás arvores que plantar, seus ramos, folhas e fructos, mas não aos terrenos em que estão enraizadas, cuja propriedade é inalienavel e imprescriptivel;

b) Não ser impedido o transito ao publico ao longo das bermas, nem pelas serventias ou passagens existentes ou que de futuro seja necessario estabelecer;

c) Ficar a cargo do concessionario a conservação tanto dos taludes e bermas, como da facha de rolagem da estrada entre as secções transversaes passando pelos pontos limites do troço concedido, os quaes serão definidos por marcos de pedra collocados pela Direcção das obras publicas, á expensas do concessionario.

§ 1.<sup>o</sup> A conservação quanto aos taludes e bermas será completa e total, qualquer que seja a causa da deterioração; a da facha de rolagem limitar-se-ha á regularisação da superficie, córte de hervas e outras plantas, enchimento de buracos, covas, depressões e rigueiros.

§ 2.<sup>o</sup> A substituição total do empedramento, quando este se achar reduzido a insufficiente espessura pelo desgaste devido ao tempo e ao transito, pertence ao Governo, assim como a conservação das pontes, aqueductos e canos, excepto quando se reconheça que a deterioração n'estas obras é devida ás raizes das arvores, caso em que a reparação necessaria correrá por conta do concessionario.

d) Obrigar-se o concessionario a cortar qualquer arvore ou ramo de arvore que ameace cair para a via publica, ou que, por demasiada inclinação para o centro da estrada, embarace o transito. Não o fazendo depois de devidamente intimado, será o córte feito pela Direcção das obras publicas á custa do concessionario.

8.<sup>o</sup> O requerimento, depois de informado pela Direcção das obras publicas, será presente ao Governador geral que concederá ou negará o pedido.

9.<sup>o</sup> A concessão será reduzida a contracto lavrado na Direcção das obras publicas com assistencia do Ministerio publico.

10.º O contracto ficará registado em livro especial, com termos de abertura e encerramento e folhas rubricadas. Será sellado com um sêllo de cinco rupias e d'elle será dada uma copia ao concessionario feita em papel sellado fornecido pelo mesmo.

11.º O despacho do Governador geral deferindo a concessão, conjunctamente com a data e principaes indicações do contracto que d'elle resultar, serão publicados no *Boletim official*.

12.º Quando o concessionario não tenha em bom estado de conservação o troço de estrada a seu cargo, será intimado pela Direcção das obras publicas a effectuar os trabalhos necessarios no praso que lhe fôr indicado. Não cumprindo a intimação, serão esses trabalhos mandados executar pelo Governo a expensas do concessionario. Se este não pagar dentro de 48 horas a conta da respectiva despesa, será esta entregue ao escrivão de fazenda do concelho para ser cobrada administrativamente.

13.º O concessionario, quando se ausente da sua residencia habitual, ou quando mudar de residencia, ou ainda quando sair para fóra do territorio de Gôa, deverá dar d'isso parte á Direcção das obras publicas, indicando n'este ultimo caso, e provando-o por documento legal, o nome e residencia do individuo que o ficar representando. Não o fazendo, incorre na multa de vinte rupias.

14.º O concessionario poderá transmittir por qualquer fórma admittida em direito a propriedade das arvores que plantar nas estradas por virtude de concessão obtida nos termos d'esta Portaria. Essa transmissão será, porém, feita com todas as clausulas e condições da respectiva concessão, e participada á Direcção das obras publicas para ser feito o competente averbamento no livro respectivo.

15.º Em caso de morte o herdeiro do concessionario é obrigado a participar á Direcção das obras publicas que assumiu a propriedade da concessão. Não o fazendo, incorre na multa de vinte rupias. A participação será devidamente averbada no livro do registo das concessões.

16.º E' permitido aos individuos que tenham obtido das Camaras municipaes concessões ou aforamentos para a plantação de arvores nos taludes das estradas continuas, usufruil-os nos termos precisos em que os receberam, ou renuncial-os para os substituir por contractos lavrados com as clausulas expressas n'esta Portaria.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral, em Nova Goa, 31 de janeiro de 1899. — O Governador geral, *Joaquim Machado*.

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Com referencia ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, de 3 de janeiro ultimo, pedindo esclarecimentos ácerca do modo como deve proceder com respeito aos degredados que ahi completaram o tempo de degredo, visto subsistir a impossibilidade de os repatriar e não ser equitativo remettel-os ao Ministerio publico, para serem processados como vadios, não havendo serviço em que se empreguem, incumbe-me o ex.<sup>mo</sup> Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que, quando se dêr o facto de os commandantes de navios de guerra que toquem n'essa provincia se recusarem a receber algum degredado n'aquellas circumstancias, como v. ex.<sup>a</sup> diz ter acontecido com o commandante da canhoneira *Massaby*, póde v. ex.<sup>a</sup> mandar abonar a passagem para Cabo Verde, onde mais facil se torna a sua repatriação.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 7 de maio de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador da provincia da Guiné. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(*Boletim official da Guiné*, n.º 24).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Para os fins convenientes tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.<sup>a</sup> que s. ex.<sup>a</sup> o Ministro, a quem foi presente uma consulta do Inspector de fazenda d'esse Estado sobre quaes sejam os vencimentos do ajudante do Procurador da corôa, quando substitua o Procurador, e sobre os que devam perceber os juizes da

Relação quando haja impedimento legal de algum d'elles, determinou o seguinte, por seu despacho de 6 do corrente:

O ajudante do Procurador da corôa e fazenda de Nova Gôa, servindo no impedimento ou falta do Procurador, não pôde accumular dois vencimentos de exercicio e deverá receber os de Procurador da corôa, conforme o artigo 160.º do Regimento.

Os vencimentos de exercicio são considerados gratificações que só podem ser accumuladas por serviços *diversos*, não se considerando *diversos* os serviços *proprios* de cada Repartição. (Portaria de 21 de maio de 1896).

Com respeito ás folhas de vencimentos dos juizes de Gôa, em que se abona a cada um a quarta parte do vencimento de exercicio do juiz Basilio Alberto, ausente, com o fundamento de que todo o serviço d'este magistrado é distribuido pelos restantes juizes, não é legal.

O artigo 160.º do Regimento, que determina que «quando os funcionarios judiciaes não exercerem, por qualquer motivo, os seus logares, os respectivos vencimentos de exercicio serão abonados aos que os substituirem» não tem applicação aos juizes da Relação, porque as substituições veêm reguladas no art. 13.º do Regimento, e são sómente supplentes ou substitutos os juizes de direito das ilhas de Gôa, Bardez e Salsete.

O art. 166.º do Regimento tambem não pôde aproveitar aos juizes da Relação de Nova Gôa, porque diz respeito a accumulações de funcções judiciaes com outras; e, na hypothese presente, admittindo-se mesmo que houvesse accumulção, era sómente de funcções judiciaes.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 7 de maio de 1901.— Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador geral do Estado da India. — O Inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Inédito).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Com relação aos telegrammas d'este Ministerio, de 21, e respostas d'esse Governo geral, de 25 e 27 de abril proximo passado, ácerca do sello das procurações impressas de que se está fazendo uso n'essa provincia, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de solicitar de v. ex.<sup>a</sup> que se sirva mandar declarar no *Boletim official*, que não são admissiveis nas Estações officiaes as procurações com o sello de 60 réis, embora revalidadas com o sello de estampilha, fazendo recolher á Casa da moeda as que, porventura, ainda existam na thesouraria, e requisitando, se assim fôr preciso, que lhe sejam remettidas novas procurações com o sello de 100 réis.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 7 de maio de 1901.— Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

## TITULO I

### Do dominio do Estado no ultramar

#### CAPITULO I

Artigo 1.º São do dominio do Estado, no ultramar, todos os terrenos que, á data da publicação d'esta lei, não constituam propriedade particular, adquirida nos termos da legislação portugueza.

## CAPITULO II

## Da propriedade dos indigenas

Art. 2.º É reconhecido aos indigenas o direito de propriedade dos terrenos por elles habitualmente cultivados, que sejam comprehendidos na esphera das concessões; e será reservada uma certa área para habitação e trabalho agricola dos que ahi tenham residencia e se não dediquem á cultura.

§ unico. O direito de transmissão regula-se pelas prescripções do artigo seguinte.

Art. 3.º É garantida a successão legitimaria, segundo os usos e costumes locais; mas a transmissão por testamento, ou por qualquer outra fórma, de indigenas para não indigenas, fica dependente de prévia auctorisação ou de confirmação da auctoridade administrativa.

§ unico. Uma lei especial regulará os casos em que aos indigenas poderão ser conferidos titulos de propriedade perfeita, em relação a terrenos que hajam cultivado por mais de vinte annos.

Art. 4.º São nulos todos os actos e contractos dos chefes e outros indigenas, celebrados contra as disposições d'esta lei.

Art. 5.º Os terrenos e os direitos, sobre que versarem os actos e contractos a que se refere o artigo antecedente, entram, *ipso facto*, no dominio do Estado, e d'ahi não resultará acção de qualquer natureza, quer contra o indigena, quer contra o Estado.

Art. 6.º Todas as questões entre indigenas, relativas a demarcação de predios e divisão de propriedade commum, serão resolvidas, em primeira instancia, pelo Governador do districto, e, em segunda instancia, pelo Governador de provincia, nos termos dos regulamentos.

## CAPITULO III

## Da classificação dos terrenos do Estado no ultramar

Art. 7.º As concessões, auctorisadas por esta lei, só podem recair em terrenos que sejam propriedade do Estado.

Art. 8.º Não podem ser objecto de concessão:

1.º Construcções e terrenos a estas adjacentes, indispensaveis ao serviço publico;  
2.º Terrenos de logradouro commum dos indigenas, n'uma área em volta das suas povoações que será opportunamente marcada, em regulamento especial, para cada provincia;

3.º Ilhas, ilhotas e mouchões formados nos leitos das correntes navegaveis e na foz dos rios;

4.º Terrenos marginaes das linhas ferreas, já construídas ou projectadas, n'uma faixa não inferior a 50 metros por cada lado;

5.º Terrenos confinantes com a costa maritima, n'uma zona continua de 80 metros, além do maximo nivel das marés, e com lagos, lagôas e rios navegaveis, n'uma zona continua de 80 metros acima do nivel médio das aguas;

6.º Minas, pedreiras e fontes de aguas mineraes, cuja concessão será regulada por leis especiaes;

7.º Servidões indispensaveis á utilização de quaesquer bens do Estado.

§ unico. As servidões particulares, legalmente constituídas ao tempo da concessão, não serão por esta prejudicadas. Póde, comtudo, o concessionario deslocal-as, com tanto que se obrigue ás despesas da deslocação, e que d'esta não advenha damno ao predio dominante.

Art. 9.º A classificação dos terrenos do Estado será especial para cada provincia e para os districtos de Lourenço Marques e Timor, obedecendo sempre ás prescripções dos artigos subsequentes.

Art. 10.º A classificação dos terrenos, que podem ser concedidos, tem por fim:

1.º Arbitrar a unidade e o preço minimo que deve servir de base á adjudicação;  
2.º Delimitar a competencia do Governo e das auctoridades ultramarinas, quanto á proporção que, respectivamente, lhes é facultado conceder;

3.º Estabelecer a fôrma do processo das concessões, por hasta publica, licitação verbal ou escripta;

4.º Inventariar e avaliar o dominio do Estado.

Art. 11.º A classificação dos terrenos a conceder e sua demarcação, e o levantamento das plantas, em cada districto, incumbem á Commissão das terras organizada pelo artigo 40.º

Art. 12.º De officio ou a requerimento da parte, a Commissão encarregada de indicar os preços minimos e as unidades a adjudicar, formará em cada districto varias classes de terrenos, attendendo á situação, productividade, facilidade de communicações, salubridade do clima, segurança do meio, costumes da população e quaesquer outras circumstancias que possam influir na sua valorisação. Essas classes serão as seguintes:

1.ª Construções civis e militares que não sejam necessarias para os serviços publicos;

2.ª Terrenos proprios para construção, dentro ou nos suburbios das povoações, e terrenos destinados a centro de colonias agricolas;

3.ª Terrenos cultivados;

4.ª Terrenos incultos, mas apropriados á cultura;

5.ª Terrenos adequados a culturas especiaes, taes como: borracha, cacau, café, algodão, canna saccharina, etc.;

6.ª Terrenos não explorados, proprios para pastagens ou exploração florestal;

7.ª Terrenos não cultivados, aptos para exploração commercial.

§ unico. Em cada uma d'estas classes podem introduzir-se divisões e sub-divisões, conforme os principios acima mencionados, ficando entendido que umas e outras são susceptiveis de alteração na classificação definitiva.

Art. 13.º A classificação poderá ser uma só para vastas zonas de mais de um concelho ou districto, ou especial para determinadas regiões, consoante as circumstancias locais.

Art. 14.º Tendo procedido aos estudos technicos necessarios, colhidas dos interessados as informações precisas, procederá a Commissão á demarcação, divisão e levantamento das plantas dos terrenos do Estado em cada districto, arbitrando a cada unidade de terreno, em cada classe, o preço minimo da adjudicação, conforme o regimen por esta lei preferido para cada provincia.

Art. 15.º Feita pela Commissão, em cada districto, a classificação a que se referem os artigos antecedentes, será esta remettida com as plantas e documentos annexos, quando houver mais de um districto, ao Governador da provincia ou do districto autonomo.

Art. 16.º O Governador da provincia remetterá, com o seu parecer, ao Governo a classificação e planta geral dos terrenos na provincia para ser definitivamente approvada, ou rectificada, sobre consulta da Commissão de cartographia e da Junta consultiva do ultramar.

Art. 17.º Devolvidas, com a approvação definitiva, aos Governadores das provincias, serão as classificações e plantas distribuidas por copia ás Commissões e aos conservadores das respectivas comarcas para que as registem nos livros proprios; e os preços minimos, ali indicados, servirão de base ás concessões.

Art. 18.º O processo administrativo de demarcação, descripção e avaliação, a inscrição no registo da Conservatoria, a dotação do pessoal, os prazos de execução e mais instruções competentes para execução d'estes serviços serão objecto de regulamentos.

Art. 19.º Não obstante as disposições dos artigos precedentes, poderá a classificação ser feita, em cada concelho ou districto, á proporção que os terrenos forem requeridos, se não estiver concluido o cadastro dos bens do Estado.

Art. 20.º Na hypothese do artigo anterior, deverá o requerente documentar a petição com o traçado indicativo do perimetro do terreno que deseje obter e com os outros esclarecimentos do artigo 53.º

§ 1.º O requerente depositará a quantia que, de harmonia com os regulamentos, fôr julgada necessaria para os trabalhos de classificação e avaliação officiaes, se não optar pelas quantias fixadas nos artigos 39.º e 58.º para base de licitação.

§ 2.º O requerente só terá direito á restituição do deposito, quando, aberta a praça, a concessão fôr a outrem adjudicada, ou quando a avaliação fôr superior ao preço maximo por elle determinado no requerimento.

§ 3.º Ninguém será admittido a licitar sem satisfazer ao deposito e demais condições exigidas pelos regulamentos.

Art. 21.º Recebido o deposito de que falla o § 1.º do artigo 20.º, proceder-se-ha á demarcação e classificação officiaes dos terrenos pretendidos.

#### CAPITULO IV

##### Das concessões em geral

Art. 22.º Em todas as concessões, qualquer que seja a área concedida, a auctoridade outorgante, o processo de adjudicação e a somma de vantagens ou encargos inherentes, entender-se-hão sempre em favor do Estado, á falta de menção expressa em contrário, as clausulas seguintes:

1.ª O direito de expropriar, sem indemnisação alguma, as parcelas de terreno para construcção de obras de reconhecida utilidade publica, estradas, viaductos, vias ferreas, linhas telegraphicas, pontes, docas, portos, estabelecimentos sanitarios, obras de defesa militar e outras;

2.ª O direito ás minas, pedreiras e fontes de aguas mineraes que não hajam sido concedidas expressamente, ou cuja exploração não seja auctorizada nos termos das leis que vigorem;

3.ª O direito de submeter a exploração das mattas e florestas a regimen especial, pelo que respeita ao corte de madeiras, plantação de arvores e colheita de productos de exportação especificados em regulamentos, taes como borracha, caoutchouc, gomma copal, café, cacau, algodão.

§ unico. O disposto na clausula 1.ª d'este artigo não tira aos concessionarios o direito a indemnisação, quando a expropriação recair sobre casas de habitação, estabelecimentos industriaes, fabris, commerciaes ou servidões inherentes.

Art. 23.º Nos futuros contractos de obras publicas para construcção de estradas, com excepção de linhas ferreas, poderá o pagamento da obra ser feito em terreno marginal á mesma obra.

§ 1.º Em nenhuma circumstancia as zonas destinadas ao pagamento poderão exceder os limites marcados para as concessões em geral.

§ 2.º O pagamento só será effectuado em terrenos, quando esta clausula figurar no caderno de encargos que servir de base á licitação da obra.

Art. 24.º O Governo póde fazer concessões até os seguintes limites:

1.º 2 hectares de terrenos na área das povoações existentes, ou projectadas, de caracter europêu, e 5 nos suburbios das mesmas povoações;

2.º 50 hectares de terrenos proprios para centro de colonia agricola, em qualquer provincia ou districto.

Fóra dos casos mencionados nos dois números antecedentes, poderá conceder até:

a) 1:000 hectares no districto de Lourenço Marques;

b) 250 hectares no archipelago de Cabo Verde e na India;

c) 25:000 hectares na Guiné e no districto autonomo de Timor;

d) 50:000 hectares nas provincias de Angola e Moçambique, com excepção do districto de Lourenço Marques.

Art. 25.º Os terrenos, já cultivados, e os proprios para construcções civis, situados em qualquer provincia ou districto, poderão ser vendidos em hasta publica e sobre avaliação official.

§ 1.º O Governo poderá aforar lotes de terreno, não superiores a 2 hectares cada um, na área das povoações existentes ou projectadas, de caracter europêu, e lotes não superiores a 5 hectares nos suburbios das mesmas povoações.

§ 2.º Os Governadores das provincias e dos districtos autonomos poderão igualmente aforar lotes dos mesmos terrenos, contanto que não excedam a proporção de um decimo das áreas respectivamente fixadas no § 1.º d'este artigo; mas o aforamento só é válido depois de aprovado pelo Governo o respectivo titulo.

Art. 26.º Os Governadores das provincias, com auctorisação do Governo, poderão conceder terrenos até á proporção de um decimo das áreas fixadas no artigo 24.º

§ unico. A concessão só é válida depois de aprovado pelo Governo o respectivo titulo.

Art. 27.º Nas concessões que dentro da sua competencia fizerem, os Governadores reclamarão, previamente, dos peticionarios a declaração de terem, ou não, já recebido outra concessão no mesmo districto ou provincia, por si ou por interposta pessoa, informando-se minuciosamente da situação dos terrenos e do modo por que os concessionarios hajam cumprido a obrigação de os cultivar e mais condições do anterior contracto.

Art. 28.º O individuo, ou sociedade, que houver obtido qualquer especie de concessão no ultramar, não poderá alcançar nenhuma outra sem que mostre haver aproveitado ou cultivado, pelo menos, metade dos terrenos já adquiridos ou comprehendidos na área total sobre que recaem os direitos e obrigações constituídos na anterior concessão.

§ unico. A mesma disposição é applicavel aos individuos ou sociedades que hajam transferido, ou para quem tenham sido transferidas, com auctorisação do Governo, quaesquer concessões.

Art. 29.º A annullação das concessões, illegal ou incompetentemente feitas pelos Governadores em contravenção dos artigos antecedentes, não dá direito a indemnisação alguma.

Art. 30.º A associação de concessionarios, para explorarem, em commum, as suas concessões, só poderá fazer-se com auctorisação especial do Governo.

Art. 31.º É expressamente prohibido ao Governo auctorisar as entidades, a favor de quem tiver feito concessões, a constituirem-se em sociedade para exploração das mesmas, quando o terreno que ficar pertencendo a tal sociedade exceder os maximos respectivos do artigo 24.º

Art. 32.º O Governo da metropole, dentro dos limites designados no artigo 24.º, poderá conceder, em hasta publica, por venda, aforamento ou arrendamento, bens do Estado, com as restricções dos artigos seguintes.

Art. 33.º Os terrenos incultos só podem ser concedidos por meio de aforamento, arrendamento ou em regimen de prazo da Corôa, sempre, porém, com a obrigação, para o concessionario, de os valorisar com applicação propria e nos prazos d'esta lei.

Art. 34.º A praça publica nunca será dispensada e será precedida da publicação de annuncios no *Diario do governo* e no *Boletim official* da provincia, ou do districto autonomo, ou em supplemento a este, devendo indicar:

- 1.º A classe e os lotes de terreno, sua extensão e demarcações;
- 2.º O preço minimo de cada unidade, metro quadrado ou hectare, que deve servir de base á licitação;
- 3.º O tempo e mais condições em que tenha de ser cumprida a obrigação de cultivar, explorar ou construir, conforme os casos;
- 4.º A obrigação de prestar caução por deposito;
- 5.º As condições inherentes á redução e remissão do fôro, e rescisão do respectivo contracto.

§ 1.º A caução, mencionada no n.º 4.º, consiste no deposito de 1\$000 réis por hectare, em dinheiro, ou em titulos da divida publica pela cotação do dia, e será restituído gradualmente ao depositante, á medida que fôr aproveitada ou explorada a concessão, comtanto que a parte restituída nunca seja superior ao capital já despendido na cultura ou exploração respectiva.

§ 2.º O deposito, sendo em dinheiro, vencerá o juro de 5 por cento, pago trimestralmente ao depositante; sendo em titulos de divida publica, receberá tambem o depositante os respectivos juros.

§ 3.º O deposito só será perdido em favor do Estado, no caso do não aproveitamento ou exploração da concessão no praso legal.

§ 4.º Tratando se da concessão feita pelo Governo, o deposito será effectuado na competente Caixa geral, no praso improrogavel de quinze dias, contados da publicação do respectivo decreto no *Diario do governo*, onde será tambem logo publicado o extracto do conhecimento do mesmo deposito. Não sendo cumprida qualquer das disposições d'este paragrapho, a concessão ficará, *ipso facto*, sem effeito algum.

§ 5.º Quando a concessão haja sido feita pelas auctoridades ultramarinas, o deposito será effectuado nos cofres do thesouro da respectiva provincia ou districto, dentro do praso improrogavel de seis mezes, a contar da publicação, no respectivo *Boletim official*, do despacho ministerial confirmativo da concessão. O extracto do conhecimento do deposito será igualmente publicado no mesmo *Boletim*.

A falta de cumprimento de algum d'estes preceitos importa, *ipso facto*, a nullidade da concessão.

Art. 35.º Aquelle, que requerer concessão de terrenos não demarcados oficialmente, gosará do direito de preferencia, devendo usar d'elle até ao encerramento do auto da praça.

Art. 36.º Não serão recebidos requerimentos que não satisfaçam ás condições do artigo 20.º

Art. 37.º As concessões serão feitas pelos modos seguintes:

Na provincia de S. Thomé e Príncipe, segundo a legislação da metropole, applicavel á alienação de proprios nacionaes;

Na provincia de Cabo Verde, pela divisão e adjudicação dos baldios, na conformidade do artigo 429.º do codigo administrativo de 1896, e com as modificações do titulo v da presente lei;

Na provincia de Angola, districto de Lourenço Marques e districto militar de Gaza, por aforamento com as clausulas de redução e remissão do fôro;

Nos outros districtos de Moçambique e na parte insular da Guiné, por aforamento, nos termos do titulo II d'esta lei, ou pela applicação do decreto de 18 de novembro de 1890 sobre prazos da Corôa;

Na parte continental da Guiné e no districto de Timor, por aforamento sem remissão de fôro, ou pela applicação do citado decreto, tambem sem remissão de fôro;

Na India, por meio de arrendamento.

Art. 38.º Na divisão dos lotes de terreno a classificar, adoptar-se-ha por unidade o metro quadrado para os terrenos de construcção, e o hectare para os outros.

Art. 39.º Para os aforamentos de incultos, enquanto se não concluir a classificação e respectiva tabella de preços, ordenada por esta lei, o fôro minimo será, por cada hectare:

No districto de Lourenço Marques, 500 réis;

Em Angola e Moçambique, exceptuado o districto de Lourenço Marques, 300 réis;

Na Guiné e em Timor, 200 réis;

Em Cabo Verde, 100 réis.

§ unico. Para concessão de construcções e de terrenos cultivados servirá sempre de base a avaliação official.

Art. 40.º Na séde de cada districto, junto do Governador e por elle presidida, funcionará uma Commissão de terras constituída pelas seguintes entidades:

O conservador, o delegado do Procurador da corôa e fazenda, o escrivão de fazenda e o agronomo do districto ou um engenheiro ou conductor de obras publicas. A esta Commissão competirá:

1.º Informar todos os pedidos de concessão;

2.º Velar pelo cumprimento das clausulas dos contractos de concessões, e, quando não tenham sido cumpridas, propôr a sua nullidade e rescisão;

3.º Organisar, nos termos d'esta lei e seus regulamentos, o cadastro dos bens do Estado, sua classificação, divisão por lotes e tabellas de preços minimos, que hão-de servir de base ás adjudicações;

4.º Fiscalisar a demarcação dos terrenos concedidos e a divisão dos predios foreiros ao Estado;

5.º Consultar sobre a oportunidade e justiça da remoção dos indigenas, e substituição, demarcação ou arrendamento de glebas.

Art. 41.º O exercicio d'estas attribuições, os modelos e normas para escripturação do cadastro e organização das plantas, os emolumentos dos funcionarios e o pessoal de agrimensura de que se occupa o artigo antecedente, serão objecto de decretos regulamentares para cada provincia ou districto autonomo.

## CAPITULO V

### Dos que podem receber concessões

Art. 42.º Podem receber concessões de terrenos do Estado, nas provincias ultramarinas, os cidadãos portuguezes com capacidade para contractar.

Art. 43.º Os estrangeiros naturalisados e os residentes em territorio portuguez, ha mais de dois annos, podem obter concessões por aforamento, sob condições;



1.º De declararem expressamente que se sujeitam ás leis e tribunaes portuguezes em tudo quanto respeitar aos direitos sobre os terrenos concedidos;

2.º De escolherem domicilio e representante portuguez para receber as notificações e intimações, quando se ausentarem do reino.

§ unico. Todas as concessões, feitas a individuos n'estas circumstancias caducarão *ipso facto*, sem direito a retenção ou indemnisação de especie alguma, desde que, com relação á concessão, e sob qualquer pretexto, invoquem leis, fôro, jurisdição ou auctoridade não portuguezes.

Art. 44.º Tambem podem receber concessões as sociedades portuguezas constituídas em territorio portuguez e tendo n'elle a sua séde. Para a execução d'este artigo observar-se hão as disposições seguintes:

a) Os cidadãos, a favor de quem fôrem feitas concessões, não poderão transferir as para individuos ou sociedades, nem constituir estas, sem prévia auctorisação do Governo;

b) Tanto as sociedades a que se refere a alinéa a), como aquellas a favor das quaes a concessão possa ser directamente feita, serão portuguezas, com séde em territorio portuguez e constituídas de harmonia com as leis portuguezas.

Art. 45.º É permittido ao Governo conceder gratuitamente ás corporações administrativas os terrenos necessarios aos seus fins, caducando a concessão quando d'elles se afastem.

Art. 46.º O Governo poderá conceder, gratuitamente, a cada missão catholica, devidamente auctorisada, o uso de terrenos incultos até 1:000 hectares, reservando-se o direito de retirar a concessão quando assim convenha aos interesses do Estado.

## TITULO II

### Das concessões nas provincias de Angola, Moçambique, Guiné e districto autonomo de Timor

#### CAPITULO I

##### Do aforamento

Art. 47.º Os contractos de aforamento dos terrenos do Estado, no ultramar, são regidos pelo codigo civil com as modificações seguintes:

1.ª O fôro será sempre a dinheiro;

2.ª O contracto de aforamento é feito administrativamente;

3.ª O emphyteuta pôde adquirir o dominio directo pagando vinte pensões; a remissão, porém, só pôde ter logar depois de cultivada, pelo menos, a quinta parte do terreno aforado;

4.ª Na falta de pagamento do fôro, o Estado gosa tambem, em relação ao dominio útil, do mesmo privilegio que o artigo 887.º do codigo civil estatue para os creditos por impostos devidos á fazenda nacional;

5.ª O fôro inicial será reduzido:

a) A metade, quando o emphyteuta houver cultivado um quinto dos terrenos;

b) A um terço, quando houver cultivado até metade;

c) A um quinto, logo que a cultura vá além de metade.

Art. 48.º O contracto de aforamento será rescindido, sem direito a indemnisação alguma:

a) Quando os trabalhos de cultura não hajam começado dentro do praso de dois annos, contados da data do contracto;

b) Quando, no fim de cinco annos, não estiver cultivada a quinta parte do terreno;

c) Quando, depois de cultivada a quinta parte do terreno, decorrerem dois annos sem que a cultura prosiga regularmente, não havendo para isso motivo de força maior, devidamente comprovado.

§ unico. Nos casos previstos n'este artigo os terrenos não cultivados serão aforados, revertendo o fôro pago pelo novo emphyteuta a favor do antigo, ficando este obrigado, para manter a parte cultivada, ao pagamento do fôro inicial por todo o terreno.

Art. 49.º É obrigatorio para o foreiro o registro do onus emphyteutico, sem o que não terá direito á redução permittida pelo n.º 5.º do artigo 47.º d'esta lei.

Art. 50.º E' facultada a divisão do fôro em glebas, que constituam unidades de cultura não superiores a 50 hectares, mas unicamente com auctorisação do Governo ou do Governador em nome d'este.

§ unico. Esta auctorisação só poderá ser dada depois do emphyteuta deixar de estar sujeito ás condições de rescisão do seu contracto, designadas no artigo 48.º § unico. Pela observancia das clausulas dos artigos antecedentes será responsavel o foreiro para com o Estado.

Art. 51.º O foreiro poderá hypothecar o seu dominio util, ou oneral-o com quaesquer encargos ou servidões, sob condição, porém, de que o adquirente, por via de execução, ficará, em relação aos terrenos aforados, subrogado nos mesmos direitos e obrigações do emphyteuta para com o Estado.

Art. 52.º O dominio directo é imprescriptivel.

## CAPITULO II

### Do processo para receber de aforamento

Art. 53.º Os que pretenderem terrenos de aforamento, nas provincias de Angola, Moçambique e Guiné e no districto autonomo de Timor, deverão dirigir requerimento ao Governo, documentando-o, enquanto não estiver feita a classificação official, com o traçado indicativo do perimetro do terreno e sua descripção; declarando o fim a que o destinam, os encargos a que se submettem e se acceitam, ou não, os preços minimos do artigo 39.º; e juntando os esclarecimentos tendentes a individualisar o predio e assegurar o cumprimento do contracto.

## TITULO III

### Das concessões de terrenos na provincia de S. Thomé e Príncipe

Art. 54.º A venda de terrenos do Estado, na provincia de S. Thomé e Príncipe, rege-se pela legislação da metropole applicavel á alienação de proprios nacionaes.

## TITULO IV

### Concessões no Estado da India

#### CAPITULO I

##### Do arrendamento

Art. 55.º Na India o arrendamento de predios urbanos não póde exceder o praso de cinco annos e o dos rusticos vinte.

§ unico. Ficam exceptuados do arrendamento os terrenos de *serodio* e *vangana*, cultivados pelos gãocares e roites, na provincia de Satary, e no torofo de Cotigão, da provincia de Canácona, aos quaes continuará a applicar-se a legislação vigente no Estado da India.

Art. 56.º Os arrendamentos serão sempre em hasta publica e regulados pelo codigo civil, salvas as modificações dos artigos seguintes.

Art. 57.º As concessões de terrenos incultos serão reguladas no Estado da India pela legislação ali vigente.

Art. 58.º A renda será annualmente paga a dinheiro e será de 100 réis por hectare, enquanto não estiver feita a classificação official.

Art. 59.º As rendas dos bens do Estado da India prescrevem pelo lapso de dez annos; mas o direito de propriedade é imprescriptivel.

Art. 60.º Nos contractos de arrendamento especificar-se-ha sempre a applicação a que se destina o predio:—habitação, exploração agricola, industrial ou commercial; e nenhuma outra applicação será licita sem auctorisação expressa do Governo.

Art. 61.º Nos arrendamentos por mais de quatro annos é obrigatorio para o arrendatario o registo.

Art. 62.º A faculdade de sub-arrendar terrenos do Estado não se presume; deve constar expressamente do titulo de arrendamento.

Art. 63.º A exploração das mattas e florestas ficará sujeita a regimen especial.

Art. 64.º Ao delegado do Procurador da corôa e fazenda da comarca respectiva incumbe promover, perante os tribunaes competentes, as acções necessarias para tornar effectivos os direitos do Estado.

Art. 65.º Os arrendamentos dos predios rusticos, effectuados no Estado da India antes da promulgação d'esta lei, continuarão a ser regulados pelos respectivos contractos.

Art. 66.º Nos novos arrendamentos, feitos em hasta publica, têm preferencia os antigos arrendatarios, em egualdade de circumstancias.

## CAPITULO II

### Dos que podem receber concessões de arrendamento

Art. 67.º São habéis para tomar de arrendamento bens do Estado todas as pessoas com capacidade para receber concessões, nos termos d'esta lei.

## TITULO V

### Das concessões de terrenos do Estado na provincia de Cabo Verde

Art. 68.º Às concessões de terrenos do Estado, na provincia de Cabo Verde, serão applicadas as disposições do artigo 429.º e seus paragraphos do codigo administrativo de 1896, com as modificações dos artigos seguintes.

Art. 69.º Em todas as concessões de terrenos baldios será o concessionario obrigado a plantar até dez arvores por hectare, em cada anno, enquanto não haja plantadas cinquenta arvores em média.

Art. 70.º A Comissão das terras fiscalisará o cumprimento da obrigação imposta no artigo antecedente e designará o typo de arborisação propria para cada concelho, segundo as condições do terreno.

Art. 71.º Para facilitar a execução do artigo precedente haverá, nas ilhas de S. Thiago, Santo Antão e Brava, viveiros de arvores adaptadas ás condições da região, sendo gratuitamente cedidas as sementes, pés ou estacas em quantidade sufficiente para plantação.

§ 1.º As despesas a que obrigue a disposição d'este artigo serão de conta da provincia.

§ 2.º Os regulamentos prescreverão a dotação d'este serviço, ficando entendido que a administração incumbe ao agronomo da provincia e a fiscalisação á Comissão das terras.

Art. 72.º Todas as concessões de baldios, na provincia de Cabo Verde, serão feitas pelo Governador da provincia, sob proposta da Camara municipal respectiva e informação da Comissão das terras.

Art. 73.º O primeiro trabalho da Comissão consistirá em separar, de accordo com as Camaras municipais, a parte dos terrenos, que devem continuar a servir de logradouro commum, da que pôde ser alienada.

§ unico. Feito este trabalho, proceder-se-ha á divisão e demarcação da parte alienavel dos baldios em lotes correspondentes ao numero de familias vizinhas.

Art. 74.º Sobre proposta das Camaras municipais e devidamente informado pela Comissão das terras, o Governador da provincia mandará organizar o cadastro dos terrenos do Estado, divididos em lotes, representando a quota de cada familia vizinha, a qual nunca poderá exceder o maximo de 250 hectares fixado no artigo 24.º

Art. 75.º Só o Governador, e por aforamento, pôde conceder os baldios a que se refere este capitulo, e o preço não deverá ser inferior a 100 réis por hectare, podendo ser reduzido ou remido nos termos d'esta lei.

Art. 76.º Quando os chefes de familia não quizerem tomar de aforamento, e pelo preço fixado, as quotas de terreno que lhes pertençam na divisão, o lote será adjudicado em hasta publica. Da mesma sorte se procederá em relação aos terrenos que, depois de feita a divisão, ficarem vagos, sempre nos termos estabelecidos n'esta lei.

Art. 77.º O preço minimo de 100 réis por hectare é transitorio, mantendo-se emquanto não fôr feita a avaliação official.

## TITULO VI

### Dos prazos da Corôa nas provincias de Moçambique e Guiné e no districto autonomo de Timor

Art. 78.º São mantidas as circumscripções territoriaes dos prazos da Corôa declarados subsistentes pelo decreto de 18 de novembro de 1890 e que estejam arrendados á data da publicação d'esta lei. Nos termos do mesmo decreto é o Governo auctorizado a tornar extensiva ao resto da provincia de Moçambique, com excepção do districto de Lourenço Marques, districto militar de Gaza e terras sobre que haja contractos com o Estado, a divisão em prazos da Corôa e seu arrendamento, tendo em vista:

- a) A população de cada circumscripção;
- b) A influencia local dos régulos;
- c) O limite maximo de 50:000 hectares para cada circumscripção.

Art. 79.º O regimen dos prazos da Corôa é o estabelecido no decreto de 18 de novembro de 1890, com as seguintes modificações:

1.ª Aos aforamentos, de que trata o artigo 5.º do referido decreto, são applicaveis as disposições dos titulos I e II d'esta lei;

2.ª A Inspeção geral dos prazos da Corôa, creada pelo artigo 11.º do mesmo decreto, e a Superintendencia dos mesmos prazos, mencionada no decreto de 15 de julho de 1896, são substituidas pela Comissão das terras, estabelecida no artigo 40.º d'esta lei, a cujo presidente fica subordinado o pessoal com intervenção na administração dos mesmos prazos.

3.ª Aos arrendatarios do *mussoco* e aos emphyteutas de terrenos dos prazos da Corôa são applicaveis as disposições dos titulos I e II;

4.ª Os arrendamentos dos prazos auctorizados pela presente lei, e bem assim a sua renovação quanto a prazos do primeiro grupo estabelecidos nos artigos 3.º e 4.º e § 1.º do decreto de 18 de novembro de 1890, serão sempre celebrados em hasta publica, respeitando-se o direito de preferencia, do artigo 35.º, para o antigo arrendatario.

Art. 80.º É o Governo auctorizado a tornar extensiva á provincia da Guiné e ao districto autonomo de Timor a divisão em prazos da Corôa, nos termos do artigo antecedente, ficando, porém, entendido que, na parte continental d'aquella provincia e no districto de Timor, os aforamentos não são remiveis.

Art. 81.º As áreas dos prazos na provincia da Guiné e em Timor não poderão exceder 25:000 hectares.

Art. 82.º Os Governadores das provincias de Moçambique e da Guiné e do districto de Timor farão os regulamentos necessarios para a execução do decreto de 18 de novembro de 1890, de harmonia com as disposições d'esta lei, submettendo-os á approvação do Governo.

## TITULO VII

### Disposições geraes

Art. 33.º São consideradas nullas e caducas todas as concessões suspensas pelo decreto de 27 de setembro de 1894.

Art. 34.º São nullos os actos e contractos praticados pelos concessionarios, ou sociedades, contra o disposto n'esta lei, e da nullidade não provém para o Estado responsabilidade de qualquer natureza, sob qualquer pretexto.

Art. 85.º É expressamente prohibido ao Governo e aos Governadores das provincias e districtos celebrar actos e contractos provisorios sobre bens do Estado contra as determinações d'esta lei. Os que forem celebrados são nulos e não dão direito a qualquer acção ou indemnisação.

Art. 86.º Compete exclusivamente ao Poder legislativo prorogar os prazos das concessões feitas ás Companhias colonias existentes, bem como fazer qualquer modificação nos decretos das mesmas concessões

Art. 87.º O Governo apresentará todos os annos ás Côrtes, no começo de cada sessão, uma relação detalhada de todas as concessões feitas, durante o anno anterior, pelo Governo ou pelos Governadores ultramarinos, e bem assim os relatorios dos commissarios do Governo junto das Companhias colonias.

Art. 88.º É o Governo auctorisado a fazer os regulamentos para a execução d'esta lei.

Art. 89.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades, em 9 de maio de 1901.—EL-REI, com rubrica e guarda. — (Logar do sello grande das armas reaes portuguezas).— *Antonio Teixeira de Sousa*.

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 10 de abril de 1901, que regula as concessões de terrenos nas provincias ultramarinas, o manda cumprir e guardar tão inteiramente como n'elle se contém.

Para Vossa Magestade vêr.—*José Duarte da Silva Mel o a fez.*

(Diário do governo, n.º 105).

DOM CARLOS I, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

Artigo 1.º E' approvada, para poder ser ratificada, a Convenção internacional, assignada em Londres, aos 19 de maio de 1900, entre Portugal e outras nações, para a protecção dos animaes em Africa.

§ unico. A ratificação ficará, contudo, dependente da condição de se haverem tornado extensivas, nos termos do artigo 7.º, as disposições convencionadas ás possessões e colonias sul-africanas vizinhas da zona demarcada no artigo 1.º da mesma Convenção.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades, aos 9 de maio de 1901. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *João Marcellino Arroyo*. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 26 de abril de 1901, que approva a Convenção internacional, assignada em Londres, aos 19 de maio de 1900, entre Portugal e outras nações, para a protecção dos animaes em Africa, o manda cumprir e guardar como n'elle se contém, pela fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade vêr.—*Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde a fez.*

(Diário do governo, n.º 111).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em resposta ao officio de v. ex.<sup>a</sup>, n.º 124, de 20 de abril proximo passado, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup>, a fim de que se sirva transmittir á Administração da Companhia de Moçambique, que é indispensavel que a Companhia annulle immediatamente a resolução tomada em relação ao alcool produzido pela *Companhia assucareira*, não só por ser contrária ás disposições do

Acto de Bruxellas, accordo internacional enjas clausulas a Companhia de Moçambique é obrigada a cumprir, conforme as disposições do art. 3.º do decreto de 17 de maio de 1897, mas também, e principalmente, porque, devendo considerar-se aquella concessão alteração do regimen dos alcooes adoptado em regra nos territorios da provincia de Moçambique, conforme os decretos de 7 e 19 de julho de 1900, dependeria da sanção do Governo, nos termos do § 1.º do art. 7.º do mesmo decreto organico.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 9 de maio de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. commissario do Governo junto da Companhia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito.)

DOM CARLOS I, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º São approvados, a fim de serem ratificados, o Acto adicional á Convenção de 20 de março de 1883 e respectivo protocolo de encerramento, e o Acto adicional ao Convenio de 14 de abril de 1891, concernente ao registo internacional de marcas de fabrica ou de commercio, Actos assignados em Bruxellas, aos 14 de dezembro de 1900, entre Portugal e outras nações.

Art. 2.º E' o Governo auctorizado a modificar a legislação interna sobre propriedade industrial, em ordem a harmonisar as suas disposições com o estipulado nos mencionados Actos diplomaticos.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar como n'ella se contém.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios estrangeiros e das obras publicas, commercio e industria a façam imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades, aos 9 de maio de 1901. — EL REI, com rubrica e guarda. — *João Marcellino Arroyo* — *Manuel Francisco de Vargas*. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 26 de abril de 1901, que approva o Acto adicional á Convenção de 20 de março de 1883 e respectivo protocollo de encerramento, e o Acto adicional ao Convenio de 14 de abril de 1891, concernente ao registo internacional de marcas de fabrica ou de commercio, Actos assignados em Bruxellas, aos 14 de dezembro de 1900, entre Portugal e outras nações, o manda cumprir e guardar como n'elle se contém, pela fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade vêr. — *Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde* a fez.

(Diario do governo, n.º 111).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Com referencia ao officio de 16 de abril ultimo, no qual v. ex.<sup>a</sup> explica que a rogatoria, de que trata o officio d'esta Direcção geral, de 11 de março precedente, foi devolvida pelo consul de Portugal em Bombaim, em razão de não se ter dado execução ao despacho que mandára depositar a importancia necessaria para occorrer ás respectivas despesas, incumbe-me o ex.<sup>mo</sup> Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.<sup>a</sup> que é conveniente ordenar que, de futuro, as rogatorias não sejam enviadas pela secretaria geral d'esse Governo ao alludido consul, sem que a parte interessada mostre, por documento authenticico, que depositou no consulado a quantia precisa para as despesas a fazer com as diligencias relativas ao cumprimento das mesmas rogatorias.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 13 de maio de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador geral do Estado da India. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official da India, n.º 45).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Em additamento ao meu officio de hontem, encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup> que, em consequencia de irem desde já seguir para o Congo francez os commissarios francezes que vão proceder á demarcação da fronteira com os territorios do Massabi ao norte de Chiloango, entre as origens do Lubinda e as do Luali, conforme o protocollo assignado em Paris e de que envio juntamente a v. ex.<sup>a</sup> uma copia, nomeou para essa demarcação os officiaes da armada a que se refere aquelle meu officio, nas mesmas condições em que o estavam para a fronteira luso congoleza, a fim de não adiar por mais tempo aquella demarcação, e brevemente irão novos delegados para procederem á demarcação que aos mencionados officiaes estava incumbida.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 18 de maio de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Governador geral da provincia de Angola. — Pelo Director geral, *Ernesto de Vasconcellos*, capitão de fragata.

Copia a que se refere o officio supra

Les Commissaires spéciaux nommés par les Gouvernements portugais et français pour déterminer le tracé de la ligne frontière entre les possessions des deux pays dans la région du Congo, n'ayant pu procéder complètement à cette opération par suite de la contradiction existant entre certaines dispositions de l'article 3 de la Convention du 12 mai 1886 et le résultat des reconnaissances exécutées par lesdits Commissaires, les soussignés,

M. T. de Souza Roza, envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire de Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves près le Président de la République Française,

et M. Th.<sup>s</sup> Delcassé, député, Ministre des affaires étrangères de la République Française,

dûment autorisés à cet effet, se sont entendus pour interpréter et compléter ainsi qu'il suit, en tenant compte des travaux effectués par les Commissaires spéciaux, la deuxième partie du paragraphe 1<sup>er</sup> de l'article 3 susvisé :

À partir de la borne D, placée par la Commission mixte au point terminus de la ligne médiane entre la rivière Loema ou Louisa Loango et la rivière Lubinda, la frontière des possessions françaises et portugaises rejoindra la ligne de faite qui sépare les bassins de la Loema ou Louisa Loango et du Chiloango, en suivant la ligne de partage des eaux entre le bassin de la Lufica, d'une part, et celui de la Lubinda, d'autre part, et en se rapprochant autant que possible du parallèle qui passe par la borne D susmentionnée.

La frontière se confondra ensuite avec la ligne de faite qui sépare les bassins de la Loema ou Louisa Loango et du Chiloango jusqu'au parallèle du confluent de

Os commissarios especiaes nomeados pelos Governos portuguez e francez para determinar o traçado da linha de fronteira entre as possessões dos dois paizes na região do Congo, não tendo podido proceder completamente a esta operação em virtude da contradicção existente entre certas disposições do artigo 3 da Convenção de 12 de maio de 1886 e o resultado dos reconhecimentos executados pelos ditos commissarios, os abaixo assignados :

O sr. T. de Sousa Rosa, enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario de Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves junto do Presidente da republica franceza,

e o sr. Th. Delcassé, Ministro dos negocios estrangeiros da republica franceza,

devidamente auctorisados para este fim, concordaram em interpretar e completar pela seguinte fôrma, tendo em consideração os trabalhos effectuados pelos commissarios especiaes, a segunda parte do § 1 do artigo 3 acima citado :

A partir da baliza D, collocada pela Companhia mixta no ponto *terminus* da linha mediana entre o rio Loema ou Luiza Loango e o rio Lubinda, a fronteira das possessões portuguezas e francezas irá ao encontro da linha de cumeada que separa as bacias do Loema ou Luiza Loango e do Chiloango, seguindo a linha divisoria das aguas entre a bacia do Lufica, por um lado, e a bacia do Lubinda pelo outro lado, e approximando-se, tanto quanto possivel, do paralelo que passa pela baliza D acima mencionada.

A fronteira d'ahi por deante confundir-se ha com a linha de cumeada que separa as bacias do Loema ou Luiza Loango e do Chiloango até ao paralelo do confluento do

la rivière Bilisi avec la rivière Luali, elle suivra ce parallèle jusqu'au dit confluent, puis le thalweg de la rivière Luali jusqu'à sa source.

A partir de ce point, la frontière se confondra avec la ligne de faite qui sépare les bassins de la Loema ou Louisa Loango et du Chiloango, jusqu'à la source de la première rivière qui se trouve par environ 10° 22' 50" longitude Est de Paris et environ 4° 21' 11" latitude Sud.

A partir de ce point, la frontière suivra la ligne de partage des eaux des bassins du Niari Quillou, au Nord, et du Chiloango, au Sud, jusqu'au méridien 10° 30' longitude Est de Paris, en se rapprochant autant que possible du parallèle qui passe par la source de la rivière Loema ou Louisa Loango susindiquée. La frontière suivra ensuite le méridien 10° 30' jusqu'au point d'intersection avec la crête des hauteurs qui limitent le soulèvement dit *forêt de Mayumbé*, puis elle se confondra avec cette crête jusqu'à sa rencontre avec la rivière Chiloango, qui sert en cet endroit de frontière entre les possessions portugaises et l'État libre du Congo.

La section de frontière ci-dessus déterminée est inscrite, à titre de renseignement, sur la carte ci annexée.

En foi de quoi, les soussignés ont signé le présent Protocole et y ont apposé leurs cachets.

Fait à Paris en double exemplaire, le 23 janvier 1901.

(L. S.) Signé *T. de Souza Roza*.  
(L. S.) Signé *Delcassé*.

rio Bilisi com o rio Luali, seguirá este paralelo até ao dito confluyente, e depois o thalweg do rio Luali até á sua origem.

A partir d'este ponto, a fronteira confundir se ha com a linha de cumeada que separa as bacias do Loema ou Luiza Loango e do Chiloango até á origem do primeiro rio que se acha á 10-22-50" longitude Este de Paris, pouco mais ou menos, e 4 21-11" de latitude Sul, pouco mais ou menos.

A partir d'este ponto, a fronteira seguirá a linha divisoria das aguas das bacias do Niari Quillón, ao Norte, e do Chiloango, ao Sul, até ao meridiano 10-30' longitude Este de Paris, approximando se, tanto quanto possivel, do paralelo que passa pela origem do rio Loema ou Luiza Loango acima indicado. A fronteira seguirá em seguida o meridiano 10-30' até ao ponto de intersecção com a crista das alturas que limitam a encosta chamada «Floresta de Maiumba», depois ella confundir se ha com esta crista até ao seu encontro com o rio Chiloango, que serve n'este sitio de fronteira entre as possessões portuguezas e o Estado Livre do Congo.

A secção de fronteira acima determinada está inscripta, a titulo de esclarecimento, sobre o mappa annexo a este documento.

Em fé do que, os abaixo assignados assignaram o presente Protocollo e n'elle appuzeram os seus sellos.

Feito em Paris, em dois exemplares, aos 23 de janeiro de 1901.

(L. S.) *T. de Souza Rosa*.  
(L. S.) *Delcassé*.

(Boletim official de Angola, n.º 27)

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:630, em que é recorrente Francisco Xavier Pereira de Macedo e recorrido João Augusto de Sousa Pinto, e de que foi relator o conselheiro, vogal extraordinario, Martinho Augusto da Cruz Tenreiro:

Mostra-se que o recorrente, major da guarnição do Estado da India, recorre para o Supremo tribunal administrativo contra a contagem da antiguidade feita ao tenente-coronel reformado da mesma guarnição João Augusto de Sousa Pinto, por, com tal contagem, se julgar prejudicado;

Fundamenta o recorrente o seu recurso no seguinte:

— que o recorrido fôra collocado na guarnição do Estado da India com a antiguidade que tinha em Moçambique, de onde provinha, em virtude do decreto que unificou os quadros do exercito ultramarino; mas que esse decreto ficou sem execução por ordem do Ministro da marinha, expedida em telegramma de 26 de março de 1896;



— que, portanto, o recorrido não podia entrar no quadro da Índia com a sua antiguidade em Moçambique, mas sim sendo considerado como o mais moderno da sua classe, como determina o artigo 30.º do decreto de 2 de dezembro de 1869; e consequentemente;

— que o recorrido deve ser collocado na escala de accesso do Estado da Índia á esquerda d'elle recorrente, por este ser mais antigo.

Informa a 4.ª Repartição do Ministerio da marinha que, sejam considerados unidos ou separados os quadros de Moçambique e da Índia, em qualquer dos casos sempre o recorrido é mais antigo do que o recorrente no posto de capitão, e que, portanto, o recurso d'este ultimo não tem fundamento legal:

O que visto e ouvido o Ministerio publico;

Considerando que, mesmo que os quadros do exercito de Moçambique e da Índia estejam, como estão, separados, o disposto no artigo 30.º do decreto de 2 de dezembro de 1869, invocado pelo recorrente em defesa do que suppõe ser o seu direito, não tem applicação á hypothese que se ventila, por isso que se não prova, nem até se allega, que o recorrido tenha sido collocado no exercito da Índia, provindo do de Moçambique, por *conveniencia propria*, conforme o exige o citado artigo para ser applicavel a sua disposição;

Considerando que, na escala geral de antiguidades, o recorrente é mais antigo do que o recorrido, conforme a informação a fl. 3:

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, negar provimento ao recurso, confirmando a escala de antiguidades, cuja reforma se pede.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de maio de 1901. — REI. — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diário do governo, n.º 123).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:056, em que é recorrente Francisco Xavier de Brito, e recorridos Francisco Raymundo de Assa Castel-Branco, Antonio João Mascarenhas e José Antonio Pereira de Azambuja, de que foi relator o conselheiro, vogal extraordinario, Martinho Augusto da Cruz Tenreiro:

Mostra-se que o recorrente Francisco Xavier de Brito, capitão de infantaria da guarnição do Estado da Índia, recorre contra a preterição que diz ter soffrido com a promoção ao posto immediato dos capitães F. Raymundo de Assa Castel-Branco e Antonio João Mascarenhas, e contra a collocação á sua direita, na lista das antiguidades, do capitão José Antonio Pereira de Azambuja;

Sustenta o recorrente o seu recurso allegando:

1.º Que recorre em tempo, por isso que as promoções que contesta não tinham ainda sido publicadas, na data em que recorre, na ordem do exercito nem no boletim militar do ultramar, e a lista de antiguidades só o foi em 3 de novembro de 1888;

2.º Que, sendo alferes do exercito de Portugal em commissão no ultramar desde 29 de setembro de 1887, foi transferido para a guarnição da Índia em 6 de julho de 1890 e promovido a capitão em 23 de março de 1895;

3.º Que o decreto de 16 de agosto de 1895 estabeleceu, no § 1.º do seu artigo 13.º, que todas as promoções seriam reguladas pela data da promoção a alferes;

4.º Que, sendo o recorrido Castel-Branco alferes desde 18 de outubro de 1888 e o recorrido Mascarenhas alferes de 22 de maio de 1890, é evidente que o recorrente devia ser promovido a capitão antes dos recorridos;

5.º Que, quanto ao recorrido Azambuja, este foi presente a seu pedido á Junta de saude, e por esta julgado incapaz de todo o serviço em 27 de março de 1896, pelo que deve ter ficado fóra do quadro, e não pôde concorrer com elle, recorrente, para o preterir;

Informa o Ministerio da marinha, pela Direcção geral do ultramar, que não é procedente o recurso, porquanto:

Com r lação aos recorridos Castel-Branco e Mascarenhas, sendo o recorrente alferes do exercito do reino sem prejuizo de antiguidade, foi transferido para a guarnição da

India, a seu pedido, por decreto de 26 de julho de 1890, desde quando conta a antiguidade de alferes, nos termos do artigo 30.º do decreto com força de lei de 2 de dezembro de 1869, e o disposto no decreto de 16 de agosto de 1895 não pôde deixar de se referir á antiguidade de alferes já reconhecida em harmonia com a lei anterior, e, mesmo dada a hypothese de lhe ser favoravel o disposto no § 2.º do artigo 13.º d'este ultimo decreto, isso só poderia ter logar se chegasse a effectuar se a organização do quadro oriental e nunca no caso do recorrente continuar a pertencer ao seu antigo quadro;

— que a antiguidade de alferes de 26 de julho de 1890, attribuida ao recorrente é a que consta da lista dos officiaes do quadro do ultramar, publicada em dezembro de 1896, contra a qual o recorrente nunca reclamou;

Com relação ao recorrido capitão José Antonio Pereira de Azambuja, que a opinião emitida pelas Juntas de saude necessita confirmação do Governo para produzir effeito, sendo indispensavel que seja decretada a reforma, o que se não deu com o capitão Azambuja, que por motivo de força maior foi, immediatamente á sua apresentação á Junta de saude, mandado seguir de Moçambique para o Estado da India, continuando por isso na effectividade de serviço, e mostrou possuir a precisa aptidão physica na occasião em que fez tirocinio para o posto de major, em 1896, não constando que o recorrente n'essa occasião reclamasse contra a ordem que mandou ao capitão Azambuja fazer tirocinio para major, o que torna, n'esta parte, o presente recurso, além de illegal, extemporaneo;

O recorrido Azambuja allegou em sua defesa o que consta da informação do Ministerio da marinha;

O que visto e ouvido o Ministerio publico;

Considerando que o artigo 30.º do decreto de 2 de dezembro de 1869, que reorganison a força militar do ultramar, expressamente determina que os officiaes, que por conveniencia propria passarem de uns para outros quadros, ficarão considerados os mais modernos das respectivas classes;

Considerando que o recorrente se collocou exactamente n'essa situação quando pediu, em 1890, passagem para o exercito da India;

Considerando que o § 2.º do artigo 13.º do decreto de 16 de agosto de 1895, quando manda contar a antiguidade para a promoção em qualquer posto pela data da promoção a alferes, não revogou o modo de contar essa data ou antiguidade, indicado no decreto de 1869, pelo qual o recorrente foi collocado á esquerda, em antiguidade, de todos os officiaes da sua classe no exercito da India;

Considerando, com respeito á parte do recurso respeitante ao capitão Azambuja, que o parecer da Junta de saude ficou sem effeito por falta de homologação ministerial e pelo facto do referido capitão continuar na effectividade do serviço;

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, negar provimento ao recurso e confirmar as promoções e contagem de antiguidades feitas.

O Ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.— Paço, em 23 de maio de 1901. — REI. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diaria do governo, n.º 123 — Rectificação no Diario do governo, n.º 125).

Na conformidade do disposto no artigo 1.º da carta de lei de 11 de abril do corrente anno, e em harmonia com as prescripções contidas no § unico do artigo 17.º da carta de lei de 3 de setembro de 1897, mandado vigorar no exercicio de 1899-1900 pelo artigo 15.º da carta de lei de 26 de julho de 1899; hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, determinar que seja aberto no Ministerio da fazenda, devidamente registado na Direcção geral da contabilidade publica, a favor do Ministerio da marinha e ultramar, Direcção geral do ultramar, um credito especial de 1.116:757\$717 réis, a fim de serem reforçados o capitulo 8.º da tabella da distribuição da despesa ordinaria «Caminho de ferro de Mormugão», garantia de juro, na importancia de 125:527\$215 réis, e o capitulo 1.º da despesa extraordinaria «Despesas geraes das provincias ultramarinas», na importancia de 991:230\$502 réis, sendo a importancia total de 1.116:757\$717 réis applicavel

à legalisação de despesas com o caminho de ferro de Mormunção, fornecedores do districto da Lunda, obras do porto de Lourenço Marques, saques de Moçambique e outras das provincias ultramarinas, devendo o mencionado credito e os documentos de despesa serem escripturados na conta de exercicio do anno economico de 1899-1900, e, por addiçãoamento, na conta de junho da gerencia do mesmo anno economico, nos termos do artigo 2.º da referida carta de lei de 11 de abril do corrente anno.

O tribunal de contas julgou este credito nos termos legaes de ser decretado.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda e dos da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Pago, em 23 de maio de 1901.==

REI.==*Fernando Mattoso Santos*==*Antônio Teixeira de Souza*.

(*Diário do governo*, n.º 123).

Atendendo ao que me representou o Ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria acerca da conveniencia de facilitar as relações postaes com os territorios portuguezes de além-mar por meio do barateamento na transita das correspondencias, para ali expedidas do continente do reino e das ilhas adjacentes;

Considerando que todos os paizes que possuem colonias têm, no mesmo justificado empenho relativamente ás suas possessões, equiparado os respectivos portes aos fixados para as correspondencias permutadas no interior da metropole, e ainda os têm reduzido; sendo menos equitativo que os portes, actualmente em vigor, das correspondencias destinadas ás provincias ultramarinas sejam superiores, na sua maior parte, aos que se acham estabelecidos para as que se destinam ás possessões hespanholas do norte de Africa e ao archipelago das Canarias;

Considerando que o commercio, as Impresas jornalisticas e o publico em geral obtêm de tal barateamento incontestaveis vantagens, sem que o thesouro seja prejudicado, porquanto qualquer abalo na receita desta proveniencia sera, em prazo muito curto, compensado pelo natural desenvolvimento que se dará no numero de correspondencias expedidas;

Hei por bem, nos termos do n.º 1.º do artigo 8.º da reorganisação dos serviços telegrapho-postaes de 30 de junho de 1898, decretar que, a comegar de 1 de julho de 1901, os portes das correspondencias destinadas a todas as provincias ultramarinas portuguezas sejam egualados aos que actualmente se cobram pelas correspondencias permutadas no continente do reino e entre o continente e ilhas adjacentes.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria assim o tenham entendido e faça executar. Pago, em 23 de maio de 1901.==REI.==

*Manoel Francisco de Vargas*.

(*Diário do governo*, n.º 123).

Sendo indispensavel, para cabal execução da carta de lei de 9 do corrente, que definiu e estabeleceu os termos e condições em que têm de ser feitas as concessões de terrenos no ultramar, que os Governadores gerais, Governadores de provincia e o Governador do districto autonomo de Timor procedam, desde já, ao estudo das condições especiaes de cada uma das suas respectivas circumscripções administrativas, a fim de colligirem os elementos necessarios para a elaboração dos regulamentos que, pela mesma citada carta de lei, lhes foi attribuida, designadamente os referidos no seu artigo 6.º e § 2.º do artigo 8.º; manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, recomendar ás referidas autoridades a maior brevidade na realisção de taes trabalhos, a fim de que haja a menor demora possível na elaboração dos regulamentos para serem desde logo submettidos á approvação do Governo.

Pago, em 28 de maio de 1901.==*Antônio Teixeira de Sousa*.

(*Diário do governo*, n.º 124).

Sendo necessario, com o fim de facilitar a prompta execução das disposições da carta de lei de 9 do corrente que definem e estabelecem os termos e as condições em que têm de ser feitas as concessões de terrenos no ultramar, regulamentar especialmente a applicação do regimen dos prazos da Corôa, estabelecido por decreto de 18 de novembro de 1890, harmonisando-a com as modificações indicadas n'aquella lei, regulamentação que tem de ser completa com relação á provincia da Guiné portugueza e districto autonomo de Timor, e, por simples modificação ou adaptação, na provincia de Moçambique, onde o regimen dos prazos está regulamentado desde 7 de julho de 1892: manda Sua Magestade El Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que o Governador geral da provincia de Moçambique e os Governadores da provincia da Guiné portugueza e do districto autonomo de Timor dêem immediata e cabal execução ao disposto no artigo 82.º da carta de lei de 9 do corrente, submettendo, com a maior brevidade possivel, á approvação do Governo:—o primeiro, as modificações a fazer no regulamento de 7 de julho de 1892; os segundos, o regulamento geral e especial para uma conveniente e efficaz applicação do regimen dos prazos á sua respectiva circumscripção administrativa, em harmonia com o decreto de 18 de novembro de 1890 e com as modificações indicadas na citada carta de lei, a fim de que não possa haver demora na sua execução.

Paço, em 28 de maio de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do governo, n.º 121).

## J U N H O

Attendendo ás representações de diversos habitantes do concelho da Ilha de S. Vicente de Cabo Verde e da respectiva Commissão municipal, nas quaes se expõe a urgente necessidade de ser ali creada uma comarca judicial em substituição do julgado municipal estabelecido por decreto de 11 de outubro de 1895, a fim de se facilitar uma proficua, prompta e benefica administração de justiça; e

Considerando que a referida ilha tem uma população de cêrca de 7:000 almas, é a mais concorrida por europêus e frequentada pela navegação inter-oceanica, e contribue com mais de metade da receita publica da provincia, sendo a sua capital, a cidade do Mindello, a mais importante do archipelago, tanto em população, como em commercio;

Considerando que foi em attenção a estas circumstancias excepcionaes que se decretou a criação do julgado municipal de S. Vicente e de um tribunal do commercio de 1.ª instancia, dando-se mais latas attribuições ao respectivo juiz municipal do que tinham os juizes dos restantes julgados;

Considerando ainda que o crescente augmento havido no movimento judicial do alludido julgado justifica o pedido da criação de uma comarca, favoravelmente informado pelo proprio juiz de direito da comarca de Barlavento, á qual o mesmo julgado pertence:

Tendô ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de Ministros, e usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto addicional á Carta constitucional da monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o julgado municipal de S. Vicente de Cabo Verde, creado por decreto de 11 de outubro de 1895, e creada, em sua substituição, uma comarca judicial, com séde na cidade do Mindello, e comprehendendo os concelhos de S. Vicente, S. Nicolau, Boa Vista e Sal que assim ficam desmembrados da comarca de Barlavento.

Art. 2.º A comarca de S. Vicente, creada pelo artigo 1.º do presente decreto, subdivide-se em tres julgados: o de S. Vicente, com séde na cidade do Mindello, o de S. Nicolau, com séde na villa da Ribeira Brava, e o da Boa Vista, com séde na villa de Sal-Rei, abrangendo cada um o respectivo concelho, excepto o da Boa Vista, que abrange os concelhos da Boa Vista e Sal.

Art. 3.º A organização e constituição dos tribunaes da mencionada comarca e a administração da justiça reger-se-hão pelo decreto com força de lei de 23 de dezembro de 1897, que approvou o regimento da administração de justiça na provincia de Cabo Verde.

Art. 4.º No lugar de delegado do Procurador régio da referida comarca será provido o actual juiz municipal do juizado extinto pelo presente decreto, e n'um dos logares de escrivão de direito e tabellião o actual escrivão do mesmo julgado.

§ unico. O actual sub delegado, por ser bacharel formado em direito e habilitado em concurso para logares de delegado no reino, será opportunamente collocado no lugar de delegado ou no de conservador de alguma comarca ultramarina.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de junho de 1901. — REI — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diario do governo n.º 127 — Rectificação no n.º 128)

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho d'estado, dissolver a camara dos senhores Deputados da nação, e convocar as Côrtes geraes para o dia 2 de janeiro do proximo futuro anno.

O presidente do Conselho de Ministros, Ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de junho de 1901. — REI — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*.

(Diario do governo, n.º 125).

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Encarrega-me s. ex.<sup>a</sup> o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.<sup>a</sup>, a fim de que se sirva tornar o publico para os devidos effeitos, que o Governo de Sua Magestade Britannica, annuindo á solicitação do Governo de Sua Magestade Fidelissima, resolveu reconhecer a jurisdição de consules de Portugal na costa oriental, em qualquer ponto do territorio em que se apresentem fóra da sua residencia, admittindo-se a sua competencia para o effeito de poderem passar certificados consulares e serem-lhes reconhecidos.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 5 de junho de 1901. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Moçambique, n.º 31).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:388, em que é recorrente Victorino José da Silva Tavares Paes Moreira, e recorrido Jacintho Manuel de Abrunhosa Ramos, e de que foi relator o conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado:

Mostra-se d'este processo, que o recorrente Victorino José da Silva Tavares Paes Moreira, segundo pharmaceutico do quadro de saude da provincia de Moçambique, residente na Beira, recorre do decreto de 19 de setembro ultimo, pelo qual foi promovido a primeiro o segundo pharmaceutico do mesmo quadro, Jacintho Manuel Abrunhosa Ramos, e allega:

— que o recorrente foi nomeado, em concurso publico, segundo pharmaceutico do quadro de saude da referida provincia, por decreto de 23 de maio de 1889, tomando posse d'esse cargo em 3 de setembro do mesmo anno;

-- que o recorrido foi despachado na mesma data, é certo, mas como addido ao quadro, no qual seria opportunamente admittido, como refere o respectivo decreto, vendo-se, portanto, que na data em que o recorrente foi admittido no quadro, o recorrido ainda o não fôra, e só muito mais tarde o conseguiu;

Por estas e outras considerações que desenvolve na sua petição de recurso, pede a revogação do citado decreto;

Mostra-se que o Ministerio da marinha e ultramar, sobre a materia do recurso informa o seguinte:

-- que, effectivamente, o recorrente e recorrido foram nomeados segundos pharmaceuticos por decretos da mesma data, sendo o primeiro para o quadro, e o segundo como addido;

-- que a razão da fôrma d'estas nomeações foi devida a ter-se mandado guardar o processo de promoção do então segundo pharmaceutico mais antigo, e por isso ficou existindo apenas uma vaga de segundo pharmaceutico, quando na realidade havia falta de dois pharmaceuticos no quadro;

-- que o recorrido tomou posse do seu lugar em 15 de agosto de 1889, emquanto que o recorrente só effectuou a sua posse em 3 de setembro d'esse anno, e pelo artigo 71.º do decreto de 2 dezembro de 1869, sob cujo regimen servem estes dois funcionarios, a antiguidade relativa dos empregados da mesma classe será regulada pelo tempo de serviço effectivo;

Este tempo começará a contar-se aos segundos pharmaceuticos desde a data da posse dos logares em que estiverem servindo: e como foram ambos nomeados por decretos, para preencherem a falta de dois pharmaceuticos do quadro, embora houvesse uma só vaga na 2.ª classe, conclue, por isso, em favor da antiguidade do recorrido, e da sua ultima promoção;

Mostra-se que esta informação está corroborada com parecer da Procuradoria geral da corôa:

O que tudo visto e a resposta do Ministerio publico;

Considerando que são inteiramente procedentes os fundamentos da informação a H. 30:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. — Paço, em 5 de junho de 1901. — REI = *Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diário do governo, n.º 128).

III.º e ex.º sr. — S. ex.ª o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, considerando que as verbas auctorizadas extraordinariamente para despesa sanitaria das colonias são, em parte bastante notavel, absorvidas em gratificações ao pessoal do quadro de saude respectivo; encarrega-me de dizer a v. ex.ª que abono algum, que não esteja precisamente auctorisado nas disposições da carta de lei de 28 de maio de 1896, embora auctorisados por quaesquer regulamentos, seja feito ao pessoal dos quadros de saude das provincias ultramarinas, excepto aquelles que o mesmo ex.º Ministro ordenar, precedendo proposta dos Governadores e depois de haver terminado a prestação de serviços que merecerem ser especial e extraordinariamente gratificados, como nos casos de epidemias, etc.

Deus guarde a v. ex.ª. — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 8 de junho de 1901. — III.º e ex.º sr. conselheiro Governador do districto autonomo de Timor. — O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official de Timor, n.º 33).

Sua Magestade El-Rei ha por bem mandar tornar extensiva aos Governadores dos districtos a isenção da inspecção da Junta de saude do ultramar para os Governadores das provincias ultramarinas, determinada na régia Portaria de 3 de julho do anno findo.

O que se communica ao conselheiro Director geral do ultramar para os devidos effeitos.

Paço, em 8 de junho de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(*Diário do governo*, n.º 129).

Convindo que, n'esta secretaria d'estado, haja cabal conhecimento das despesas feitas na provincia de Moçambique com os corpos expedicionarios idos do reino, e bem assim de todas a que a guerra anglo-transvaalana tiver dado causa, tanto pela apresentação de refugiados, como pelo movimento de tropas: determina Sua Magestade El-Rei que o Inspector de fazenda, por si, ou pelos seus subordinados, envie em cada mez, com referencia ao mez antecedente, conta das despesas satisfeitas pelos cofres da provincia aos mencionados corpos expedicionarios, ou que, porventura, tiver feito com refugiados boers.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Governador geral da provincia de Moçambique para sua intelligencia e execução.

Paço, em 12 de junho de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(*Boletim official de Moçambique*, n.º 30).

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É concedida á viuva, filha e filhos do fallecido coronel do quadro occidental do ultramar, Arthur de Paiva, a pensão annual de 900\$000 réis.

§ 1.º A pensão, a que se refere o artigo anterior, será paga, sem deducção ou imposto algum, desde a data do fallecimento do referido official.

§ 2.º A distribuição da dita pensão será feita segundo as disposições dos artigos 17.º, 18.º, 20.º e 23.º dos estatutos do «Monte-pio official dos servidores do Estado», approvados por decreto de 22 de novembro de 1870.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, e interino dos negocios estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar. Dada no paço, aos 12 de junho de 1901.—EL REI, com rubrica e guarda.—*Fernando Mattozo Santos.*— (Logar do sello grande das armas reais).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 25 de maio d'este anno, que concede á viuva, filha e filhos do fallecido coronel Arthur de Paiva a pensão annual de 900\$000 réis, distribuida como prescreve, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela fôrma retro declarada.

Para vossa Magestade vêr.—*Domingos Eduardo Augusto da Silva Moreira* a fez.

(*Diário do governo*, n.º 131).

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º São isentos do pagamento de quaesquer contribuições e de quaesquer direitos aduaneiros as heranças, os legados, donativos e acquisições com destino aos museus, bibliothecas, escolas, institutos e mais serviços de ensino, caridade e beneficencia,

que pertençam, ou, pelos diplomas legaes de sua fundação, venham a pertencer ao Estado.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, e interino dos negocios estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar. Dada no Paço, aos 12 de junho de 1901.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Fernando Mattozo Santos*.—(Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes geraes de 22 de maio d'este anno, que isenta de quaesquer contribuições e direitos aduaneiros as heranças, legados, donativos e aquisições com destino aos estabelecimentos que menciona, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela forma retro declarada.

Para Vossa Magestade vêr.—*Domingos Eduardo Augusto da Silva Moreira* a fez.

(Diário do governo, n.º 131).

Sua Magestade El-Rei, conformando-se com o parecer do Supremo Conselho de justiça militar, emitto em 19 de janeiro do corrente anno, ha por bem determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que, nos processos em que tenha de ser ouvido o referido tribunal, nos termos e para os effeitos do § unico do artigo 517.º do codigo de justiça militar de 13 de maio de 1893, as sentenças condemnatorias sejam consideradas com principio de execução desde a data em que transitarem em julgado, em harmonia com o que dispõe o artigo 42.º do citado codigo.

Paço, em 12 de junho de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diário do governo, n.º 159).

Attendendo ao que lhe representou a Companhia do Nyassa: Sua Magestade El-Rei ha por bem auctorisal-a a pôr em circulação, nos territorios sob sua administração em Africa, a partir de 1 de agosto proximo futuro, os sellos postaes de novo typo, approvados por despacho de 21 de novembro de 1900, das taxas de 2 1/2, 5, 10, 15, 20, 25, 50, 75, 80, 100, 150, 200 e 300 réis, devendo os sellos postaes das mesmas taxas, existentes actualmente em circulação, e que são os do typo dos sellos postaes da provincia de Moçambique, com a sobrecarga *Nyassa*, conforme auctorisação dada pela régia Portaria de 27 de outubro de 1897, continuar a ser considerados válidos, simultaneamente com os novos, até 31 de agosto, sendo permittida a troca dos sellos do typo actual pelos novos até 30 de setembro proximo futuro, nos termos dos §§ 3.º e 4.º do regulamento geral dos correios de 10 de dezembro de 1892.

Paço, em 12 de junho de 1901.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

(Diário do governo, n.º 132).

Attendendo ao que me requereu a «Great Gold Zone Mining Exploration and Estate Company Limited», em liquidação; tendo em vista o decreto de 27 de dezembro de 1894 e as régias Portarias de 7 de maio de 1895 e de 4 de julho de 1896; conformando-me com o parecer da Procuradoria geral da Corôa e fazenda, e ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar o seguinte:



Artigo 1.º É declarada nulla e caduca a concessão feita a Salom Bensaude por decreto de 28 de fevereiro de 1884, explicada por decreto de 2 de maio do mesmo anno e renovada por decreto de 8 de agosto de 1888, para a exploração das minas de Lombigue e de que era cessionaria, reconhecida por alvará de 9 de janeiro de 1890, a «Great Gold Zone Mining Exploration and Estate Company Limited».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 12 de junho de 1901.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(Diario do governo, n.º 133.)

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

## CAPITULO I

### Da receita publica

Artigo 1.º As contribuições, impostos directos e indirectos, e os demais rendimentos e recursos do Estado, constantes do mappa n.º 1, que faz parte da presente lei, avaliados na quantia de 53.269:747\$183 réis, sendo 52.478:747\$183 réis de receitas ordinarias e 791:000\$000 réis de receitas extraordinarias, continuarão a ser cobrados, no exercicio de 1901-1902, em conformidade com as disposições que regulam ou vierem a regular a respectiva arrecadação, e o seu producto será applicado ás despesas auctorisadas por lei.

§ 1.º Da somma comprehendida n'este artigo applicará o Governo em 1901-1902, para compensar o pagamento da dotação do clero parochial das ilhas adjacentes, em 30 de junho de 1902, o saldo disponivel, se o houver, dos rendimentos, incluindo os juros de inscrições, vencidos e vincendos, dos conventos de religiosas supprimidos depois da lei de 4 de abril de 1861.

§ 2.º A contribuição predial do anno civil de 1901, emquanto não estiver em execução a lei de 29 de julho de 1899, continúa fixada e distribuida pelos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes, nos termos do que preceituam os §§ 1.º e 3.º do artigo 7.º da carta de lei de 17 de maio de 1880. A contribuição predial especial, e respectivos addicionaes do concelho de Lisboa continuará a pertencer ao thesouro e a ser arrecadada nos termos do artigo 1.º do decreto de 13 de setembro de 1895.

§ 3.º O adicional ás contribuições predial, de renda de casas e sumptuaria do anno civil de 1901, para compensar as despesas com os extinctos tribunaes administrativos, viação districtal e serviços agricolas dos mesmos districtos, quando não esteja ainda incorporado no principal das contribuições, é fixa-lo na mesma quota, respectivamente lançada em cada districto em relação ao anno civil de 1892.

§ 4.º Continuam prorogadas até 30 de junho de 1902 as disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º e do § 2.º do artigo 13.º da carta de lei de 26 de fevereiro de 1892.

a) Fica, porem, subentendido que esta ultima disposição não é applicavel aos funcionarios que, na data da publicação da mesma lei, já tivessem completado o tempo de serviço effectivo que, pela legislação anterior, lhes dava direito ao augmento de vencimento, nem ao augmento estipulado no § 1.º do artigo 22.º do decreto de 30 de dezembro de 1892 e relativo aos escripturarios de fazenda existentes.

b) E, ainda para os effeitos da alinea antecedente, será contado aos professores de instrucção superior todo o tempo de serviço publico, remunerado ou gratuito, até á data da execução da dita lei de 26 de fevereiro de 1892, mesmo antes do primeiro despacho para o logar que os ditos professores n'esta data estiverem exercendo, nos mesmos termos em que tem sido contado aos magistrados judiciaes e do Ministerio publico.

c) A restituição do producto a mais do imposto do rendimento, determinada pelo artigo 7.º da citada lei de 26 de fevereiro de 1892, applicar-se-ha sómente aos titulos da divida publica interna adquiridos anteriormente á data da referida lei.

d) No que respeita especialmente ás congruas ecclesiasticas, se o rendimento proveniente dos juros dos titulos de divida publica, adquiridos antes d'aquella data por virtude de desamortisação dos passaes de parochos, sommado aos demais rendimentos da parochia ou beneficio, exceder 400\$000 réis por anno, e se, além d'isso, o rendimento liquido total ficar inferior a este limite, em consequencia da applicação áquelles titulos do augmento de imposto de rendimento, estabelecido na lei de 26 de fevereiro de 1892, restituia-se ha do producto d'esse augmento de imposto quanto baste para elevar o referido rendimento liquido a 400\$000 réis.

§ 5.º Continuarão tambem a ser cobradas pelo Estado no anno economico de 1901-1902 as percentagens sobre as contribuições que votavam as Juntas geraes dos districtos, no caso de não estarem ainda incorporadas no principal das mesmas contribuições, para o seu producto ter a applicação determinada no artigo 10.º do decreto com força de lei de 6 de agosto de 1892 e em harmonia com a presente lei.

§ 6.º Fica declarado e de execução permanente que, quando a contribuição de registo não tenha sido liquidada nos prazos legais, poderão as transmissões feitas sobre a propriedade ser revalidadas, pagando-se a contribuição de registo conforme a liquidação feita pelo valor actual da propriedade.

Art. 2.º Continuarão igualmente a cobrar se no exercicio de 1901-1902 os rendimentos do Estado que não tenham sido arrecadados até 30 de junho de 1901, qualquer que seja o exercicio a que pertencerem, applicando-se do mesmo modo o seu producto ás despesas publicas auctorisadas por lei.

Art. 3.º Sem embargo de quaesquer disposições em contrario, continúa, no exercicio de 1901-1902, constituindo receita do fundo de instrucção primaria o adicional de 3 por cento ás contribuições geraes directas do Estado, com que os districtos são obrigados a concorrer para as despesas da mesma instrucção, na conformidade do disposto em o n.º 3.º do artigo 57.º da carta de lei de 18 de março de 1897.

Art. 4.º A conversão da divida consolidada interna em pensões vitalicias, nos termos da carta de lei de 30 de junho de 1887, quando pelo cabimento, segundo a presente lei, se possa verificar, continuará a ser regulada no anno economico de 1901-1902 pelo preço actual.

§ unico. Emquanto vigorarem as disposições da lei de 26 de fevereiro de 1892, o imposto de rendimento que recae sobre estas pensões e sobre as dos donatarios vitalicios é de 10 por cento.

Art. 5.º Continuum em vigor, no exercicio de 1901-1902, as disposições do § 10.º do art. 1.º da lei de 23 de junho de 1888, relativamente ao assucar produzido no continente do reino e ilhas dos Açores.

§ unico. Para o districto do Funchal vigorará o disposto no decreto de 30 de dezembro de 1895, segundo os respectivos regulamentos.

Art. 6.º O Governo é auctorisado a levantar, por meio de letras e escriptos do thesouro, caucionados, se fôr mister, por titulos de divida fundada interna, cuja creação tambem fica auctorisada, as sommas necessarias para a representação, dentro do exercicio de 1901-1902, de parte dos rendimentos publicos relativos ao mesmo exercicio, e bem assim a occorrer pela mesma forma ás despesas extraordinarias a satisfazer no dito exercicio de 1901-1902, incluindo no maximo da divida a contrahir, nos termos d'esta parte da auctorisação, o producto liquido de quaesquer titulos, amortisaveis ou não, excepto obrigações dos tabacos, que o thesouro emittir usando de auctorisações legais.

§ unico. Os escriptos e letras do thesouro, novamente emittidos como representação da receita, não podem exceder, nos termos d'este artigo, a 3.500:000\$000 réis, somma que ficará amortisada dentro do exercicio.

## CAPITULO II

### Da despesa publica

Art. 7.º São fixadas as despesas ordinarias e extraordinarias do Estado na metropole, no exercicio de 1901-1902, na quantia de 55.406:341\$589 réis, sendo réis 53.841:363\$570 ordinarias e 1.564:978\$019 réis extraordinarias, conforme os mappas n.ºs 2 e 3, que fazem parte d'esta lei.

Art. 8.º O preenchimento das vacaturas em todos os serviços publicos poderá ser feito seguidamente á data em que se dêrem as mesmas vacaturas, attendendo-se, porém, ás restricções e excepções constantes dos paragraphos seguintes:

§ 1.º Os promovidos a postos ou logares immediatos conservarão, comtudo, os soldos, ordenados, gratificações, vencimentos de categoria ou de exercicio correspondentes ao posto ou logar anterior, até o fim do respectivo trimestre do anno civil, em harmonia com o disposto no artigo 50.º da lei de 30 de junho de 1893.

§ 2.º Os providos em primeira nomeação nunca poderão ser abonados dos respectivos vencimentos antes do fim do trimestre, em que se tiverem dado as vacaturas, attendendo-se, comtudo, ás expressas excepções do dito artigo 50.º da referida lei de 30 de junho de 1893, que, quando tenham logar, serão sempre mencionadas no diploma da nomeação ou provimento.

§ 3.º As disposições do artigo 3.º do decreto de 22 de fevereiro de 1894 são applicaveis a todos os providos ou nomeados, militares ou civis, que tenham direito a ser inscriptos socios do Monte-pio official.

Art. 9.º As despesas extraordinarias do movimento de tropas, que não seja determinado por exclusiva conveniencia do serviço militar, serão pagas no anno economico de 1901-1902 de conta dos Ministerios que reclamarem esse movimento de tropas, por meio de creditos especiaes, abertos nos termos d'esta lei e que serão descriptos separadamente nas contas do Ministerio da guerra.

Art. 10.º Continúa no anno economico de 1901-1902 a ser fixado em 200 réis diarios o preço da ração a dinheiro, a que têm direito os officiaes e mais praças da armada, nas situações determinadas pela legislação vigente.

§ unico. O abono de rações far-se ha nos termos do decreto de 1 de fevereiro de 1895.

Art. 11.º As quotas por compensação dos emolumentos aduaneiros, nos termos do artigo 58.º do decreto n.º 3 de 27 de setembro de 1894, não podem, no anno economico de 1901-1902, como no anno anterior, exceder a quantia de 260 contos de réis.

Art. 12.º Nenhuma reforma de praça da guarda fiscal se effectuará no anno economico de 1901-1902 sem completa inhabilidade para o serviço, verificada perante a Junta de saude militar do hospital central de Lisboa, ou dos hospitaes divisionarios, reunidos ou regimentaes, nas mesmas condições estabelecidas para as outras praças do exercito, sob proposta dos facultativos da guarda fiscal ou dos directores de clinica dos hospitaes militares em cujas enfermarias as praças, propostas para licença ou incapazes, estejam em tratamento.

§ unico. Continúa o Governo auctorisado a decretar novas tabellas de incapacidade das praças da guarda fiscal, estabelecendo a aptidão para serviço moderado, compativel com determinados ramos da fiscalisação.

Art. 13.º Continúa suspenso no anno economico de 1901-1902 o subsídio á caixa de reformas, visto não estar ainda em execução o decreto com força de lei que a creou.

Art. 14.º Continuam em vigor no exercicio de 1901-1902 as disposições dos artigos 7.º a 11.º, 15.º a 19.º e 21.º e seus respectivos paragraphos da carta de lei de 3 de setembro de 1897, com excepção do n.º 5.º do artigo 7.º

§ 1.º As receitas e despesas dos caminhos de ferro do Estado, das imprensas nacional e da universidade de Coimbra são excluidas da disposição geral do artigo 9.º da dita lei de 3 de setembro de 1897, e serão escripturadas em harmonia com as prescripções da lei de 14 de julho e regulamento de 2 de novembro de 1899 e do decreto de 9 de dezembro de 1897, que, respectivamente, reorganisaram os serviços administrativos e economicos dos ditos caminhos de ferro e dos dois mencionados estabelecimentos.

§ 2.º Continúa tambem alterada no exercicio do anno economico de 1901-1902 a disposição do artigo 18.º da mencionada carta de lei de 3 de setembro de 1897, na parte relativa aos creditos especiaes para a cadeia penitenciaria central de Lisboa, os quaes poderão ser abertos pela differença a maior das receitas provenientes dos productos vendidos pela mesma penitenciaria sobre a importancia em que, no dito exercicio, são computadas as despesas das officinas do referido estabelecimento.

Art. 15.º Constituem receita da caixa de aposentação dos empregados civis a importancia, até 30:000\$000 réis, de vencimentos antigos de aposentação e jubilação de empregados do Estado descriptos no orçamento, que tenham vagado ou vagarem em qualquer Ministerio desde 1 de julho de 1900.















